

## EDITAL

### *Licitação destinada à ampla concorrência*

<b>Modalidade</b>	<b>PREGÃO ELETRÔNICO PARA REGISTRO DE PREÇOS Nº 002/2026</b> , regido pela Lei Federal nº 13.303/2016, pelo Regulamento Interno de Licitações e Contratos da GoiásFomento — RILC, pela Lei Complementar nº 123/2006, no que couber, e pelas demais normas aplicáveis à espécie.
<b>Data de abertura da sessão</b>	23/06/2026
<b>Horário</b>	09h00min
<b>Objeto</b>	Constitui objeto do presente Edital, por meio de <b>Pregão Eletrônico para Registro de Preços</b> , pelo critério de <b>menor preço por lote</b> , o registro de preços para futura, eventual e parcelada aquisição de materiais de expediente, papelaria, escritório, copa e cozinha, visando atender às necessidades da Agência de Fomento de Goiás S.A. — GoiásFomento, conforme especificações técnicas, quantitativos estimados, condições de fornecimento e exigências constantes do Termo de Referência e demais anexos, que integram este Edital de forma inseparável.
<b>Processo SEI</b>	202600059000319
<b>Valor estimado</b>	Sigiloso, nos termos da Lei Federal nº 13.303/2016 e do Regulamento Interno de Licitações e Contratos da GoiásFomento, ressalvada divulgação mediante justificativa expressa da autoridade competente.
<b>Tipo de licitação</b>	<b>Menor preço por lote — modo de disputa aberto.</b>
<b>Código SIASG</b>	927289
<b>Local da licitação</b>	O Pregão Eletrônico será realizado em sessão pública, por meio da internet, através do site <a href="http://www.gov.br/compras">www.gov.br/compras</a> .
<b>Divulgação do Edital e seus documentos</b>	<p>O Edital e seus anexos estarão disponíveis nos endereços eletrônicos <a href="http://www.gov.br/compras">www.gov.br/compras</a> e <a href="https://www.goiasfomento.com/">https://www.goiasfomento.com/</a>, no link de acesso à informação ou área correspondente de licitações. Informações adicionais poderão ser obtidas junto à área responsável pela condução do certame, observadas as regras de comunicação, pedidos de esclarecimento e impugnação previstas no Edital.</p> <p>Em atenção às normas regulamentares, os Avisos de licitações; Extratos de contratos e de termos aditivos, serão publicados junto ao Diário Oficial do Estado de Goiás e Jornal de Grande Circulação.</p>
<b>Ata de Registro de Preços</b>	A Ata de Registro de Preços terá vigência de 12 (doze) meses, contados de sua assinatura, podendo ser renovada por igual período, nos termos do art. 46, inciso II, do Regulamento Interno de Licitações e Contratos da GoiásFomento — RILC, desde que demonstrada a vantajosidade dos preços registrados, a permanência da necessidade administrativa, a anuência do fornecedor e a manutenção das condições de habilitação.
<b>Adesão por terceiros</b>	Não será admitida adesão à Ata de Registro de Preços por órgãos ou entidades não participantes.
<b>Formalização das aquisições</b>	As aquisições decorrentes da Ata serão formalizadas conforme a necessidade administrativa, por meio de Ordem de Fornecimento, instrumento contratual simplificado, autorização de fornecimento ou instrumento equivalente.

## PREGÃO ELETRÔNICO SRP nº 002/2026

*Licitação destinada à livre concorrência  
Processo SEI 202600059000319*

**A AGÊNCIA DE FOMENTO DE GOIÁS S/A – GOIÁSFOMENTO**, por intermédio de seu Pregoeiro e Equipe de Apoio, designados pela Portaria nº 159/2025, torna público para conhecimento dos interessados, que realizará sessão pública, no dia, hora e local discriminados na capa deste Edital, para recebimento e análise de propostas das empresas que pretendam participar do Pregão Eletrônico SRP, Tipo MENOR PREÇO (por lote), **MODO DE DISPUTA: ABERTO**, de acordo com as especificações constantes no Anexo I – Termo de Referência e demais anexos, e dos autos do processo SEI nº202600059000319, que integram de forma inseparável este Edital de PREGÃO ELETRÔNICO e seus anexos, em sessão pública realizada por meio do sistema **Compras.gov.br**, observadas as condições estabelecidas neste Edital e em seus anexos.

A presente licitação será regida pela **Lei Federal nº 13.303/2016**, pelo **Regulamento Interno de Licitações e Contratos da GoiásFomento — RILC**, pela **Lei Complementar nº 123/2006**, no que couber, e pelas demais normas aplicáveis à espécie.

O procedimento tem por finalidade o registro de preços para futura, eventual e parcelada aquisição de materiais de expediente, papelaria, escritório, copa e cozinha, destinados ao atendimento das necessidades operacionais da GoiásFomento.

### 1. DA SESSÃO PÚBLICA

- 1.1. A sessão pública do Pregão Eletrônico será realizada por meio do sistema **Compras.gov.br**, no endereço eletrônico [www.gov.br/compras](http://www.gov.br/compras), na data e horário indicados no preâmbulo/capa deste Edital.
- 1.2. Todas as referências de tempo observarão o horário oficial de Brasília/DF.
- 1.3. Durante a sessão pública, a comunicação entre o Pregoeiro e os licitantes ocorrerá exclusivamente por meio do sistema eletrônico, em campo próprio.
- 1.4. Caberá ao licitante acompanhar as operações realizadas no sistema eletrônico durante toda a sessão pública, ficando responsável pelo ônus decorrente da perda de negócios em razão da inobservância de mensagens, avisos, convocações ou de eventual desconexão.
- 1.5. Ocorrendo decretação de feriado ou outro fato superveniente que impeça a realização desta licitação na data acima mencionada, o evento será automaticamente transferido para o primeiro dia útil subsequente, no mesmo horário e local, independentemente de nova comunicação, desde que não haja comunicação da Pregoeira em contrário.

### 2. DO OBJETO:

- 2.1. O objeto da presente licitação é o **registro de preços para futura, eventual e parcelada aquisição de materiais de expediente, papelaria, escritório, copa e cozinha**, visando atender às necessidades da Agência de Fomento de Goiás S.A. — GoiásFomento, conforme especificações, quantitativos estimados, condições e exigências estabelecidas no Termo de Referência e demais anexos deste Edital.
- 2.2. O Edital e seus anexos estarão disponíveis nos endereços eletrônicos [www.gov.br/compras](http://www.gov.br/compras) e [www.goiasfomento.com](http://www.goiasfomento.com), sem prejuízo de outros meios oficiais de divulgação adotados pela GoiásFomento.
- 2.3. Informações adicionais poderão ser obtidas junto à área responsável pela condução do certame, observadas as regras de comunicação, impugnação e pedidos de esclarecimento previstas neste Edital.
- 2.4. Havendo divergência entre as informações constantes do registro da licitação no [www.gov.br/compras](http://www.gov.br/compras) e as constantes deste Edital e de seus Anexos, prevalecerão as últimas.

- 2.5. A presente ata de registro **não permite adesão por terceiros**, eis que a contratação decorre da natureza interna da demanda, da estimativa de consumo elaborada a partir das necessidades próprias da GoiásFomento e da necessidade de preservação do equilíbrio dos quantitativos registrados.
- 2.6. A licitação será dividida em lotes, conforme tabela constante do Termo de Referência, facultando-se ao licitante a participação em quantos lotes forem de seu interesse, desde que apresente proposta para a totalidade dos itens que compõem cada lote.
- 2.7. O critério de julgamento será o de **menor preço por lote**, observadas as especificações técnicas, os quantitativos estimados e as condições de fornecimento previstas no Termo de Referência.
- 2.8. A adoção do julgamento por lote decorre da natureza homogênea dos itens agrupados, da similaridade de mercado fornecedor, da racionalização logística, da economia de escala e da necessidade de maior eficiência na gestão das futuras aquisições, conforme justificativa técnica constante do Termo de Referência.

### **3. DO SISTEMA DE REGISTRO DE PREÇOS:**

- 3.1. A presente licitação será processada pelo Sistema de Registro de Preços — SRP, em razão da natureza comum dos bens, da necessidade de aquisições futuras e parceladas, da variação da demanda interna e da conveniência administrativa de contratação conforme a efetiva necessidade da GoiásFomento.
- 3.2. A Ata de Registro de Preços terá vigência de 12 (doze) meses, contados de sua assinatura, observadas as condições previstas neste Edital, no Termo de Referência e na respectiva minuta da Ata
- 3.3. A Ata de Registro de Preços poderá ser **prorrogada por igual período** (12 meses), desde que comprovada a **vantajosidade dos preços registrados** em relação aos praticados no mercado, mediante pesquisa de preços atualizada, conforme art. 46, inciso II, do RILC, desde que demonstrada a permanência da necessidade administrativa, comprovada a vantajosidade dos preços registrados em relação aos praticados no mercado, mediante pesquisa de preços atualizada, obtida a anuência expressa do fornecedor registrado e verificada a manutenção das condições de habilitação.
- 3.4. A renovação da Ata de Registro de Preços, se realizada, poderá acarretar a renovação dos quantitativos originalmente registrados para o novo período de vigência, desde que compatível com o planejamento da contratação, com a estimativa de demanda constante do Termo de Referência e com a demonstração de vantajosidade.
- 3.5. O registro de preços não obriga a GoiásFomento à aquisição integral dos quantitativos estimados, os quais representam mera previsão de consumo para o período de vigência da Ata.
- 3.6. A formalização da Ata de Registro de Preços observará os trâmites atinentes à formalização de contratos, inclusive quanto à publicação após assinatura pela GoiásFomento e pelo licitante vencedor
- 3.7. O registro de preços não obriga a GoiásFomento à aquisição integral dos quantitativos estimados, os quais representam mera previsão de consumo para o período de vigência da Ata, sem que o instrumento caracterize direito subjetivo à contratação por parte do fornecedor registrado
- 3.8. Os quantitativos indicados no Termo de Referência e na Ata de Registro de Preços representam o limite máximo para as contratações decorrentes, observadas as condições previstas neste Edital.
- 3.9. A Ata de Registro de Preços terá vigência de 12 (doze) meses, contados de sua assinatura, com eficácia condicionada à publicação resumida na imprensa oficial, nos termos do art. 140, §1º, do RILC, e à divulgação no sítio eletrônico da GoiásFomento.
- 3.10. É vedada a realização de acréscimos aos quantitativos registrados na Ata de Registro de Preços. Na hipótese de prorrogação da Ata, os quantitativos originalmente registrados poderão ser renovados para o novo período de vigência, nos termos da fundamentação constante dos autos e do art. 46, inciso II, do RILC, desde que demonstrada a permanência da necessidade

administrativa e a vantajosidade dos preços, sem que tal renovação constitua acréscimo aos quantitativos da Ata.

- 3.11. A Ata de Registro de Preços poderá ser renovada por igual período de 12 (doze) meses, desde que, cumulativamente:
- a) demonstrada a permanência da necessidade administrativa;
  - b) comprovada a vantajosidade dos preços registrados em relação aos praticados no mercado, mediante pesquisa de preços atualizada;
  - c) obtida a anuência expressa do fornecedor registrado;
  - d) verificada a manutenção das condições de habilitação pelo fornecedor;
  - e) atendidos os demais requisitos previstos na Lei Estadual nº 17.928/2012, no Decreto Estadual nº 7.437/2011 e no RILC da GoiásFomento.
- 3.12. A renovação da Ata acarretará, igualmente, na renovação integral dos quantitativos originalmente registrados, que correspondem à estimativa de demanda para o período de 12 (doze) meses, conforme planejamento do Termo de Referência.
- 3.13. A renovação será formalizada por termo aditivo, publicado na forma do art. 140, §1º, do RILC.
- 3.14. A não renovação da Ata não gerará direito a indenização ao fornecedor registrado.
- 3.15. A recusa do fornecedor em renovar a Ata de Registro de Preços não será considerada infração contratual e não ensejará a aplicação de penalidades.

#### **4. DA FORMALIZAÇÃO DAS AQUISIÇÕES DECORRENTES DA ATA DE REGISTRO DE PREÇO:**

- 4.1. O instrumento de contrato é obrigatório nas contratações decorrentes deste certame, nos termos do art. 138, *caput*, do Regulamento Interno de Licitações e Contratos da GoiásFomento — RILC.
- 4.2. Excepcionalmente, nas hipóteses em que a Ordem de Fornecimento envolver compra com entrega imediata e integral, da qual não resultem obrigações futuras, inclusive quanto à assistência técnica, garantia ou substituição de produtos, o instrumento de contrato poderá ser substituído por Ordem de Fornecimento ou Autorização de Fornecimento, nos termos do art. 138, §1º, c/c art. 48, §1º, do RILC.
- 4.3. Para fins do disposto no item 4.2, consideram-se **obrigações futuras**, entre outras:
- a) garantia do fabricante ou do fornecedor, quando exigida no Termo de Referência;
  - b) obrigação de substituição de produtos defeituosos após a entrega;
  - c) assistência técnica;
  - d) manutenção de condições de habilitação vinculada a prestações sucessivas.
- 4.4. Sempre que a Ordem de Fornecimento envolver itens **com garantia mínima de 12 (doze) meses** (ou com qualquer outra obrigação futura expressamente prevista no Termo de Referência), ou quando envolver **entregas parceladas** de um mesmo pedido, será **obrigatória** a celebração de instrumento de **contrato formal**, em conformidade com o art. 138, *caput*, do RILC.
- 4.5. Na hipótese prevista no item 4.2, fica dispensada a publicação da Ordem de Fornecimento em diário oficial quando o valor da respectiva aquisição não superar **5% (cinco por cento)** do limite previsto no art. 51, inciso II, do RILC (atualmente equivalente a R\$ 3.250,00), mantida a obrigatoriedade de publicação no sítio eletrônico da GoiásFomento, nos termos do art. 48, §3º, c/c art. 136, §2º, do RILC.
- 4.6. O fornecedor registrado deverá atender às solicitações da GoiásFomento nos limites dos quantitativos registrados e das condições pactuadas na Ata de Registro de Preços.
- 4.7. Havendo divergência entre o disposto nesta seção e as previsões do Termo de Referência quanto à forma de formalização das aquisições, **prevalecerão as disposições deste Edital**, por serem mais recentes e conformes ao RILC.

#### **5. DO ORÇAMENTO E DO PRAZO DE ENTREGA**

- 5.1. O valor estimado da contratação possuirá caráter **sigiloso**, nos termos da Lei Federal nº 13.303/2016 e do Regulamento Interno de Licitações e Contratos da GoiásFomento.

- 5.2. A divulgação do orçamento estimado somente poderá ocorrer mediante justificativa expressa da autoridade competente, quando demonstrada sua conveniência para a adequada condução do certame.
- 5.3. O sigilo do orçamento não prejudica a divulgação das demais informações necessárias à formulação das propostas pelos licitantes, inclusive especificações técnicas, unidades de medida, quantitativos estimados e condições de fornecimento.
- 5.4. A GoiásFomento poderá realizar diligências para aferir a exequibilidade da proposta, a compatibilidade dos preços ofertados com os valores de mercado e a adequação da proposta às condições estabelecidas neste Edital e em seus anexos.
- 5.5. A entrega dos materiais deverá ocorrer no prazo máximo de até 10 (dez) dias úteis, contados do recebimento da Ordem de Fornecimento, Autorização de Fornecimento ou instrumento equivalente, conforme solicitação da GoiásFomento e de acordo com as especificações técnicas, quantitativos, locais e condições estabelecidas neste Edital, no Termo de Referência e nos demais anexos.
- 5.6. Cabe ao Fiscal e ao gestor do contrato, fiscalizar, acompanhar e verificar sua perfeita execução, em todas as fases, até o recebimento do objeto, de acordo com o disposto na Minuta Contratual, Anexo VI.

## **6. DOS RECURSOS FINANCEIROS:**

- 6.1. O custeio de tal aquisição se dará pela dotação: 8.1.7.24.00.00.087002 - DESPESAS DE MATERIAL - ARTIGO DE EXPEDIENTE EM GERAL e 8.1.7.99.00.00.087002 - OUTRAS DESPESAS ADMINISTRATIVAS - GASTOS COM CANTINA.
- 6.2. As despesas decorrentes das aquisições realizadas com fundamento na Ata de Registro de Preços correrão à conta dos recursos próprios da GoiásFomento, conforme classificação orçamentária própria indicada nos autos do processo administrativo.

## **7. DAS CONDIÇÕES DE PARTICIPAÇÃO:**

- 7.1. A Poderão participar deste Pregão Eletrônico os interessados cujo ramo de atividade seja compatível com o objeto da licitação, que atendam às condições estabelecidas neste Edital e em seus anexos, e que estejam regularmente credenciados no Sistema de Cadastramento Unificado de Fornecedores — SICAF e no sistema Compras.gov.br.
- 7.2. Os interessados deverão observar as condições de cadastramento no SICAF até o terceiro dia útil anterior à data fixada para o recebimento das propostas.
- 7.3. O licitante será exclusivamente responsável pelas transações realizadas em seu nome, assumindo como firmes e verdadeiras as propostas e os lances ofertados, incluindo os atos praticados diretamente ou por intermédio de seu representante, excluindo-se qualquer responsabilidade do provedor do sistema ou do órgão/entidade promotora da licitação por eventuais danos decorrentes do uso inadequado de suas credenciais de acesso, ainda que por terceiros.
- 7.4. É obrigação do licitante cadastrado conferir a exatidão de seus dados nos sistemas mencionados e mantê-los atualizados junto aos órgãos responsáveis pela informação, devendo proceder imediatamente à correção ou alteração dos registros tão logo identifique qualquer incorreção ou desatualização.
- 7.5. O descumprimento da obrigação prevista no item anterior poderá ensejar a desclassificação da licitante no momento da habilitação.
- 7.6. A participação no certame dar-se-á exclusivamente por meio do sistema eletrônico, mediante utilização de chave de identificação e senha pessoal e intransferível.
- 7.7. O licitante será responsável por todas as transações efetuadas em seu nome no sistema eletrônico, assumindo como firmes e verdadeiras suas propostas, declarações e lances, inclusive os atos praticados diretamente ou por seu representante.
- 7.8. Caberá ao licitante acompanhar as operações no sistema eletrônico durante a sessão pública, respondendo pelo ônus decorrente da perda de negócios em razão da inobservância de mensagens emitidas pelo sistema ou de eventual desconexão.

- 7.9. É de responsabilidade do licitante conferir a exatidão de seus dados cadastrais nos sistemas utilizados para participação no certame, mantendo-os atualizados junto aos órgãos responsáveis.
- 7.10. A não observância do disposto no item anterior poderá ensejar a desclassificação da proposta ou a inabilitação do licitante, caso a inconsistência comprometa a regularidade de sua participação ou a verificação das condições exigidas neste Edital.
- 7.11. Não poderão participar desta licitação ou contratar com a GoiásFomento, direta ou indiretamente:
- a) empresa cujo administrador ou sócio detentor de mais de 5% do capital social seja diretor, dirigente ou empregado da GoiásFomento;
  - b) empresa suspensa de licitar e contratar com a GoiásFomento, enquanto perdurarem os efeitos da sanção;
  - c) empresa impedida de licitar e contratar com o Estado de Goiás, enquanto perdurarem os efeitos da sanção;
  - d) empresa declarada inidônea pela União, Estado, Distrito Federal ou Município, enquanto perdurarem os efeitos da sanção;
  - e) empresa incluída no Cadastro Nacional de Empresas Inidôneas e Suspensas — CEIS, quando a sanção produzir efeitos compatíveis com o impedimento de participação;
  - f) empresa constituída por sócio de empresa suspensa, impedida ou declarada inidônea, quando demonstrado intuito de burla à penalidade aplicada;
  - g) empresa que possua, em seu quadro societário, dirigente ou responsável técnico com vínculo de parentesco, até o terceiro grau civil, com dirigente da GoiásFomento, empregado que atue na área responsável pela licitação ou contratação, ou autoridade do Estado de Goiás, quando configurado conflito de interesses;
  - h) empresa cujo proprietário, sócio ou dirigente tenha encerrado vínculo com a GoiásFomento há menos de 6 (seis) meses, quando aplicável a vedação prevista na legislação ou no Regulamento Interno;
  - i) empresa que se encontre em processo de falência, dissolução ou liquidação;
  - j) empresa em recuperação judicial ou extrajudicial, salvo se demonstrada, por documentação idônea, a viabilidade econômico-financeira para cumprir as obrigações decorrentes da contratação;
  - k) pessoa física ou jurídica que tenha participado da elaboração do Termo de Referência, do edital ou de documento técnico essencial à contratação, salvo nas hipóteses admitidas pela legislação e desde que inexistente vantagem indevida ou conflito de interesses;
  - l) empresas controladoras, controladas ou coligadas, nos termos da Lei nº 6.404/1976, concorrendo entre si no mesmo lote;
  - m) pessoa jurídica cujo objeto social seja incompatível com o objeto da licitação.
- Nota: Em caso de empresa em processo de recuperação judicial, será permitida sua participação na licitação, desde que esteja com o plano de recuperação devidamente aprovado e homologado judicialmente, bem como com a recuperação judicial já deferida, nos termos do art. 58 da Lei nº 11.101/2005. Ademais, a empresa deverá apresentar certidão judicial, emitida pelo juízo responsável pela homologação do plano mencionado, em substituição às certidões negativas de falência e recuperação judicial, atestando que a empresa possui condições econômicas e financeiras para suportar as obrigações decorrentes de um futuro contrato com a Administração Pública.*
- 7.12. Aplicam-se às vedações:
- a) à contratação do próprio empregado ou dirigente da GOIASFOMENTO, como pessoa sica, bem como à participação dele em procedimentos licitatórios, na condição de licitante;
  - b) a quem tenha relação de parentesco, até o terceiro grau civil, com:
    - a. dirigente de empresa pública ou sociedade de economia mista;
    - b. empregado de empresa pública ou sociedade de economia mista, cujas atribuições envolvam a atuação na área responsável pela licitação ou contratação;
    - c. autoridade do Estado de Goiás

- 7.13. cujo proprietário, mesmo na condição de sócio, tenha terminado seu prazo de gestão ou rompido seu vínculo com a GOIASFOMENTO há menos de 6 (seis) meses
- 7.14. As vedações previstas neste Edital também se aplicam às hipóteses de participação indireta, interposta pessoa, tentativa de burla à sanção administrativa ou situação que caracterize conflito de interesses.

## **8. DO TRATAMENTO DIFERENCIADO ÀS MICROEMPRESAS E EMPRESAS DE PEQUENO PORTE:**

- 8.1. Será assegurado tratamento diferenciado e favorecido às microempresas e empresas de pequeno porte, nos termos da Lei Complementar nº 123/2006, observadas as condições previstas neste Edital.
- 8.2. Para usufruir dos benefícios previstos na Lei Complementar nº 123/2006, o licitante deverá declarar, em campo próprio do sistema eletrônico, sua condição de microempresa ou empresa de pequeno porte.
- 8.3. Na hipótese de participação no presente certame, será assegurado às Microempresas (ME) e às Empresas de Pequeno Porte (EPP), como critério de desempate, o direito de preferência para apresentar proposta de menor preço em relação àquela ofertada por licitante que não se enquadre nessas categorias.
- 8.4. Não poderão usufruir do regime diferenciado e favorecido estabelecido pela Lei Complementar nº 123, de 14 de dezembro de 2006, com as alterações introduzidas pela LC nº 147/2014, as licitantes que se enquadrem nas hipóteses de exclusão previstas no artigo 3º da referida norma.
- 8.5. As disposições que regulam o presente Pregão serão interpretadas sempre no sentido de promover a ampliação da competitividade entre os interessados, observados os direitos das participantes.
- 8.6. Para se beneficiar das prerrogativas previstas no Decreto Estadual nº 7.466/2011, a licitante que se qualificar como Microempresa (ME) ou Empresa de Pequeno Porte (EPP) deverá declarar essa condição e, no momento da apresentação dos documentos de habilitação, dentro dos prazos estabelecidos, apresentar certidão que comprove seu enquadramento, emitida pela Junta Comercial. Alternativamente, poderá ser apresentado documento emitido pela Receita Federal, por meio de consulta ao sítio eletrônico [www.receita.fazenda.gov.br/simplesnacional](http://www.receita.fazenda.gov.br/simplesnacional), sendo este passível de confronto com as peças contábeis apresentadas no certame.
- 8.7. A participação das Microempresas (ME) e Empresas de Pequeno Porte (EPP) obedecerá rigorosamente às disposições contidas na Lei Complementar nº 123/2006, com as alterações introduzidas pela LC nº 147/2014, bem como nos Decretos Estaduais nº 7.466/2011 e nº 7.600/2012.
- 8.8. A declaração falsa relativa ao enquadramento como microempresa ou empresa de pequeno porte sujeitará o licitante às sanções previstas neste Edital, sem prejuízo de outras medidas cabíveis.
- 8.9. As microempresas e empresas de pequeno porte deverão apresentar toda a documentação exigida para fins de habilitação, ainda que esta contenha alguma restrição quanto à regularidade fiscal ou trabalhista.
- 8.10. Havendo alguma restrição na comprovação da regularidade fiscal ou trabalhista, será assegurado o prazo legal para regularização, pagamento ou parcelamento do débito e emissão de eventuais certidões negativas ou positivas com efeito de negativas.
- 8.11. A não regularização da documentação no prazo previsto implicará decadência do direito à contratação, sem prejuízo das sanções cabíveis, facultada à GoiásFomento a convocação dos licitantes remanescentes, na ordem de classificação, ou a revogação do certame.
- 8.12. O tratamento favorecido somente será concedido ao licitante que se enquadrar nos limites legais e que não incidir em qualquer hipótese de exclusão prevista na Lei Complementar nº 123/2006.

- 8.13. O critério de desempate em favor das microempresas e empresas de pequeno porte observará os procedimentos realizados pelo sistema eletrônico e as disposições da Lei Complementar nº 123/2006.

## **9. PRAZO E CONDIÇÕES DE EXECUÇÃO E RECEBIMENTO DO OBJETO:**

- 9.1. Os materiais deverão ser entregues no prazo máximo de até 10 (dez) dias úteis, contados do recebimento da Ordem de Fornecimento, Autorização de Fornecimento ou instrumento equivalente, observadas as especificações, quantitativos, locais de entrega, condições de recebimento e demais exigências estabelecidas no Termo de Referência e nos anexos deste Edital.

## **10. DA REPRESENTAÇÃO E DO CREDENCIAMENTO:**

- 10.1. Para participar do Pregão Eletrônico, o licitante deverá estar previamente credenciado no sistema **Compras.gov.br** e atender às condições de cadastramento exigidas pelo sistema e pelo SICAF.
- 10.2. O credenciamento implica responsabilidade legal do licitante e presunção de sua capacidade técnica para realização das transações inerentes ao certame.
- 10.3. A utilização da senha de acesso ao sistema eletrônico é de exclusiva responsabilidade do licitante, incluindo qualquer transação realizada diretamente ou por seu representante.
- 10.4. A GoiásFomento e o provedor do sistema não se responsabilizam por eventuais danos decorrentes de uso indevido da senha, ainda que por terceiros.
- 10.5. O licitante deverá observar as regras operacionais do sistema eletrônico, cabendo-lhe providenciar previamente os meios técnicos necessários à participação no certame.
- 10.6. A representação da licitante deverá ser formalizada por meio de instrumento de procuração, público ou particular, com firma reconhecida em cartório, que ateste os poderes necessários para a prática de todos os atos inerentes ao certame em nome do proponente. Caso o representante seja sócio, proprietário, dirigente ou equivalente da empresa proponente, será exigida a apresentação de cópia do contrato social, estatuto ou outro instrumento específico que expresse os poderes conferidos para o exercício de atribuições e assunção de obrigações decorrentes de sua investidura

## **11. DAS DECLARAÇÕES NO SISTEMA:**

- 11.1. No cadastramento da proposta, o licitante deverá declarar, em campo próprio do sistema eletrônico, que:
- a) está ciente e concorda com as condições previstas neste Edital e em seus anexos;
  - b) cumpre plenamente os requisitos de habilitação;
  - c) sua proposta compreende a integralidade dos custos necessários ao fornecimento do objeto;
  - d) não emprega menor de 18 anos em trabalho noturno, perigoso ou insalubre, nem menor de 16 anos, salvo na condição de aprendiz, a partir de 14 anos, nos termos da Constituição Federal;
  - e) não possui empregados submetidos a trabalho degradante ou forçado;
  - f) cumpre, quando aplicável, as exigências de reserva de cargos para pessoas com deficiência e reabilitados da Previdência Social;
  - g) não se enquadra em nenhuma das hipóteses impeditivas de participação previstas neste Edital;
  - h) atende às exigências de integridade, idoneidade e ausência de conflito de interesses previstas na legislação aplicável.
- 11.2. A falsidade de qualquer declaração sujeitará o licitante às sanções cabíveis, sem prejuízo de sua desclassificação ou inabilitação.
- 11.3. O preenchimento de tais declarações junto ao sistema não exclui o dever de preenchimento das que constam anexas ao Edital.



## **12. DA IMPUGNAÇÃO E ESCLARECIMENTO DO EDITAL:**

- 12.1. Até 05 (cinco) dias úteis antes da data fixada para a abertura da sessão pública, qualquer pessoa poderá impugnar o ato convocatório do Pregão.
- 12.2. Os pedidos de esclarecimentos ao edital deverão ser enviados ao pregoeiro, até 03 (três) dias úteis antes da data fixada para a abertura da sessão pública, por meio eletrônico, conforme previsto no edital.
- 12.3. A impugnação não terá efeito suspensivo, cabendo ao pregoeiro, auxiliada pelos responsáveis pela elaboração do edital e seus anexos, decidir sobre a impugnação no prazo de até 3 (três) dias, contados a partir do recebimento da impugnação.
- 12.4. Os pedidos de esclarecimento referentes ao processo licitatório deverão ser enviados à pregoeira, até 03 (três) dias úteis antes da data fixada para a abertura da sessão pública, devendo ser respondidos no prazo de até 02 (dois) dias úteis, por meio eletrônico, conforme previsto no edital.
- 12.5. Caso a impugnação seja acolhida, eventuais modificações realizadas no edital deverão ser divulgadas nos mesmos termos e prazos dos atos e procedimentos originais, exceto quando a alteração não impactar a preparação das propostas.
- 12.6. Na contagem dos prazos para apresentação de impugnação ou pedidos de esclarecimento, estabelecidos nos subitens acima, excluir-se-ão o dia do início e o dia do vencimento.

## **13. DA PROPOSTA DE PREÇOS:**

- 13.1. A licitante deverá encaminhar sua proposta exclusivamente por meio do sistema eletrônico, até a data e o horário estabelecidos para abertura da sessão pública, quando será encerrada automaticamente a fase de recebimento de propostas.
- 13.2. No cadastramento da proposta, a licitante deverá declarar, em campo próprio do sistema eletrônico, que cumpre integralmente os requisitos de habilitação e que sua proposta atende às exigências deste Edital e de seus anexos.
- 13.3. As propostas permanecerão disponíveis no sistema eletrônico, observadas as regras de sigilo, publicidade e operacionalização próprias da plataforma utilizada.
- 13.3.1.1. Até a abertura da sessão pública, a licitante poderá retirar ou substituir a proposta anteriormente encaminhada.
- 13.3.1.2. Caso a análise de conformidade das propostas demande tempo superior ao previsto para a sessão, o Pregoeiro poderá suspender o certame, informando às licitantes, por meio do sistema eletrônico, a data e o horário de retomada dos trabalhos.
- 13.4. As propostas terão validade mínima de 60 (sessenta) dias, contados da data de abertura da sessão pública, salvo disposição diversa constante do preâmbulo deste Edital.
- 13.4.1.1. Decorrido o prazo de validade da proposta sem convocação para assinatura da Ata de Registro de Preços ou formalização de instrumento equivalente, a licitante ficará liberada dos compromissos assumidos, salvo se aceitar expressamente a prorrogação da validade da proposta.
- 13.5. Será admitida apenas uma proposta por lote para cada licitante, devendo a proposta contemplar a totalidade dos itens que compõem o respectivo lote.
- 13.5.1.1. Não será aceita proposta parcial para lote, ainda que relativa a item isolado, salvo se expressamente autorizado no Termo de Referência.
- 13.6. As especificações dos bens, unidades de medida, quantitativos estimados e demais condições de fornecimento constam do Anexo I — Termo de Referência e demais anexos deste Edital.
- 13.7. A proposta de preços deverá conter, no mínimo:
  - a) razão social, CNPJ, endereço, telefone e e-mail da licitante;
  - b) identificação do representante legal;
  - c) indicação do lote adjudicado;
  - d) descrição dos itens que compõem o lote, em conformidade com o Termo de Referência;
  - e) marca e/ou fabricante, quando aplicável;
  - f) unidade de medida;
  - g) quantidade estimada;

- h) valor unitário de cada item;
  - i) valor total de cada item;
  - j) valor total do lote;
  - k) prazo de validade da proposta;
  - l) declaração de que os preços incluem todos os custos necessários (diretos e indiretos) ao integral fornecimento do objeto.
- 13.8. Após o encerramento da fase de lances e eventual negociação, a licitante mais bem classificada deverá encaminhar proposta ajustada ao último lance ou ao valor negociado, no prazo fixado pela Pregoeira no sistema eletrônico.
- 13.9. A proposta ajustada deverá manter compatibilidade com o valor final ofertado no sistema, admitida a readequação dos valores unitários dos itens que compõem o lote, desde que não haja majoração do valor global da proposta e que os preços unitários permaneçam compatíveis com o mercado.
- 13.10. Os preços ofertados deverão incluir todos os tributos, encargos, fretes, seguros, embalagens, despesas administrativas, custos operacionais e quaisquer outros ônus necessários ao fornecimento integral dos materiais.
- 13.11. Quaisquer tributos, custos ou despesas omitidos, incorretamente cotados ou não discriminados na proposta serão considerados incluídos nos preços ofertados, não sendo admitidos pleitos posteriores de acréscimo, reajuste ou cobrança adicional a esse título.
- 13.12. A licitante será exclusiva responsável pelos preços propostos, não lhe sendo permitido pleitear alteração sob alegação de erro, omissão, desconhecimento das condições de fornecimento ou qualquer outro fundamento semelhante.
- 13.13. O Pregoeiro, com apoio da equipe de apoio e da área técnica, quando necessário, poderá realizar diligências para verificar a conformidade da proposta, a compatibilidade dos produtos ofertados com as especificações do Termo de Referência e a exequibilidade dos preços.
- 13.14. Para fins de diligência, poderá ser solicitada a apresentação de catálogos, fichas técnicas, imagens, indicação de marca e fabricante, documentos comerciais, planilhas de composição de custos ou outros elementos idôneos de comprovação.
- 13.15. A diligência não poderá resultar em alteração substancial da proposta, majoração de preço, substituição indevida do objeto ofertado ou violação à isonomia entre as licitantes.
- 13.16. Na hipótese de apresentação de propostas ou lances de mesmo valor, serão observados os critérios de desempate previstos na legislação aplicável, neste Edital e nas regras operacionais do sistema eletrônico.
- 13.17. Caso, por motivo superveniente, a adjudicação ou a formalização da Ata de Registro de Preços não ocorra dentro do prazo de validade da proposta, e havendo interesse da GoiásFomento, poderá ser solicitada à licitante a prorrogação da validade da proposta por igual período.
- 13.18. Serão admitidas, a critério do Pregoeiro, falhas de natureza meramente formal que não comprometam a essência da proposta, a competitividade, o interesse público, a isonomia entre as licitantes e a legalidade do certame.
- 13.19. Serão desclassificadas as propostas que:
- a) não atenderem às exigências deste Edital e de seus anexos;
  - b) não contemplarem a totalidade dos itens do lote ofertado;
  - c) apresentarem produtos incompatíveis com as especificações mínimas do Termo de Referência;
  - d) contiverem preço manifestamente inexequível, quando não comprovada sua viabilidade;
  - e) apresentarem preço simbólico, irrisório ou de valor zero;
  - f) impuserem condições não previstas neste Edital;
  - g) apresentarem vício insanável ou informação que comprometa sua validade, compreensão ou execução.
- 13.20. A eventual indicação de marcas de referência no Termo de Referência terá caráter meramente orientativo de padrão mínimo de qualidade, admitindo-se produtos equivalentes, similares ou de qualidade superior, desde que atendidas integralmente as especificações técnicas exigidas.
- 13.21. A equivalência do produto ofertado poderá ser aferida pela GoiásFomento mediante análise técnica, diligência, apresentação de catálogo, ficha técnica, amostra, quando cabível, ou outro meio idôneo de comprovação.

#### 14. DA ABERTURA DA SESSÃO, CLASSIFICAÇÃO DAS PROPOSTAS

- 14.1. A abertura da presente licitação ocorrerá automaticamente em sessão pública, por meio de sistema eletrônico, na data, horário e local indicados neste Edital.
- 14.2. Os licitantes poderão retirar ou substituir as propostas previamente inseridas no sistema até o momento da abertura da sessão pública.
- 14.3. O sistema disponibilizará um campo próprio para a troca de mensagens entre o pregoeiro e os licitantes.
- 14.4. O Pregoeiro verificará as propostas apresentadas e desclassificará, motivadamente, aquelas que:
  - a) Não atendam às exigências do Edital e de seus anexos;
  - b) Apresentem descrição incompatível com o objeto;
  - c) Deixem de contemplar a totalidade dos itens do lote;
  - d) Apresentem preço manifestamente inexequível, quando não demonstrada sua viabilidade;
  - e) Apresentem preço simbólico, irrisório ou de valor zero;
  - f) Conttenham vícios insanáveis;
  - g) Identifiquem indevidamente o licitante quando o sistema exigir anonimato da proposta;
  - h) Estejam em desconformidade com as especificações técnicas mínimas previstas no Termo de Referência.
- 14.5. A desclassificação será registrada no sistema, com indicação objetiva dos fundamentos.
- 14.6. Somente os licitantes com propostas classificadas participarão da fase de lances.
- 14.7. Iniciada a etapa competitiva, os licitantes deverão encaminhar lances exclusivamente por meio do sistema eletrônico, sendo imediatamente informados do recebimento e do valor consignado no registro.
- 14.8. Os lances deverão observar o critério de julgamento definido neste Edital, considerando o **valor total do lote**.
- 14.9. Os licitantes poderão apresentar lances sucessivos, observando o horário fixado para abertura da sessão pública e as regras estabelecidas neste Edital.
- 14.10. Apenas serão admitidos lances de valores inferiores aos últimos ofertados e registrados pelo sistema para cada licitante
- 14.11. O intervalo mínimo entre os lances, seja em valores ou percentuais, será de R\$ 50,00 (cinquenta reais), aplicando-se tanto para os lances intermediários quanto para os lances destinados a superar a melhor oferta;
- 14.12. Cada licitante poderá, uma única vez, excluir o último lance ofertado, no intervalo de quinze segundos após seu registro no sistema, desde que este seja inconsistente ou inexequível.
- 14.13. O modo de disputa será **aberto**, com apresentação de lances públicos e sucessivos, observadas as regras operacionais do sistema Compras.gov.br.
- 14.14. A etapa de lances terá duração inicial de 10 (dez) minutos, sendo prorrogada automaticamente pelo sistema quando houver lance ofertado nos últimos 2 (dois) minutos do período.
- 14.15. A prorrogação automática será de 2 (dois) minutos e ocorrerá sucessivamente enquanto houver novos lances nesse intervalo.
- 14.16. Encerrada a etapa de lances, o sistema ordenará as propostas em ordem crescente de valores, considerando o menor preço total por lote.
- 14.17. O Pregoeiro poderá realizar diligências para verificar a conformidade das propostas, a compatibilidade das especificações e a exequibilidade dos preços ofertados.
- 14.18. Será aceita apenas uma proposta por ITEM/LOTE para cada licitante, sendo que, ao término do prazo estipulado para registro de propostas, o sistema bloqueará automaticamente o envio de novas propostas.
- 14.19. As especificações dos bens e materiais encontram-se descritas no **Anexo I – Termo de Referência** e demais anexos do Edital.
- 14.20. A Proposta de Preço deverá ser apresentada contendo o “VALOR UNITÁRIO”, conforme especificado no Termo de Referência, e enviada exclusivamente por meio do sistema eletrônico. A disputa, na fase de lances, será pelo valor total do item/lote, e caberá exclusivamente à licitante comprovar a exequibilidade dos valores, caso solicitado pelo pregoeiro.

## 15. DO JULGAMENTO DAS PROPOSTAS:

- 15.1. O julgamento das propostas será realizado pelo critério de **menor preço por lote**, observadas as especificações técnicas, condições de fornecimento, quantitativos estimados e demais exigências previstas neste Edital e em seus anexos.
- 15.2. Será considerada vencedora, para cada lote, a licitante que apresentar a proposta de menor preço total, desde que atendidas todas as condições de aceitabilidade, habilitação e demais exigências do instrumento convocatório.
- 15.3. O julgamento por lote não autoriza o fornecimento parcial dos itens que compõem o respectivo agrupamento, devendo a licitante vencedora assumir o fornecimento integral dos materiais integrantes do lote adjudicado.
- 15.4. A análise da proposta deverá considerar a compatibilidade entre os preços ofertados, as especificações constantes do Termo de Referência e os parâmetros de mercado apurados na fase preparatória, resguardado o sigilo do orçamento estimado.
- 15.5. O Pregoeiro poderá realizar diligências destinadas a esclarecer ou complementar a instrução, vedada a inclusão posterior de documento ou informação que deveria constar originariamente da proposta, salvo quando se tratar de documento destinado a comprovar condição preexistente ou de correção de falha formal que não altere a substância da proposta.
- 15.6. A licitante deverá apresentar declaração de concordância com a retenção, pela **GOIASFOMENTO**, do percentual correspondente à execução do objeto, nos termos da Resolução nº 071/INSS, quando aplicável.
- 15.7. Serão admitidas, a critério do pregoeiro, falhas de natureza meramente formal que não comprometam a essência do conteúdo, o interesse público, ou os princípios da isonomia e da legalidade.
- 15.8. Não será admitida proposta que:
  - a) contenha preço manifestamente inexequível;
  - b) apresente preço simbólico, irrisório ou de valor zero;
  - c) deixe de contemplar todos os itens do lote;
  - d) apresente especificações inferiores às exigidas no Termo de Referência;
  - e) condicione a proposta a evento futuro ou incerto;
  - f) imponha condições não previstas neste Edital;
  - g) esteja em desacordo com as regras do sistema eletrônico;
  - h) contenha vício insanável ou incompatível com a isonomia entre os licitantes.
- 15.9. Para bens e serviços em geral, será considerado indício de inexequibilidade valores inferiores a 50% (cinquenta por cento) do valor estimado pela Administração, sendo que, nos demais casos, a inexequibilidade será confirmada mediante diligência que comprove:
  - a) Que os custos do licitante ultrapassem o valor da proposta;
  - b) A inexistência de custos de oportunidade que justifiquem o valor ofertado
- 15.10. Havendo indícios de inexequibilidade ou necessidade de esclarecimentos complementares, diligências poderão ser realizadas para que o licitante comprove a viabilidade de sua proposta.
- 15.11. Caso o custo global do objeto licitado tenha sido detalhado por meio de planilhas de custos e formação de preços, o licitante classificado em primeiro lugar será convocado a apresentar planilha elaborada com valores ajustados ao total da proposta, sob pena de desclassificação.
- 15.12. Erros no preenchimento da planilha de custos não constituem motivo para desclassificação, desde que sejam corrigidos dentro do prazo estabelecido pelo sistema e sem aumento do valor total da proposta:
  - i. O ajuste limita-se a sanar falhas formais sem alterar a substância da proposta
  - ii. É passível de correção, por exemplo, a indicação indevida de recolhimento de tributos sob o regime do Simples Nacional.
- 14.12.1. Para análise da adequação da proposta ao objeto licitado, poderá ser solicitada manifestação do setor requisitante ou de área especializada.
- 14.13. Caso seja exigida amostra no Termo de Referência, o licitante classificado em primeiro lugar deverá apresentá-la conforme especificado, sob pena de desclassificação;
- 14.14. O local e horário para avaliação de amostras serão divulgados no sistema, sendo facultada a presença dos licitantes interessados.

- 14.15. O resultado das avaliações será publicado no sistema eletrônico.
- 14.16. A ausência ou atraso na entrega da amostra, sem justificativa aceita pelo pregoeiro, ou a apresentação de amostra fora das especificações previstas no edital, acarretará a recusa da proposta.
- 14.17. Caso a amostra apresentada pelo primeiro classificado seja rejeitada, o pregoeiro analisará a proposta e as amostras dos classificados subsequentes, até que uma proposta seja considerada aceitável, observando o Termo de Referência.

## **15. DA NEGOCIAÇÃO:**

- 15.1. Encerrada a etapa de lances e observada a ordem de classificação, o Pregoeiro poderá encaminhar contraproposta à licitante mais bem classificada, com vistas à obtenção de melhor preço para a GoiásFomento.
- 15.2. A negociação será realizada por meio do sistema eletrônico, podendo ser acompanhada pelos demais licitantes.
- 15.3. A negociação deverá observar o preço ofertado pela licitante, os parâmetros de mercado apurados na fase preparatória e o caráter sigiloso do orçamento estimado.
- 15.4. A negociação não poderá resultar em majoração do preço ofertado.
- 15.5. Havendo êxito na negociação, o valor final deverá ser registrado no sistema e refletido na proposta ajustada a ser apresentada pela licitante.
- 15.6. Caso a negociação não seja aceita, o Pregoeiro examinará a proposta originalmente ofertada, podendo aceitá-la, recusá-la de forma motivada ou convocar a licitante subsequente, observada a ordem de classificação.

## **16. DA HABILITAÇÃO:**

- 16.1. Encerrada a etapa de negociação, o pregoeiro verificará se o licitante provisoriamente classificado em primeiro lugar atende às condições de participação no certame e às disposições deste Edital, especialmente no que tange à existência de sanções que impeçam a participação ou futura contratação, mediante consulta aos seguintes cadastros:
  - 16.1.1. Sistema de Cadastramento Unificado de Fornecedores – SICAF;
  - 16.1.2. Cadastro Nacional de Empresas Inidôneas e Suspensas (CEIS), mantido pela Controladoria-Geral da União (<https://www.portaltransparencia.gov.br/sancoes/ceis>);
  - 16.1.3. Cadastro Nacional de Empresas Punidas (CNEP), mantido pela Controladoria-Geral da União (<https://www.portaltransparencia.gov.br/sancoes/cnep>).
- 16.2. A consulta aos cadastros será realizada em nome da empresa licitante e também de seu sócio majoritário, em conformidade com o disposto no artigo 12 da Lei nº 8.429/1992.
- 16.3. Caso conste na consulta de situação do licitante a existência de ocorrências impeditivas indiretas, o pregoeiro realizará diligências para verificar a eventual ocorrência de fraude por parte das empresas indicadas no relatório de ocorrências impeditivas indiretas, conforme disposto no artigo 29 da Instrução Normativa nº 3/2018:
  - 16.3.1. A tentativa de burla será investigada por meio da análise de vínculos societários, similaridade nas linhas de fornecimento, entre outros elementos;
  - 16.3.2. O licitante será previamente convocado para manifestação antes de eventual desclassificação;
  - 16.3.3. Constatada a existência de sanção impeditiva, o licitante será inabilitado por falta de condição de participação.
- 16.4. Na hipótese de inversão das fases de habilitação e julgamento, caso atendidas as condições de participação, proceder-se-á à habilitação do licitante.
- 16.5. Caso o licitante provisoriamente classificado em primeiro lugar tenha utilizado algum benefício destinado a microempresas ou empresas de pequeno porte (ME/EPP), o pregoeiro verificará se o licitante atende aos requisitos para sua aplicação, conforme disposto neste edital;
- 16.6. Verificadas as condições de participação e a utilização do benefício, o pregoeiro analisará a adequação da proposta classificada em primeiro lugar ao objeto licitado, bem como sua

compatibilidade com o preço máximo estipulado neste edital e em seus anexos, em conformidade com os artigos 29 a 35 da Instrução Normativa SEGES nº 73/2022.

- 16.7. Para fins de habilitação, a licitante deverá comprovar:
- a) habilitação jurídica;
  - b) regularidade fiscal e trabalhista;
  - c) qualificação econômico-financeira;
  - d) qualificação técnica, quando exigida;
  - e) cumprimento das declarações legais obrigatórias;
  - f) inexistência de impedimentos para licitar ou contratar com a GoiásFomento.
- 16.8. A documentação relativa à habilitação jurídica consistirá, conforme a natureza da licitante, em:
- a) registro comercial, no caso de empresa individual;
  - b) ato constitutivo, estatuto ou contrato social em vigor, devidamente registrado;
  - c) documentos de eleição ou designação dos administradores, quando aplicável;
  - d) inscrição do ato constitutivo, no caso de sociedade simples, acompanhada de prova da diretoria em exercício;
  - e) decreto de autorização, no caso de empresa ou sociedade estrangeira em funcionamento no País, quando exigível.
- 16.9. A regularidade fiscal e trabalhista será comprovada mediante apresentação ou consulta dos seguintes documentos:
- a) prova de inscrição no Cadastro Nacional da Pessoa Jurídica — CNPJ;
  - b) prova de regularidade perante a Fazenda Federal e a Dívida Ativa da União;
  - c) prova de regularidade perante a Fazenda Estadual, quando aplicável;
  - d) prova de regularidade perante a Fazenda Municipal do domicílio ou sede da licitante, quando aplicável;
  - e) prova de regularidade relativa ao Fundo de Garantia do Tempo de Serviço — FGTS;
  - f) Certidão negativa de débitos junto ao Instituto Nacional do Seguro Social (INSS), ou outro documento que demonstre regularidade perante a Seguridade Social, admitindo-se ainda a apresentação de prova de garantia judicial suficiente para a quitação do débito, caso exista pendência litigiosa.
    - \* As comprovações relativas à regularidade junto à Seguridade Social e à Fazenda Federal devem ser apresentadas mediante certidão expedida de forma conjunta pela Secretaria da Receita Federal do Brasil (RFB) e pela Procuradoria-Geral da Fazenda Nacional (PGFN), abrangendo todos os créditos tributários federais e a Dívida Ativa da União (DAU) administrados por essas instituições. Prova de regularidade fiscal junto à Fazenda Estadual do domicílio ou sede do licitante, quando localizado em unidade da federação diversa, bem como do Estado de Goiás.*
  - g) prova de inexistência de débitos inadimplidos perante a Justiça do Trabalho, mediante Certidão Negativa de Débitos Trabalhistas — CNDT, ou positiva com efeitos de negativa.
    - \* Na hipótese de participação no certame pela matriz, com possibilidade de execução contratual pela filial, ou vice-versa, a regularidade fiscal deverá ser demonstrada por ambas, excetuando-se os casos em que, pela natureza das certidões, estas sejam emitidas exclusivamente em nome da matriz, conforme entendimento da Procuradoria-Geral do Estado no Despacho “AG” nº 001930/2008.*
- 16.10. A qualificação econômico-financeira será comprovada mediante apresentação de certidão negativa de falência, recuperação judicial ou extrajudicial, expedida pelo distribuidor da sede da licitante, observada a possibilidade de participação de empresa em recuperação judicial desde que comprovada sua aptidão econômico-financeira para execução do objeto.
- 16.11. Certidão negativa de falência expedida pelo cartório distribuidor e/ou órgão judiciário competente da sede da pessoa jurídica licitante, com data de emissão não superior a 90 (noventa) dias

anteriores à data de abertura da sessão pública, salvo se a própria certidão indicar prazo de validade diverso.

- 16.12. Se a comarca da sede da licitante possuir mais de um Cartório Distribuidor, deverá ser apresentada certidão negativa de falência expedida por todos eles, nos termos do art. 19, § 2º, do Regulamento Interno de Licitações, Contratos e Convênios da GoiásFomento.
- 16.12.1. Em caso de licitante pessoa física, deverá ser apresentada certidão negativa de execução patrimonial, expedida pelo cartório distribuidor do seu domicílio.
- 16.12.2. A licitante que se encontrar em processo de **recuperação judicial ou extrajudicial** não será automaticamente inabilitada, desde que apresente, cumulativamente:
- a) certidão emitida pelo juízo competente, atestando que a interessada está apta econômica e financeiramente a participar de procedimento licitatório, nos termos da legislação vigente; e
  - b) o plano de recuperação já homologado pelo juízo competente e em pleno vigor, sem ter havido decretação de falência ou conversão em falência, nos termos dos arts. 58 e seguintes da Lei nº 11.101, de 9 de fevereiro de 2005.
- a)
- 16.13. Balanço patrimonial e demonstrações contábeis referentes ao **último exercício social**, já exigíveis e apresentados na forma da lei, devidamente assinados pelo contador e pelo representante legal da pessoa jurídica, que comprovem a boa situação financeira da licitante, vedada a sua substituição por balancetes ou balanços provisórios, nos termos do art. 19, inciso I, do Regulamento Interno de Licitações, Contratos e Convênios da GoiásFomento.
- 16.13.1. Serão aceitos balanços e demonstrações contábeis intermediários, na forma da lei, quando a pessoa jurídica tiver sido constituída no exercício social em curso.
- 16.14. No caso de sociedades por ações (S.A.), o balanço patrimonial e as demonstrações contábeis deverão ter sido devidamente publicados na forma da legislação societária vigente, inclusive por meio eletrônico, quando admitido, acompanhados dos índices de liquidez exigidos neste edital.
- 16.14.1. Para as demais formas societárias, o balanço patrimonial deverá ser registrado na Junta Comercial competente ou no Cartório de Registro Civil de Pessoas Jurídicas, conforme o caso.
- 16.14.2. Apresentação da comprovação do índice de liquidez geral, apurado com base no balanço apresentado, utilizando os seguintes parâmetros:
- Índice de Liquidez Corrente (ILC), igual ou superior a 1,00 (um), calculado pela fórmula  $ILC = AC/PC$ , sendo AC o Ativo Circulante e PC o Passivo Circulante;
  - Índice de Liquidez Geral (ILG), igual ou superior a 1,00 (um), calculado pela fórmula  $ILG = (AC + RLP)/ET$ , onde AC é o Ativo Circulante, RLP o Realizável a Longo Prazo e ET o Exigível Total.
- 16.14.3. Balanço patrimonial e demonstrações contábeis do último exercício social devidamente publicados na imprensa oficial, no caso de sociedades por ações, acompanhados do índice de liquidez financeira exigido.
- 16.14.4. A licitante deverá apresentar, juntamente com o balanço patrimonial, o **memorial de cálculo dos índices**, assinado pelo contador responsável, sob pena de inabilitação, caso não seja possível a aferição dos índices a partir dos demonstrativos apresentados.
- 16.14.5. Caso a empresa apresente resultado inferior a 1,00 (um) em qualquer dos índices mencionados, deverá comprovar capital social integralizado ou patrimônio líquido mínimo correspondente a 10% (dez por cento) do valor estimado, conforme balanço patrimonial do último exercício social, nos termos da legislação aplicável.
- 16.14.6. Nos casos em que a qualificação econômico-financeira seja comprovada por meio de capital social ou patrimônio líquido mínimo, poderá ser requisitada, a qualquer tempo, a relação de compromissos assumidos pelos licitantes que impactem sua capacidade operacional ou a disponibilidade financeira
- 16.15. Comprovação de aptidão para qualificação técnica se dará através de atestado de capacidade técnica, que comprovem que a empresa licitante tenha executado ou esteja executando contrato compatível ao objeto dessa licitação, podendo ser emitido por pessoa jurídica de direito público ou privado. O atestado deve conter informações do seu emitente como telefone e endereço, de forma que se possa fazer contato para verificar sua autenticidade, se for necessário. O atestado de capacidade técnica terá prazo de validade indeterminado, salvo quando no mesmo estiver explícita sua validade;

- 16.16. Constatado o atendimento das exigências de habilitação, a licitante será declarada habilitada.
- 16.17. Caso a licitante não atenda às exigências de habilitação, será inabilitada, e o Pregoeiro examinará a proposta subsequente, observada a ordem de classificação, repetindo-se o procedimento até a apuração de proposta que atenda ao Edital.
- 16.18. A existência de restrição na regularidade fiscal ou trabalhista de microempresa ou empresa de pequeno porte não impedirá sua habilitação, desde que observado o prazo legal para regularização.
- 16.19. A documentação exigida para fins de habilitação jurídica, fiscal, trabalhista e econômico-financeira poderá ser substituída pelo registro cadastral no Sistema de Cadastramento Unificado de Fornecedores (SICAF).
- 16.20. Quando admitida a participação de empresas estrangeiras que não possuam sede ou filial no Brasil, as exigências de habilitação serão atendidas mediante a apresentação de documentos equivalentes, inicialmente em tradução livre.
- 16.21. Caso o licitante vencedor seja uma empresa estrangeira que não possua sede ou filial no Brasil, para a assinatura do contrato ou da ata de registro de preços, os documentos exigidos para habilitação deverão ser traduzidos por tradutor juramentado no Brasil e apostilados, nos termos do Decreto nº 8.660/2016, ou consularizados pelos consulados ou pela embaixada correspondente.
- 16.22. Na hipótese de participação de consórcios, a habilitação técnica, quando exigida, será realizada por meio do somatório dos quantitativos apresentados por cada consorciado. Para a habilitação econômico-financeira, será observado o somatório dos valores correspondentes de cada integrante do consórcio.
- 16.23. Os documentos exigidos para habilitação poderão ser substituídos por registro cadastral emitido por órgão ou entidade pública, desde que elaborado em conformidade com a Lei nº 14.133/2021.
- 16.24. Será verificado se o licitante apresentou declaração de que atende aos requisitos de habilitação, respondendo pela veracidade das informações prestadas, nos termos da lei.
- 16.25. O licitante deverá apresentar, sob pena de inabilitação, declaração de cumprimento das exigências legais relativas à reserva de cargos para pessoas com deficiência e reabilitados da Previdência Social, quando aplicável.
- 16.26. O licitante deverá declarar, sob pena de desclassificação, que suas propostas econômicas contemplam a integralidade dos custos necessários para o cumprimento dos direitos trabalhistas previstos na Constituição Federal, nas leis trabalhistas, nas normas infralegais, em convenções coletivas e em termos de ajustamento de conduta vigentes à data da entrega das propostas.
- 16.27. A habilitação será verificada por meio do SICAF, nos documentos por ele abrangidos.
- 16.28. A comprovação dos requisitos de habilitação mediante apresentação de documentos originais não digitais somente será exigida em caso de dúvida quanto à integridade do documento digital ou por imposição legal expressa (IN nº 3/2018, art. 4º, §1º, e art. 6º, §4º).
- 16.29. O licitante é responsável pela exatidão e atualização de seus dados cadastrais no SICAF, devendo corrigir ou alterar os registros imediatamente, caso identifique incorreções ou desatualizações (IN nº 3/2018, art. 7º).
- 16.30. A inobservância da atualização de dados poderá acarretar a desclassificação no momento da habilitação (IN nº 3/2018, art. 7º, parágrafo único).
- 16.31. A verificação pelo pregoeiro em sítios eletrônicos oficiais de órgãos emissores de certidões constitui meio legal de comprovação para fins de habilitação.
- 16.32. Documentos não contemplados no SICAF deverão ser enviados digitalmente, pelo sistema, no prazo de 2 (duas) horas, prorrogável por igual período, contadas da solicitação do pregoeiro.
- 16.33. Quando a fase de habilitação anteceder a de apresentação de propostas e lances, os documentos de habilitação e as propostas econômicas serão enviados simultaneamente pelo sistema, conforme disposto na IN SEGES nº 73/2022, arts. 36, §1º, e 39, §1º.
- 16.34. A verificação no SICAF ou a exigência de documentos não abrangidos por ele será restrita ao licitante vencedor.
- 16.35. Os documentos relativos à regularidade fiscal somente serão exigidos após o julgamento das propostas e exclusivamente do licitante mais bem classificado.
- 16.36. Caso a fase de habilitação anteceda as fases de apresentação de propostas e julgamento, os documentos de regularidade fiscal serão exigidos de todos os licitantes.
- 16.37. Após a entrega dos documentos de habilitação, não será permitida a substituição ou apresentação de novos documentos, salvo nas seguintes situações:



- a) Complementação de informações acerca dos documentos apresentados, desde que relacionadas a fatos existentes à época da abertura do certame;
  - b) Atualização de documentos cuja validade tenha expirado após a data de recebimento das propostas.
- 16.38. Erros ou falhas nos documentos de habilitação poderão ser sanados pela comissão de contratação, desde que não alterem sua substância ou validade jurídica, mediante decisão fundamentada registrada em ata, atribuindo-lhes eficácia para habilitação e classificação.
- 16.39. Caso o licitante não atenda às exigências de habilitação, o pregoeiro examinará as propostas subsequentes, observando a ordem de classificação, até identificar proposta que atenda integralmente ao edital.
- 16.40. Somente serão disponibilizados para acesso público os documentos de habilitação do licitante cuja proposta atenda integralmente às exigências do edital, após conclusão dos procedimentos de análise.
- 16.41. Para microempresas e empresas de pequeno porte, a comprovação de regularidade fiscal e trabalhista será exigida apenas para fins de contratação, nos termos do art. 4º do Decreto nº 8.538/2015.
- 16.42. Após o encerramento da fase de habilitação, não será admitida a exclusão de licitantes por motivos relacionados a essa fase, salvo em casos de fatos supervenientes ou somente conhecidos após o julgamento.

## **17. DAS DECLARAÇÕES:**

- 17.1. A Declaração de não impedimento para licitar para participar de licitações e de ser contratada, bem como as demais, estarão dispostas como Anexo ao presente Edital, devendo a licitante preenchê-la com a verdade, sob pena de responsabilização.

## **18. DAS DILIGÊNCIAS:**

- 18.1. O Pregoeiro poderá, em qualquer fase do certame, promover diligências destinadas a esclarecer, inclusive, de ofício, complementar ou confirmar informações constantes da proposta, dos documentos de habilitação ou de outros documentos apresentados pela licitante.
- 18.2. As diligências não poderão resultar em alteração da substância da proposta, modificação do preço ofertado, inclusão de documento essencial inexistente à época própria ou violação à isonomia entre os licitantes.
- 18.3. Poderá ser admitida a juntada de documento destinado a comprovar condição preexistente, desde que a informação se refira a fato anterior à data da abertura da sessão pública ou ao momento próprio de apresentação da documentação.
- 18.4. O não atendimento da diligência no prazo fixado pelo Pregoeiro poderá ensejar a desclassificação da proposta ou a inabilitação da licitante, conforme o caso.

## **19. DOS RECURSOS ADMINISTRATIVO:**

- 19.1. Declarada a licitante vencedora, o Pregoeiro abrirá um prazo de 10 (dez) minutos, durante o qual qualquer licitante poderá, de forma imediata e devidamente motivada, manifestar sua intenção de interpor recurso em campo próprio do sistema eletrônico.
- 19.2. A ausência de manifestação no prazo estabelecido autoriza o Pregoeiro a proceder com a adjudicação do objeto à licitante vencedora.
- 19.3. Recursos interpostos com o único objetivo de atrasar ou obstruir o curso regular da licitação, bem como aqueles desprovidos de respaldo ou fundamentação legal, serão sumariamente indeferidos pelo Pregoeiro, que registrará, por meio do chat do sistema, os motivos de sua inadmissibilidade.
- 19.4. Caso a intenção de recurso seja admitida, a licitante recorrente deverá protocolar as razões do recurso em campo próprio do sistema no prazo de 3 (três) dias. As demais licitantes serão imediatamente intimadas, pelo mesmo sistema, a apresentarem contrarrazões em igual prazo, que terá início após o término do prazo da recorrente.
- 19.5. As intenções de recurso não admitidas e os recursos rejeitados pela Pregoeira serão submetidos à apreciação da autoridade competente.
- 19.6. O acolhimento de recurso implicará a invalidação apenas dos atos que não puderem ser aproveitados, respeitando-se o princípio da eficiência administrativa.

- 19.7. O Pregoeiro terá o prazo de 5 (cinco) dias úteis, prorrogável por igual período mediante justificativa, para realizar a análise, instrução e encaminhamento dos recursos à autoridade competente. Caso não reforme sua decisão de forma fundamentada, o procedimento será encaminhado ao Diretor Presidente.
- 19.8. A autoridade competente disporá de até 5 (cinco) dias úteis, prorrogáveis por igual período mediante justificativa devidamente comprovada, para proferir decisão em última instância.
- 19.8.1. O Diretor Presidente decidirá os recursos submetidos à sua apreciação, retornando o procedimento ao Pregoeiro para que esta adjudique ou não o objeto à licitante vencedora, conforme o caso.
- 19.9. Não serão conhecidos os recursos interpostos fora dos prazos legais ou apresentados por meio diverso do sistema eletrônico, tais como chat, e-mail, correspondência ou entrega presencial, uma vez que devem ser formalizados exclusivamente pelo sistema eletrônico, exceto em casos de comprovada indisponibilidade sistêmica.
- 19.10. O acolhimento de recurso, seja pela Pregoeira ou pela autoridade competente, implicará a invalidação apenas dos atos que não forem passíveis de aproveitamento, preservando os demais

## **20. GARANTIA CONTRATUAL:**

- 20.1. Não será exigida a prestação de garantia contratual nos termos do permissivo legal constante do art. 117,§1º do Regulamento.

## **21. DA ADJUDICAÇÃO E DA HOMOLOGAÇÃO:**

- 21.1. Encerradas as fases de julgamento, habilitação e recursos, o objeto será adjudicado à licitante vencedora e o procedimento será submetido à homologação da autoridade competente.
- 21.2. A adjudicação será realizada por lote, observado o critério de julgamento estabelecido neste Edital.
- 21.3. A homologação do certame não gera obrigação de contratação integral dos quantitativos registrados, permanecendo as aquisições condicionadas à efetiva necessidade administrativa e à emissão da respectiva Ordem de Fornecimento ou instrumento equivalente.
- 21.4. Após a homologação, a licitante vencedora será convocada para assinatura da Ata de Registro de Preços, nos termos e prazos definidos neste Edital.

## **22. DA CONVOCAÇÃO PARA ASSINATURA DA ATA DE REGISTRO DE PREÇOS:**

- 22.1. Após a homologação do certame, a licitante vencedora será convocada para assinatura da Ata de Registro de Preços, no prazo fixado pela GoiásFomento.
- 22.2. O prazo para assinatura da Ata poderá ser prorrogado uma única vez, por igual período, mediante solicitação justificada da licitante e aceitação da GoiásFomento.
- 22.3. A recusa injustificada da licitante vencedora em assinar a Ata de Registro de Preços, dentro do prazo estabelecido, caracterizará descumprimento total da obrigação assumida e sujeitará a licitante às sanções previstas neste Edital.
- 22.4. Na hipótese de a licitante vencedora não assinar a Ata, não aceitar ou não retirar o instrumento equivalente no prazo e condições estabelecidos, a GoiásFomento poderá convocar os licitantes remanescentes, observada a ordem de classificação, para fazê-lo em igual prazo e nas mesmas condições propostas pela primeira classificada, inclusive quanto aos preços atualizados após eventual negociação.
- 22.5. A convocação de remanescentes não impede a aplicação das penalidades cabíveis à licitante que descumprir a obrigação assumida.

## **23. DAS DISPOSIÇÕES FINAIS**

- 23.1. A participação neste certame implica a aceitação integral e irretratável das condições estabelecidas neste Edital e em seus anexos, não sendo admitida alegação posterior de desconhecimento de suas disposições.
- 23.2. As licitantes são responsáveis pela fidelidade, legitimidade e veracidade das informações, declarações, propostas e documentos apresentados em qualquer fase do procedimento.

- 23.3. A GoiásFomento poderá, mediante decisão motivada, revogar a licitação por razões de interesse público decorrentes de fato superveniente devidamente comprovado, ou anulá-la em razão de ilegalidade, de ofício ou por provocação de terceiros, assegurado o contraditório e a ampla defesa, quando cabíveis.
- 23.4. A homologação do resultado da licitação e a assinatura da Ata de Registro de Preços não obrigam a GoiásFomento à aquisição integral dos quantitativos estimados, os quais constituem mera previsão de consumo, observada a efetiva necessidade administrativa.
- 23.5. Finalizada a licitação, a ata decorrente obedecerá aos trâmites atinentes à formalização de contratos, inclusive quanto à publicação após assinatura pela GoiásFomento e pelo licitante vencedor, havendo a publicação resumida do instrumento de contrato ou de seus aditamentos na imprensa oficial, como condição de sua sua eficácia, a qual será providenciada pela GoiásFomento até o quinto dia útil do mês seguinte ao de sua assinatura, ainda que sem ônus.
- 23.6. Não havendo expediente ou ocorrendo fato superveniente que impeça a realização da sessão pública na data designada, esta poderá ser transferida para o primeiro dia útil subsequente, no mesmo horário e condições anteriormente estabelecidos, salvo comunicação diversa da Pregoeira no sistema eletrônico.
- 23.7. Na contagem dos prazos previstos neste Edital e em seus anexos, excluir-se-á o dia do início e incluir-se-á o dia do vencimento, considerando-se prorrogado o prazo até o primeiro dia útil subsequente quando o vencimento recair em dia sem expediente na GoiásFomento ou no sistema eletrônico utilizado.
- 23.8. As normas deste Edital serão interpretadas de forma a preservar a competitividade, a isonomia, a seleção da proposta mais vantajosa, a segurança da contratação e o atendimento ao interesse público.
- 23.9. O desatendimento de exigências meramente formais não implicará, por si só, o afastamento da licitante, desde que seja possível aferir a validade da proposta, a qualificação da participante e a inexistência de prejuízo à isonomia ou à segurança do procedimento.
- 23.10. Até a formalização da Ata de Registro de Preços ou de instrumento equivalente, a GoiásFomento poderá inhabilitar licitante ou desclassificar proposta, mediante decisão fundamentada, caso venha a tomar conhecimento de fato ou circunstância que comprometa o atendimento às exigências deste Edital, a regularidade da participação ou a futura execução do objeto.
- 23.11. Na hipótese do item anterior, a Pregoeira poderá convocar as licitantes remanescentes, observada a ordem de classificação e as regras previstas neste Edital.
- 23.12. É responsabilidade da licitante acompanhar todas as fases do procedimento no sistema eletrônico, inclusive mensagens, convocações, avisos, prazos, decisões, sessões públicas e solicitações de documentos ou esclarecimentos.
- 23.13. O processo administrativo relativo à presente licitação estará disponível aos interessados na forma da legislação aplicável, resguardadas as informações protegidas por sigilo legal, comercial, estratégico ou pelo sigilo do orçamento estimado.
- 23.14. Em caso de divergência entre as informações lançadas no sistema eletrônico e as disposições deste Edital e de seus anexos, prevalecerão as regras constantes deste Edital e de seus anexos, salvo ajuste formal expressamente promovido pela GoiásFomento.
- 23.15. Os casos omissos serão resolvidos pela Pregoeira ou pela autoridade competente, conforme o caso, com fundamento na Lei Federal nº 13.303/2016, no Regulamento Interno de Licitações e Contratos da GoiásFomento, na Lei Complementar nº 123/2006 e nas demais normas aplicáveis à espécie.
- 23.16. Integram este Edital, para todos os fins, os seguintes anexos:
- Anexo I — Termo de Referência;
  - Anexo II — Modelo de Proposta Comercial;
  - Anexo III — Minuta da Ata de Registro de Preços;
  - Anexo I – Minuta de Instrumento Contratual
  - Anexo V — Modelo de Ordem de Fornecimento;
  - Anexo VI — Declarações obrigatórias
    - Anexo VI.1. Declaração de Atendimento do Disposto no art. 7º, XXXIII da CF/88.
    - Anexo VI.2. Declaração de Regularidade e Ausência de Impedimento
    - Anexo VI.3. Declaração de Enquadramento à Lei 123/06 E 147/14

## **ANEXO I - TERMO DE REFERÊNCIA**

### **1. CONSIDERAÇÕES INICIAIS:**

1.1. Este documento representa o ato inicial do processo licitatório, fundamentando a necessidade da contratação e alinhando-a aos objetivos estratégicos da instituição.

1.2. Visa estabelecer os requisitos mínimos para garantir a viabilidade técnica, financeira e operacional da contratação, no qual serão apresentadas as alternativas avaliadas, os critérios de seleção aplicáveis e os elementos essenciais para subsidiar a tomada de decisão, assegurando transparência e eficiência no atendimento às demandas institucionais e ao interesse público.

1.3. Em tempo, o presente documento dispõe sobre todos os critérios de análise exigidos pelo art. 74 do RILC, os quais serão demonstrados a seguir, conquanto neste caso, o presente Termo de Referência encarte a análise correspondente aos critérios de avaliação do Estudo Técnico Preliminar, por se tratar de aquisição de Baixo risco técnico, eis que para bens de baixo valor e de consumo, o risco técnico associado à sua aquisição o objeto a ser adquirido apresenta função bem compreendida, disponibilidade de especificações técnicas padronizadas e amplamente conhecidas, somando-se ao prazo de aquisição e consumo do produto, torna-se um dispensável realizar um estudo técnico preliminar.

### **2. DO OBJETO:**

2.1. A Agência de Fomento de Goiás S/A propõe, por meio deste termo, a aquisição de materiais de expediente de papelaria, escritório e copa e cozinha, visando atender à demanda da instituição conforme as quantidades e exigências descritas no Termo de Referência. Este instrumento tem por finalidade estabelecer critérios que orientem a Administração Pública na seleção da proposta mais vantajosa, com o objetivo de realizar um Registro de Preços para aquisição futura, parcelada e sob demanda dos materiais essenciais ao regular funcionamento de suas funções.

2.2. O escopo deste documento é proporcionar uma referência clara para o agente de contratação, delimitando os parâmetros de aceitabilidade das propostas e fixando requisitos mínimos de tolerância, assegurando, assim, a qualidade dos serviços prestados e evitando sobrepreços ou lances inexequíveis.

2.3. O objeto a ser licitado deve garantir condições mínimas indispensáveis para um fornecimento regular, oferecendo suporte aos contratados potenciais e assegurando o equilíbrio das condições contratuais a médio e curto prazo para todas as partes envolvidas

### **3. DESCRIÇÃO DA NECESSIDADE E JUSTIFICATIVA:**

3.1. A aquisição será realizada por meio de Edital de Licitação na modalidade Pregão Eletrônico, utilizando o Sistema de Registro de Preços para materiais de consumo, como material de expediente, papelaria e escritório. Os quantitativos, especificações mínimas dos materiais e demais condições encontram-se detalhadamente descritos neste documento.

3.2. Nesse sentido, a aquisição dos materiais nos termos apresentados atende aos requisitos exigidos pela legislação vigente e às necessidades operacionais da GoiásFomento. Justifica-se a aquisição destes produtos para suprir as demandas contínuas, proporcionando condições adequadas aos colaboradores e às pessoas que frequentam suas dependências.

3.3. A reposição do estoque de material de expediente e escritório e copa e cozinha no Almoxarifado é essencial para atender às demandas operacionais dos departamentos da GOIASFOMENTO. Além de assegurar recursos adequados aos funcionários, a aquisição promoverá maior eficiência e otimização no desempenho das equipes de cada setor.

3.4. Portanto, visando garantir a qualidade e eficiência dos serviços prestados, faz-se necessária a aquisição dos materiais de expediente e escritório e copa e cozinha, de modo a criar um ambiente funcional e organizado em cada departamento, possibilitando um atendimento mais eficiente e qualificado aos distritos administrados pela Companhia.

3.5. Além disso, a quantidade estimada dos materiais justifica-se em face da análise das aquisições feitas sobre estes produtos ao longo dos últimos anos, onde foi possível obter a quantidade de consumo anual de cada item, acrescida da margem de segurança, de modo a permitir a cobertura contratual o longo de todo período de vigência da contratação.

3.6. Com relação aos preços constantes da presente análise, os mesmos foram cotados mediante ao mapa de preços e diligências para cotação dos produtos junto à empresas locais, demonstrando serem compatíveis com os de mercado e usualmente contratado pela Administração Pública Direta e Indireta.

3.7. Por fim, visando a racionalidade de gasto e consumo, bem como, para permitir um melhor aproveitamento em relação à economia de escala.

#### **4. REQUISITOS DE CONTRATAÇÃO:**

4.1. A Contratada deverá cumprir todas as obrigações previstas no Edital de Licitação, seus anexos e sua proposta, assumindo integralmente os riscos e as despesas decorrentes da boa e perfeita execução do objeto.

4.2. Ademais, a contratação do referido material deverá observar, no que couber, o disposto na Lei nº 13.303/2016, além das diretrizes estabelecidas no Regimento Interno de Licitações e Contratos da GoiásFomento.

#### **5. LEVANTAMENTO DE DEMAIS ALTERNATIVAS PARA ATENDIMENTO DA DEMANDA:**

5.1. Após criteriosa análise das alternativas que atendem à demanda da área requisitante e considerando a viabilidade técnica e econômica, a Equipe de Planejamento da Contratação indicou como solução a realização de procedimento licitatório para a Aquisição de Material de Expediente (Papeleria e Escritório) e Copa e Cozinha.

5.2. O escopo inclui itens como: agenda; bloco de recado; caixa arquivo; canetas esferográficas, canetas marca-texto; canetas retroprojeto; clipes de papel; colas; elástico; fitas adesivas; grampeadores; grampos; lápis grafite, molha-dedos; mousepad; papel vergê; papel glosy; papel sulfite; pasta arquivo; pasta em "L"; pilha alcalina AAA; pilha bateria 23ª; régua de acrílico e; tesouro, conforme especificações padronizadas de mercado que atendem aos requisitos de típicos de mercado, tratando-se itens comuns, cujas especificações de qualidade constam do quadro demonstrativo constantes deste instrumento. **(Lote 01);**

5.4 O Escopo inclui itens de copa e cozinha como café , açúcar, copos e demais utensílios relacionados, conforme especificações padronizadas de mercado que atendem aos requisitos de típicos de mercado, tratando-se itens comuns, cujas especificações de qualidade constam do quadro demonstrativo constantes deste instrumento. **(Lote 02)**

5.3. Em tempo, a contratação por meio de processo licitatório na modalidade de Pregão Eletrônico, utilizando-se do Sistema de Registro de Preços (SRP), com o objetivo de aprimorar a gestão financeira, administrativa e orçamentária. Esse modelo, ao permitir a aquisição parcelada dos produtos, oferece maior agilidade nas aquisições públicas, otimizando a produtividade e a qualidade das atividades dos departamentos envolvidos, além de reduzir o tempo de resposta às demandas e proporcionar maior

segurança e tranquilidade aos usuários. Com a redução de procedimentos administrativos e custos financeiros, o SRP fortalece o preceito da economicidade e do melhor aproveitamento dos recursos públicos, alinhando-se às diretrizes de sustentabilidade e eficiência administrativa para a Administração.

## **6. ADOÇÃO DO SISTEMA DE REGISTRO DE PREÇOS:**

6.1. O Sistema de Registro de Preços (SRP) representa uma solução altamente eficiente para garantir a flexibilidade nas contratações administrativas. Trata-se de um contrato normativo estruturado como um cadastro de produtos e fornecedores, previamente selecionados através de licitação para atender a futuras contratações, observando as condições estabelecidas no Instrumento Convocatório. Esse Sistema apresenta diversas vantagens que justificam plenamente sua implementação no presente processo:

- a) **Redução da Burocracia:** Por meio de uma única licitação, a Administração Pública (órgãos e entidades) elimina a necessidade de realizar novos processos licitatórios para cada contratação. O SRP permite que os resultados de uma licitação sejam aplicados a múltiplas contratações, respeitados os limites estabelecidos no ato convocatório.
- b) **Possibilidade de Contratação Imediata:** Identificada uma demanda administrativa, o SRP permite a contratação de imediato, sem a necessidade de iniciar um novo procedimento licitatório. Em contrapartida, na ausência do SRP, a Administração precisaria prever suas necessidades com antecedência suficiente para realizar uma licitação, processo que envolve tempo e custos operacionais. A adoção do SRP, portanto, possibilita maior agilidade nas contratações, conforme os prazos previstos.
- c) **Flexibilidade de Quantitativos:** O SRP permite que cada contratação atenda ao quantitativo específico necessário, ajustando-se às demandas efetivas e possibilitando contratações em diferentes momentos.
- d) **Economia Processual:** Com a realização de uma única licitação para atender a múltiplos órgãos e entidades da Administração Pública Estadual, especialmente no âmbito do Executivo, o SRP evita procedimentos licitatórios concorrentes, permitindo que as equipes de licitação concentrem-se em outras atividades específicas.

6.2. Assim, a modalidade de licitação a ser adotada será o Pregão Eletrônico, com critério de julgamento pelo menor preço, via Sistema de Registro de Preços (SRP).

## **7. DOS QUANTITATIVOS ESTIMADOS E ESPECIFICAÇÕES DO OBJETO:**

7.1. Planilha detalhada dos itens, medidas, quantitativos e valores estimados, incluindo sua especificação técnica, segue na tabela abaixo colacionada, com fins de viabilizar a contratação pelo critério do MENOR PREÇO, com as seguintes especificações:

## LOTE 1 - MATERIAL DE PAPELARIA

### ESTIMATIVA DE PREÇOS

Item	Descrição	Qtd. 12 meses	Unidade de Medida	Valor Unitário	Preço Total
1	Agenda permanente de compromissos, cor preta,válida por doze meses, uma página por dia inclusive sábado e domingo, capa dura e acabamento em espiral, folhas internas papel offset 63 g/m3 e pautadas, medidas aproximadas (19x13x2). Produto certificado pela FSC.	20 und	Unidade.	R\$ 40,60	R\$ 811,90
2	Apoio ergonômico de pulso para mouse, confeccionado em espuma de poliuretano ou gel macio, revestimento em tecido ou material sintético antialérgico, base antiderrapante, formato anatômico, compatível com mouse pad padrão.	100 und	Unidade	R\$ 36.33	R\$ 3.632,50
3	Apoio ergonômico de pulso para teclado, confeccionado em espuma de poliuretano ou gel macio, revestimento em tecido ou material sintético antialérgico, base antiderrapante, formato anatômico, compatível com teclados padrão ABNT	100 und	Unidade	R\$ 35,95	R\$3.594,50
4	Bloco Recado Material: Papel, Cor: Amarela, Largura: 75 MM,Comprimento: 75 MM, Características Adicionais: Auto-Adesivo Com 1 Cm, Post It ,Quantidade Folhas: 100 unidades - Grande	300 und	Blocos com 100 folhas por unidade.	R\$ 8,25	R\$ 2.473,50
5	Bloco Recado Material papel cor amarela, largura 35 MM, comprimento 50 MM, tipo auto adesivo, características adicionais "POST-IT", quantidade de folhas100 -Pequeno	300 und	Blocos com 100 folhas por unidade.	R\$ 15,40	R\$ 4.620,00
6	Caixa Arquivo cor parda, em papelão, com micro ondulado interno nas paredes, proporcionando rigidez ao material. Auto montável. Sem necessidade de impressão externa. Medidas aprox: 360mmx250mmx135mm. Referência: JOTAGÁ.	400 und	Unidade.	R\$ 6,95	R\$ 2.778,00
7	Caneta esferográfica azul cristal, corpo em resina termoplástica, sextavada, ponta de níquel prateado, esfera de tungstênio e com espessura de 1,0mm, (ponta média), cor, tinta/azul, gravada no, corpo a marca do fabricante. Entregar em caixa contendo 50 unidades/caneta. Referência: BIC, COMPACTOR, FABER CASTELL, ou similar, equivalente ou de qualidade superior, desde que atendidas as especificações mínimas exigidas.	30 cx	Caixas contendo 50 unidades.	R\$ 51,67	R\$ 1.550,10
8	Caneta esferográfica vermelha cristal, corpo em resina termoplástica, sextavada, ponta de níquel prateado, esfera de tungstênio e com espessura de 1,0mm (ponta média), cor/tinta preta, gravada no corpo a marca do fabricante. Entregar em Caixa contendo 50 unidades/canetas. Referência: BIC, COMPACTOR, FABER CASTELL, ou similar, equivalente ou de qualidade superior, desde que atendidas as especificações mínimas exigidas.	30 cx	Caixas contendo 50 unidades.	R\$ 51,67	R\$ 1.550,10

Item	Descrição	Qtd. 12 meses	Unidade de Medida	Valor Unitário	Preço Total
9	Caneta marca texto cor azul/roxa Tinta à base de água, corpo plástico, rígido opaco, com composição especial fluorescente, não recarregável, ponta de poliéster chanfrada de 03 a 05mm, cor azul ou roxa, gravada no corpo a marca do fabricante. Entregar em caixa contendo 12 unidades/canetas. Referência: BIC, BRW, FABER CASTELL, PILOT, ou similar, equivalente ou de qualidade superior, desde que atendidas as especificações mínimas exigidas.	20 cx	Caixas com 12 und.	R\$ 31,58	R\$ 631,50
10	Caneta para Quadro branco, cores variadas (mínimo azul, preta, vermelha e verde), tinta à base de álcool, escrita macia, secagem rápida, fácil remoção a seco, ponta média ou chanfrada, corpo plástico, não tóxica	70 und	Unidade	R\$ 7,32	R\$ 512,05
11	Caneta para retroprojektor, tinta permanente, escrita média, ponta porosa, resistente à água e à luz.	20 cx	Caixas com 12 und.	R\$ 40,45	R\$ 809,00
12	Clipes para papel 2/0, tratamento superficial niquelado nº 2/0, material em aço galvanizado, formato paralelo. Entregar em Caixa contendo 100 unidades/clips. Referência: Bacchi, BRW, Spiral.	100 cx	Caixas com 100 und.	R\$ 6,60	R\$ 660,00
13	Clipes para papel 8/0, tratamento superficial niquelado nº 8/0, material em aço galvanizado, formato paralelo. Entregar em Caixa contendo 25 unidades/clips. Referência: Bacchi, BRW, Spiral	100 cx	Caixas com 100 und.	R\$ 9,70	R\$ 970,00
14	Clipes para papel 4/0, tratamento superficial niquelado nº 4/0, material em aço galvanizado, formato paralelo. Entregar em Caixa contendo 100 unidades/clips. Referência: Bacchi, BRW, Spiral.	100cx	Caixas com 100 und.	R\$ 7,10	R\$ 710,00
15	Cola branca líquida 1kg, composição policetato de vinila (PVA), em dispersão aquosa, cor branca, aplicação papel, lavável, atóxica e com bico contra entupimentos e vazamentos. Prazo de validade em período mínimo de 08 (oito) meses, com registro da data de fabricação e validade estampadas no rótulo da embalagem. Referência: ACRILEX, CASCOLA/CASCOREZ, PRITT (TENAZ HENKEL), ou similar, equivalente ou de qualidade superior, desde que atendidas as especificações mínimas exigidas.	30 Fr	Frascos de 1KG.	R\$ 22,45	R\$ 673,50
16	Cola em bastão acondicionada em bastão de 21g. Cor branca/incolor, à base de éter de poliglucosídeo, para aplicação em papel, cartolina e fotos, com tampa e com base giratória para expor a cola, alta aderência. Prazo de validade em período mínimo de 08 (oito) meses, com registro da data de fabricação e validade estampadas no rótulo da embalagem. Referência: BIC, PRITT, SCOTCH.	100 fr	Frasco de 21g.	R\$ 5,20	R\$ 520,00
17	Elástico fino, tamanho/número 18, amarelo, em borracha natural, tamanho aprox: 8,5cm. Prazo de validade em período mínimo de 08 (oito) meses, com registro da data de fabricação e validade estampadas no rótulo da caixa/pacote. Entregar em caixa/pacote contendo 50 unidades. Referência: MERCUR	50pct	Pacotes com 50 und.	R\$ 20,28	R\$ 1.014,00
18	Envelope ofício branco 114x162mm, tipo saco comum, material sulfite gramatura 75g/m <sup>2</sup> , dimensões aproximadas 114x162mm, cor branco. Caixa com 100 unidades.	100 cx	Caixas com 100 und.	R\$ 22,00	R\$ 2.200,00



Item	Descrição	Qtd. 12 meses	Unidade de Medida	Valor Unitário	Preço Total
19	Fita adesiva larga transparente, composição: filme de polipropileno com adesivo à base de resina e borracha sintética. Medidas: 45mmx50m. Prazo de validade em período mínimo de 08 (oito) meses, com registro da data de fabricação e validade estampadas na embalagem e no material (parte interna). Referência: 3M, Adelbras, Delfix, Eurocel, Vonder	100 und	Rolo com medidas: 45mmx50m	R\$ 7,26	R\$ 725,50
20	Fita adesiva durex 12mm x 33m transparente, embalada com proteção entre rolos.	100 und	Rolo com medidas de 12mm x 33m	R\$ 5,30	R\$ 530,00
21	Grampeador, estrutura metálica. Tipo mesa, capacidade para grampear 25 a 30 folhas, tamanho grampo 26/6. Obs.: não será aceito grampeador que tenha partes em material plástico não resistente. Referência: ADECK REF. GE301, CARBEX REF. 266, EASY OFFICE REF. O-300, GENMES REF. 5727, GRAMP.	60 und	Unidade.	R\$ 25,85	R\$ 1.550,70
22	Grampo comum 26/6 galvanizado para grampeador 26/6. Entregar em Caixa contendo 5.000 unidades. Referência: Bacchi, Maxprint	200 cx	Caixas com 5.000 und.	R\$ 8,38	R\$ 1.675,00
23	Lápis Grafite nº 02, corpo sextavado, de madeira, material cerâmico e apontado. Dureza carga HB, material carga grafite. Entregar em Caixa contendo 12 unidades/lápis. Referência: BIC, FABER CASTELL.	50 cx	Caixas com 12 unidades.	R\$ 12,40	R\$ 620,00
24	Mouse pad, superfície em tecido ou material sintético, base emborrachada antiderrapante, dimensões aproximadas. 220 x 180 mm.	50	Unidade	R\$ 27,95	R\$ 1.397,50
25	Papel vergê formato A4, material: Celulose Vegetal, Cor: Branca, Gramatura: 180G/M2, Comprimento: 297 MM, Largura: 210 M – Caixa com 50 folhas.	50 cx	Caixas com 50 folhas.	R\$ 30,12	R\$ 1.505,75
26	Pasta Arquivo, material papelão Prensado, Tipo: Az, Largura: 240MM, Lombada: Estreita, Cor: Preta, Prendedor Interno: Ferragem Removível Com 2 furos, Características Adicionais: Revestimento Plástico, Bolsa Plástica Transparente, Comprimento: 340 MM, Tamanho: Ofício.	100 und	Unidade.	R\$ 14,67	R\$ 1.466,50

Item	Descrição	Qtd. 12 meses	Unidade de Medida	Valor Unitário	Preço Total
27	Papel sulfite branco A4, cor branca, formato (A4), 210mmx297mm. Gramatura 75g/m <sup>2</sup> ; alvura 98% (ISO-2469); opacidade 90% (TAPPI- 425). Papel para uso em impressões frente e verso em máquinas de reprografia, impressoras laser e jato de tinta. O papel deverá ser livre de vincos, emendas, dobras, furos, rasgos, sujeiras e outros defeitos, prejudiciais, isento de pó e marcas de cola. Processo de fabricação isento de cloro elementar. O corte do papel deve garantir o esquadro das resmas evitando o amassamento das folhas. Determinações: alvura conforme norma da ABNT. Espessura: 0,094mm (iso- Termo de Referência 534); rigidez CD: 1,0 gf.cm (ISO-2493); rigidez md: 2,1 (iso-2493); porosidade Gurley: 11,0s/100cc (TAPPI-460); aspereza bendtsen w 200,0 mL/min (isso-8791); aspereza bendtsen f 200,0 mL/min (iso-8791); umidade 4,4% (ISO-287); brancura 150,0 D65 10° (ISO-11475). Acondicionamento: os papéis deverão estar acondicionados em embalagem de papel protetora contra umidade (papel bopp-prolipilenobioorientado) e deverão conter, no mínimo, as informações traduzidas em língua portuguesa, com a identificação do conteúdo, o selo de certificação florestal, a marca, o lote e os dados do fabricante. O produto deve vir embalado de maneira que haja proteção e conservação higiênica interna e externamente. Entregar em caixa contendo 10 resmas. Referência: ChameX, Prestige, Rino.	120 cx	Caixas com 10 resmas.	R\$ 280,00	R\$ 33.600,00
28	Pen drive com capacidade mínima de 64 GB, interface USB 3.0 ou superior, compatível com USB 2.0, sistema plug and play, garantia mínima de 12 meses	50	Unidade	R\$ 55,94	R\$ 2.796,75
29	Perfurador de papel médio, material: Metal E Plástico, Tipo: Médio, Tratamento Superficial: Pintado, Capacidade Perfuração: 20 FL, Funcionamento manual.	50 und	Unidade.	R\$ 33,44	R\$ 1.666,75
30	Pasta formato em "L", ofício, medidas 230mmx335mm e 0,15mm de espessura. Composição polipropileno fosco, anti-reflexo, na cor cristal, com acabamento de qualidade na prensa da parte inferior do material. Entregar em pacote contendo 10 unidades/pastas. Referências: ACP, DAC.	120 pct	Pacotes com 10 unid,	R\$ 9,80	R\$ 1.176,00
31	Pilha alcalina AA, tensão 1,5V, não recarregável, sem adição de mercúrio, cádmio ou chumbo. Pacote com (02) duas unidades. Referência: Duracell, Elgin, Panasonic.	150 pct	Pacotes com 02 und.	R\$ 11,20	R\$ 1.680,00
32	Pilha alcalina AAA, tensão 1,5V, não recarregável, sem adição de mercúrio, cádmio ou chumbo. Pacote com (02) duas unidades. Referência: Duracell, Elgin, Panasonic.	150 pct	Pacotes com 02 und.	R\$ 11,44	R\$ 1.715,25
33	Pilha bateria 23A 12V alcalina unidade.	50 und	Unidade.	R\$ 6,76	R\$ 337,75
34	Régua comum em acrílico, transparente, cristal, rígida, medindo 30cmx3,5cmx3mm, com graduação precisa (em centímetros/milímetros), sem manchas ou borrões, embalagem plástica, individual. Referência: Acrimet, Waleu.	50 und	Unidade.	R\$ 3,42	R\$ 171,25
35	Tesoura, lâminas em material aço inoxidável, cabo anatômico de polipropileno. Tamanho 21cm (8 ½"), aplicação multiuso/uso geral. Referência: Arde--ck, BRW, Desart.	50 und	Unidade.	R\$ 18,70	R\$ 935,00

**VALOR ESTIMADO: R\$ 82.600,35**

## LOTE 2 - MATERIAL DE COPA E COZINHA

### ESTIMATIVA DE PREÇOS

Item	Descrição	Qtd. 12 meses	Unidade de Medida	Valor Unitário	Preço Total
1	CAFÉ - Café de primeira linha, em pó homogêneo, torrado, moído, tipo forte, com padrão de qualidade global obrigatoriamente tradicional. Espécie: constituição de café com predominância arábica, blindado com cafés robusta canillon. Embalagem: almofada, em pacotes de 500 gramas, contendo data de fabricação, validade e lotes estampados no rótulo da embalagem. Bebida: dura para melhor; torração: média; moagem: fina media ponto de torra: media qualidade global - nota de qualidade mínima 5,0 pontos. microscopia: tolerância de no máximo : - 1% de impurezas g100g - casca e paus; ausência de substancias estranhas.	1200 pacotes	Pacote 500 gr	R\$ 34,74	R\$ 41.688,00
2	Copo descartável capacidade 200 ml, transparente confeccionado em polipropileno; os copos devem ser homogêneos, isentos de materiais estranhos, bolhas, rachaduras, furos, deformações, bordas afiadas ou rebarbas, não devem apresentar sujidade interna ou externamente, devem ser acondicionados em mangas plásticas c/ 100 copos; peso mínimo 220 gramas; as mangas não devem estar violadas e devem estar protegidas em caixa de papelão resistente; deverá constar impresso na manga a capacidade total do copo; quantidade; os copos deverão estar em conformidade com NBR 14865, NBR 13230 da ABNT. Caixa contendo 2.500 unidades.	60 caixas	cx. 2.500 und.	R\$ 114,85	R\$ 6.890,80
3	Copo descartável Pequeno com capacidade de 80 ml, transparente confeccionado em polipropileno; os copos devem ser homogêneos, isentos de materiais estranhos, bolhas, rachaduras, furos, deformações, bordas afiadas ou rebarbas, não devem apresentar sujidade interna ou externamente, devem ser acondicionados em mangas plásticas c/ 100 copos; os copos deverão estar em conformidade com NBR 14865, NBR 13230 da ABNT. Caixa contendo 2.500 unidades.	25 caixas	cx. 2500 und.	R\$ 142,63	R\$ 3.565,67
4	Guardanapo de papel, folha simples, branca, fibras virgens, 100% naturais, dimensões 22x19 cm. ENTRE 19,5 A 22,5 X 18 A 22 CM. Pacote de 50 folhas.	2400 PCT	Pacote 50 fhls	R\$ 2,15	R\$ 5.152,00
5	Açúcar cristal, especial filtrado ou peneirado, embalado em pacotes de 5 kg, de procedência nacional. Deve apresentar-se isento de substâncias estranhas e/ou nocivas. Com prazo mínimo de seis meses. Embalados em plástico atóxico e termosselado. Embalagem declarando a marca, nome e endereço do empacotador, prazo de validade, número de registro no órgão competente. Embalagem primária deve ser transparente e incolor. Embalagem secundária, fardo termosselado e resistente. Pacote 5 kg	250 pacotes	Pacote 5 kg	R\$ 18,98	R\$ 4.745,00
6	CARTUCHOS COM 10 CAPSULAS DE CAFÉ EXPRESSO 8G CADA PARA MAQUINA TRES CORACOES - EXPRESSO SUPREMO.	800pct	Pacote 10 unidades	R\$ 28,15	R\$ 22.520,00

Item	Descrição	Qtd. 12 meses	Unidade de Medida	Valor Unitário	Preço Total
7	CARTUCHOS COM 10 CAPSULAS DE CAFÉ EXPRESSO 8G CADA PARA MAQUINA TRES CORACOES - SABOR CAPUCCINO. CLASSIC.	500 pct	Pacote 10 unidades	R\$ 28,15	R\$ 14.075,00
8	Garrafa Térmica em Inox, Capacidade: 2,2L Cor: Inox, Naturalmente livre de BPA, Não vaza. Conserva a bebida quente ou fria. Tampa desmontável para limpeza profunda. Peso: 1,202kg Medidas: (A) 27 cm x 13 cm diâmetro.	50 und	Unidade.	R\$ 174,39	R\$ 8.719,33
9	Álcool em gel antisséptico (70%) para as mãos, com Aloe Vera ou hidratante e dispensador. Frasco com 420g. Validade de no mínimo de 01 ano a partir da data da entrega. Marca Referência: Coperalcool, Asseptgel ou similar.	100 und	Frascos 420 gr.	R\$ 14,90	R\$ 1.489,57
10	Copo De Vidro Capacidade: 300 ML, Diâmetro Boca: 65 MM, Altura: 140 MM, Cor: Incolor , Tipo Uso: Água/Suco/Refrigerante , Apresentação: Superfície Lisa E Parede Fina , Transmissão: Transparente.	10 cx	Cx. 24 und.	R\$ 153,53	R\$ 1.535,33
11	Xícaras Para Café, Com Pires Em Porcelana, Cor Branca, Capacidade de 80 ML.	50 cx	Cx. 12 und.	R\$ 161,73	R\$ 8.086,33

**TOTAL ESTIMADO: R\$ 115.487,80 (Cento e quinze mil, quatrocentos e oitenta e sete reais e oitenta centavos).**

7.2. O valor total da contratação estimado referente aos Lotes 01 e Lotes 02 correspondem a R\$ 198.088,15 (Cento e noventa e oito mil e oitenta e oito reais e quinze centavos), incluindo todos os custos diretos e indiretos requeridos para a entrega dos bens/materiais.

## 8. JUSTIFICATIVA DE ADJUDICAÇÃO POR LOTE:

8.1. Considerando a necessidade de padronização do material em função da natureza do objeto, é essencial agrupar determinados itens com características e similaridades de mercado, conforme demonstrado em contratações anteriores. Essa prática visa aumentar a competitividade, assegurar economia de escala e evitar que itens de menor valor tenham sua aquisição comprometida pela falta de interesse dos licitantes. Ressalta-se a Súmula 247 do Tribunal de Contas da União (TCU): Súmula TCU 247: “É obrigatória a admissão da adjudicação por item e não por preço global, nos editais das licitações para a contratação de obras, serviços, compras e alienações, cujo objeto seja divisível, desde que não haja prejuízo para o conjunto ou complexo ou perda de economia de escala, tendo em vista o objetivo de propiciar a ampla participação de licitantes que, embora não dispondo de capacidade para a execução, fornecimento ou aquisição da totalidade do objeto, possam fazê-lo com relação a itens ou unidades autônomas, devendo as exigências de habilitação adequar-se a essa divisibilidade.”; (grifo nosso).

8.2. O parcelamento do objeto licitado deve ser adotado quando viável do ponto de vista técnico-econômico, conforme previsto no art. 23, § 1º, da Lei nº

8.666/1993. A realização de uma única licitação para objetos múltiplos não configura restrição à competitividade, desde que o fracionamento implique perda de eficiência ou prejuízo técnico à Administração. (TCU - Acórdão 3041/2008 Plenário).

8.3. Nesse sentido, o agrupamento dos itens em lotes fará respeitar, os seguintes critérios e objetivos:

- a) Agrupamento de itens de mesma natureza, com inter-relação funcional, e de natureza semelhante;
- b) Maior atratividade do certame para as empresas, incentivando participação e elevando a competitividade ao oferecer potencial de ganho ampliado à GOIÁSFOMENTO;
- c) Minimização do risco de desinteresse em itens de baixo valor total, reduzindo a possibilidade de itens desertos;
- d) Redução de despesas logísticas e de transporte;
- e) Aumento da economia de escala, fundamentado na orientação de que o parcelamento do objeto deve beneficiar a Administração. Divisões que desconsiderem economia de escala podem resultar em elevação de preços, conforme destacado em ;
- f) Melhor operacionalização e aquisição eficiente, uma vez que a opção por lotes favorece competitividade sem restringi-la, atraindo mais licitantes. Gerenciar um número menor de fornecedores também reduz custos administrativos;
- g) Maior vantagem técnica e econômica para a Administração, evitando a contratação excessiva de fornecedores distintos, o que poderia comprometer a eficiência e gerência da aquisição.

8.4. O critério de julgamento adotado será o MENOR PREÇO POR LOTE, considerando as especificações técnicas, prazos, e parâmetros mínimos de desempenho e qualidade.

#### **9.DA ATA DE REGISTRO E DO SISTEMA DE REGISTRO DE PREÇOS**

O Sistema de Registro de Preços constitui um conjunto de procedimentos formais para o registro de preços de bens e serviços visando contratações futuras, a serem realizadas conforme conveniência da Administração, sem obrigação de vínculo contratual imediato com o fornecedor vencedor do certame.

O presente processo licitatório resultará na formalização de uma Ata de Registro de Preços (ARP), que funcionará como um documento vinculativo e de compromisso para futuras contratações, onde os fornecedores manterão seus preços registrados por um período de 12 (doze) meses. A GoiásFomento poderá, conforme necessidade, realizar as contratações nas quantidades necessárias pelos preços registrados.

A Ata de Registro de Preços será formalizada para todos os itens descritos no Termo de Referência, identificando o fornecedor vencedor, descrição dos itens, quantidades, preços registrados e demais condições pactuadas.

Após a homologação do certame, o adjudicatário deverá assinar a Ata de Registro de Preços no prazo de 5 (cinco) dias úteis a contar da convocação, sob pena de perder o direito à contratação, sem prejuízo das sanções previstas no edital.

Esse prazo poderá ser prorrogado, uma única vez e por igual período, caso solicitado pelo fornecedor e devidamente justificado e aceito. Em caso de recusa ou descumprimento do prazo, o fornecedor será excluído da ata e poderá sofrer penalidades cabíveis.

Caso o fornecedor vencedor não atenda à convocação, a Administração poderá convocar os demais licitantes, respeitada a ordem de classificação, para firmar a Ata de Registro de Preços nos mesmos termos do primeiro classificado, observados os requisitos de habilitação e com possibilidade de aplicação de penalidades previstas. A

Ata de Registro de Preços deverá ser assinada por representante legal da empresa, sendo apresentados, conforme o caso, o contrato social e/ou instrumento de procuração com documentos pessoais do representante. Ao assinar a ARP, o fornecedor compromete-se a fornecer os bens ou serviços conforme as especificações e condições estabelecidas neste edital e anexos, prevalecendo, em caso de divergência, o que consta do edital.

Com a assinatura da ARP e cumpridos os requisitos de publicidade, estará formalizado o compromisso de execução do objeto nas condições estabelecidas. É vedado realizar acréscimos aos quantitativos registrados na Ata de Registro de Preços.

A existência de preços registrados na ARP não obriga a Administração a firmar as contratações, podendo realizar nova licitação específica, sendo garantida a preferência de contratação ao fornecedor registrado em igualdade de condições. Este edital, seus anexos e as propostas dos licitantes vencedores integrarão a ARP, independentemente de transcrição. A

Íntegra da Ata de Registro de Preços será publicada no Diário Oficial dos Municípios e estará disponível no site oficial da Prefeitura durante sua vigência, bem como no Setor de Licitações e Contratos. Compete ao Órgão Gerenciador a administração do Sistema de Registro de Preços, incluindo:

- a) Consolidação das estimativas de serviços ou itens a serem executados;
- b) Realização de pesquisa de mercado para o valor estimado da licitação;
- c) Instrução processual do procedimento licitatório;
- d) Gerenciamento da ata de registro de preços;
- e) Condução de renegociações;
- f) Aplicação de penalidades decorrentes de infrações, com ampla defesa e contraditório;
- g) Aplicação de penalidades por descumprimento da ata ou obrigações contratuais.

A ARP incluirá anexo com registro dos fornecedores que cotaram valores iguais ao do licitante vencedor, para formação de cadastro de reserva, em caso de não assinatura ou impossibilidade de atendimento pelo primeiro colocado. Esse registro visa garantir cadastro de reserva para eventuais contratações em caso de inadimplência do fornecedor original. A habilitação dos fornecedores do cadastro de reserva será realizada conforme a legislação aplicável e mediante necessidade de contratação de fornecedor remanescente.

## **10. PLANILHA DE ESTIMATIVAS DE CUSTOS**

O custo estimado foi elaborado a partir de pesquisa de preços, cujos dados consolidados estão presentes na "Planilha de Precificação – Cesta de Preços", constante dos autos.

## **11.CATÁLOGO DO PRODUTO**

Os produtos devem vir acompanhados de catálogo que contenham as características do material ofertado, prazo de validade, marca, modelo, tipo, fabricante e procedência, além de outras informações pertinentes que demonstrem compatibilidade com a descrição mínima dos mesmos neste instrumento.

## **12. DESCRIÇÃO DA SOLUÇÃO COMO UM TODO**

A presente aquisição visa o fornecimento regular pelo período de 12 meses dos materiais de expediente e escritório, cujo objetivo é garantir um abastecimento contínuo, proporcionando a produtividade das atividades operacionais desta estatal, podendo ser renovado por igual período ante ao atendimento dos requisitos legais.

## **13. PARCELAMENTO DA CONTRATAÇÃO**

A contratação será estruturada em lotes para promover maior competitividade e viabilidade econômica, permitindo a participação de um número ampliado de fornecedores. A licitação será dividida em 2 (dois) lotes, aproveitando a similaridade do gênero entre os materiais e as vantagens da economia de escala, o que viabiliza melhores condições de preço e participação no certame.

## **14. CONTRATAÇÕES CORRELATAS E/OU INTERDEPENDENTES**

Para esta solução, não há contratações correlatas ou interdependentes relacionadas ao objeto específico da aquisição pretendida.

## **15. RESULTADOS ESPERADOS:**

Os materiais a serem adquiridos visam sanar as demandas de reposição contínua de estoque para o material de consumo dos almoxarifados, indispensáveis para o exercício das atribuições institucionais dos membros e servidores da Procuradoria-Geral de Justiça e Promotorias de Justiça da Capital e do Interior. Objetivos Específicos e Resultados Pretendidos:

1. Cumprimento de todos os preceitos legais vigentes;
2. Garantia do fornecimento de materiais de qualidade, respeitando princípios de eficiência e sustentabilidade;
3. Integração e harmonia no fornecimento e entrega dos materiais;
4. Manutenção da continuidade dos produtos em estoque;
5. Atendimento adequado das necessidades das unidades administrativas;
6. Reposição dos produtos de forma tempestiva e eficiente e criação de estoque mínimo.

Essa estratégia proporcionará benefícios diretos ao equipar os agentes públicos com recursos necessários, garantindo condições ideais para o desempenho de suas funções institucionais.

## **16. REQUISITOS DA CONTRATAÇÃO**

Os quantitativos descritos na presente licitação são estimativas baseadas nas demandas históricas e projeções de consumo do período, sendo, portanto, uma previsão não vinculativa. Assim:

**Caráter Estimativo:** Os quantitativos apresentados servem apenas como uma referência de consumo provável, não caracterizando compromisso de aquisição integral de tais quantidades.

**Flexibilidade no Consumo:** O consumo eficaz será realizado de acordo com a necessidade real dos setores demandantes, sendo possível que alguns itens ou especificações não sejam requisitados ao longo do período contratual.

**Responsabilidade do Fornecedor:** Os fornecedores devem estar cientes de que o fornecimento dos itens será feito sob demanda, ou seja, os pedidos ocorrerão conforme as necessidades das unidades e sem obrigação de consumo da totalidade estimada.

**Economia e Racionalidade:** A administração pública poderá ajustar a quantidade adquirida de acordo com a necessidade efetiva, respeitando a economicidade e o uso racional dos recursos públicos, sem incorreto em deliberação ou ressarcimento ao fornecedor por itens não adquiridos dentro do limite da estimativa.

Como requisito de exigência para esta contratação será estabelecido ao fornecedor contratado a apresentação de todas as prerrogativas contidas neste Termo de Referência.

## **17. DA EXECUÇÃO DO OBJETO**

Após a entrega, serão conferidos os bens/materiais, verificando-se especialmente as datas de validade registradas nas embalagens e a inviolabilidade dos lacres dos pacotes.

Todos os produtos devem estar em embalagens apropriadas.

Não serão aceitas embalagens violadas, danificadas ou que apresentem dúvidas quanto à qualidade e procedência do produto. A entrega dos bens/materiais e acomodação dos mesmos nos locais de instalação deverão ser realizados por funcionários da empresa contratada, devendo estes estarem devidamente uniformizados.

Os bens poderão ser rejeitados, no todo ou em parte, quando em desacordo com as especificações constantes neste Termo de Referência e na proposta, devendo ser substituído no prazo de 02 (dois) dias, a contar da notificação da Contratada, às suas custas, sem prejuízo da aplicação das penalidades.

Os materiais de que trata o presente Termo de Referência deverão ter a garantia mínima de 12 (doze) meses, quando não houver referência específica. Todos os bens/materiais solicitados pela CONTRATANTE deverão ser encaminhados à CONTRATADA através de Ordem de Fornecimento, por meio eletrônico, respeitado os prazos mínimos previstos neste Termo de Referência.



## **18. DO PRAZO DE ENTREGA**

A entrega dos materiais será feita de modo fracionada de acordo com demanda da contratante mediante o envio de Ordem de Compra ao fornecedor.

**19. DO LOCAL DE ENTREGA** A entrega deverá ocorrer sem ônus para o contratante na sede da Agência de Fomento de Goiás S/A, Avenida Goiás, n.º 91 – Setor Central – CEP: 74005-010 – Goiânia – Goiás.

## **20. DO HORÁRIO DE ENTREGA**

A entrega dos bens/materiais será na sede da Agência de Fomento de Goiás S/A, no horário das 08h00 min até as 12h00 min e das 14h00 min até as 17h00 min.

## **21. DA ORDEM DE COMPRA**

O termo de contrato será substituído pela nota de compra, conforme estabelece o inciso XLIII, do art. 2º, do Regulamento Interno De Licitações, Contratos E Convênios, da Agência de Fomento de Goiás S/A A NOTA DE COMPRA será encaminhada para o fornecedor no e-mail indicado na Proposta de Preços, sendo obrigatório que o fornecedor mantenha seus dados cadastrais atualizados. A Licitante deverá entregar todo o bem/material solicitado na Nota de Compra.

## **22. DAS AMOSTRAS**

A GOIASFOMENTO reserva-se o direito de solicitar amostras dos materiais ofertados para avaliação técnica da(s) empresa(s) classificada(s) em primeiro lugar. As amostras, quando solicitadas, deverão ser apresentadas juntamente com as informações técnicas dos fabricantes originais, contendo a descrição detalhada do produto ofertado, em português.

A GOIASFOMENTO poderá formalmente solicitar às proponentes a apresentação de novas amostras, catálogos, prospectos, laudos analíticos e laboratoriais de qualquer item cotado, independentemente da ordem de classificação de preços, para aferir a conformidade dos bens propostos com as especificações descritas no Termo de Referência. Quando solicitadas, as amostras, os catálogos, os prospectos e os laudos analíticos e laboratoriais em português deverão ser apresentados na quantidade indicada e no prazo máximo de 48 (quarenta e oito) horas, contados a partir do recebimento da solicitação ou da publicação na imprensa oficial, sob pena de desclassificação. As amostras, quando solicitadas, deverão ser fornecidas em caráter de doação.

Esta disposição não se aplica caso o valor do item seja financeiramente relevante, ou seja, superior a R\$ 100,00 (cem reais). Os pareceres técnicos, resultantes das análises das amostras, serão arquivados na GOIASFOMENTO e poderão subsidiar avaliações dos materiais em processos licitatórios futuros, compondo o cadastro interno de produtos. Nos

casos em que pareceres técnicos indiquem desfavorabilidade à aceitação dos produtos, estes poderão ser utilizados como fundamento para a desclassificação do item cotado pela interessada.

### **23. MODELO DE GESTÃO DO CONTRATO**

A gestão e a fiscalização do contrato, em atenção ao art. 40, VII da Lei 13.303/16, e em observância ao disposto nos arts. 163 a 166 do Regulamento Interno de Licitações, Contratos e Convênios da Agência de Fomento de Goiás S/A caberá a servidor devidamente qualificado e indicado por meio de Portaria.

Compete ao gestor da Agência de Fomento de Goiás S/A, dentre outras obrigações:

- a) Provocar a instauração de processo administrativo com o objetivo de apurar responsabilidade ou prejuízo resultante de erro ou vício na execução do contrato ou de promover alteração contratual, especialmente no caso de solução adotada em projeto inadequado, desatualizado tecnologicamente ou inapropriado ao local específico;
- b) Identificar a necessidade de modificar ou adequar a forma de execução do objeto contratado; Registrar todas as ocorrências e adotar as medidas cabíveis para sanar eventuais irregularidades;
- c) Exigir da contratada o cumprimento de todas as obrigações previstas no contrato;
- d) Recusar objeto diverso ou com qualidade inferior à prevista em contrato;
- e) Atestar o recebimento definitivo: O atesto da execução do objeto deverá ser realizado até 10 (dez) dias após o recebimento da nota fiscal ou da fatura pela unidade administrativa responsável.

A disponibilização da nota fiscal ao setor financeiro deverá ser feita até 5 (cinco) dias após o atesto. Em caso de indício de irregularidade no recolhimento das contribuições previdenciárias, o gestor do contrato deverá oficiar ao Ministério da Previdência Social e à Receita Federal do Brasil - RFB comunicando tal fato. Em caso de indício de irregularidade no recolhimento da contribuição para o FGTS, o gestor do contrato deverá oficiar ao Ministério do Trabalho e Emprego.

### **24. DAS CONDIÇÕES DE PAGAMENTO E DE FATURAMENTO**

O pagamento será efetuado pela CONTRATANTE em até 10 (dez) dias, em parcela única, contados do Atesto e recebimento da Nota Fiscal, devendo a CONTRATADA informar na correspondente Nota Fiscal/Fatura, seus dados bancários para a realização do respectivo pagamento. A Nota Fiscal apresentada deverá conter no mínimo os seguintes dados:

A data da emissão. Número do CONTRATO.

Discriminação do objeto com seus respectivos quantitativos, preços unitários e preços totais. Eventual destaque do valor de retenções tributárias cabíveis. Estar

endereço a sede da Agência de Fomento de Goiás S/A, Avenida Goiás, n.º 91 – Setor Central – CEP: 74005-010 – Goiânia – Goiás.

Caso ocorra atraso em relação ao prazo referido para pagamento, a Agência de Fomento de Goiás S/A será penalizada com juros de mora de 0,5% (zero vírgula cinco por cento) ao mês, calculados 'pro rata die', aplicados a partir da seguinte fórmula:

$$Pp = V * 0,005 * n / 30$$

Onde:

Pp = Valor da penalidade por atraso de pagamento;

V = Valor da fatura no vencimento;

n = Quantidade de dias decorridos entre a data de vencimento ao pagamento.

DO REAJUSTE

Não se aplica.

## **25. EXIGÊNCIAS DE HABILITAÇÃO INERENTES À ATIVIDADE OU EXPERIÊNCIA DA EMPRESA - QUALIFICAÇÃO TÉCNICA EXIGIDA DOS LICITANTES:**

No mínimo 01 (um) atestado/declaração fornecido por pessoa jurídica de direito público ou privado, comprovando que a licitante já prestou ou está prestando, satisfatoriamente o objeto deste Termo de Referência. O atestado/declaração deverá conter, no mínimo, o nome da empresa/órgão contratante e o nome do responsável pelo mesmo que ateste haver a licitante prestado ou estar prestando serviços compatíveis ou equivalente. (Poderão ser feitas diligências no sentido de atestar a veracidade dos atestados apresentados).

## **26. EXIGÊNCIAS DE HABILITAÇÃO**

A habilitação Jurídica e de Regularidade Fiscal e Trabalhista devem estar em conformidade com os arts. 64 e 65 do Regulamento Interno de Licitações, contratos e Convênios da Agência de Fomento de Goiás S/A (Regularidade Jurídica e Fiscal).

## **27. CRITÉRIOS DE RECEBIMENTO**

A emissão da Nota Fiscal/Fatura deve ser precedida do recebimento definitivo dos bens/materiais. Os bens/materiais que compõe o objeto do presente procedimento, serão recebidos provisoriamente, para verificação de conformidade.

Após esta verificação, se os bens/materiais atenderem a todos os requisitos, serão recebidos definitivamente, caso contrário, o fornecedor deverá realizar as adequações pertinentes, para atender aos requisitos mínimos descritos, sob pena das sanções legais cabíveis ao caso.

O recebimento provisório ou definitivo do objeto não exclui a responsabilidade da Contratada pelos prejuízos resultantes da incorreta execução do contrato, ou, em qualquer época, das garantias concedidas e das responsabilidades assumidas em contrato e por força das disposições legais em vigor.

Os bens/materiais poderão ser rejeitados, no todo ou em parte, quando em desacordo com as especificações constantes neste Termo de Referência e na proposta, devendo ser corrigidos/refeitos/substituídos no prazo fixado pelo fiscal do contrato, às custas da Contratada, sem prejuízo da aplicação de penalidades.

## **28. DAS OBRIGAÇÕES DA CONTRATADA**

Além das resultantes da Lei 13.303/2016 a adjudicatária se obriga, nos termos deste Termo de Referência, a:

Executar a entrega dos bens/materiais em conformidade com especificações descritas neste Termo

Cumprir com os prazos determinados neste Termo de Referência. Responsabilizar-se integralmente pela entrega dos bens/materiais.

Submeter-se à fiscalização da Agência de Fomento de Goiás S/A, através do Gestor/e ou Fiscal do Contrato, que acompanhará a entrega dos bens/materiais, orientando, fiscalizando e intervindo ao seu exclusivo interesse, com a finalidade de garantir o exato cumprimento das condições pactuadas.

Responsabilizar por todos os encargos decorrentes da execução do ajuste, tais como: obrigações Cíveis, trabalhistas, fiscais, previdenciárias assim como despesas com transporte, distribuição e quaisquer outras que incidam sobre a contratação, serão de exclusiva responsabilidade da CONTRATADA.

Prestar todos os esclarecimentos que lhe forem solicitados pelo CONTRATANTE, no que referir-se ao objeto, atendendo prontamente a quaisquer reclamações.

Providenciar a imediata correção das deficiências, falhas ou irregularidades constatadas, sem ônus para o CONTRATANTE, caso verifique que os mesmos não atendem as especificações deste Termo de Referência.

Comunicar à Contratante, no prazo máximo de 24 (vinte e quatro) horas que antecede a data da entrega dos bens/materiais, os motivos que impossibilitem o cumprimento do prazo previsto, com a devida comprovação.

Refazer, sem custo para o CONTRATANTE, todo e qualquer procedimento, se verificada, incorreção e constatado que o erro é da responsabilidade da CONTRATADA.

Manter, durante o período de vigência do contrato, todas as condições de habilitação e qualificação exigidas na contratação. Responsabilizar-se pela entrega dos bens/materiais no local e horário indicados pela Administração, nas datas previamente estabelecidas entre as partes.

Encaminhar ao CONTRATANTE a Nota Fiscal/Fatura.

Atender a todas as condições descritas no presente Termo. Reparar, corrigir, remover, reconstruir ou substituir, às suas expensas, no total ou em parte, o objeto deste Termo de Referência em que se verificarem vícios, defeitos ou incorreções resultantes da execução ou de materiais empregados.

Arcar com todos os ônus de transporte, locação de equipamentos e fretes necessários.

Fica a Contratada obrigada a aceitar, nas mesmas condições contratuais, os acréscimos ou supressões que se fizerem necessários, até o limite de 25% (vinte e cinco por cento) do valor inicial atualizado do contrato, até o limite do inciso II, do art. 124, do Regulamento Interno de Licitações, Contratos e Convênios.

Substituir os materiais/produtos objeto deste Termo de Referência, que por ventura forem entregues à Contratante com defeito de fabricação ou que apresentarem qualquer alteração de quantidade, validade, vícios, defeitos, incorreções, num prazo máximo de 02 (dois) dias úteis.

Comprometer-se a fornecer o objeto da licitação, em conformidade com as especificações contidas neste documento, e no caso de não ser o fabricante, responderá, solidariamente e preferencialmente pelos vícios de qualidade e quantidade que os tornem impróprios ou inadequados ao uso a que se destinam ou lhes diminuam o valor.

Responsabilizar-se pelo transporte do objeto, de seu estabelecimento até o local determinado para entrega, sem ônus para a Agência de Fomento de Goiás S/A.

## **29. DAS OBRIGAÇÕES DA CONTRATANTE**

Dar conhecimento à CONTRATADA de quaisquer fatos que possam afetar a entrega do objeto.

Exercer a fiscalização quanto ao fornecimento do objeto.

Notificar, formal e tempestivamente, a Contratada sobre irregularidades observadas na entrega do objeto. Definir, agendar o local de entrega do objeto.

Emitir o correspondente empenho ou documento equivalente, com todas as informações necessárias, em favor da CONTRATADA.

Disponibilizar todas as informações necessárias para o correto fornecimento dos produtos. Atestar as Notas Fiscais/Faturas, por servidor competente.

Efetuar, em favor da CONTRATADA o pagamento, nas condições estabelecidas neste Termo de Referência.

A Administração não responderá por quaisquer compromissos assumidos pela Contratada com terceiros, ainda que vinculados à execução do objeto do presente Termo de Contrato, bem como por qualquer dano causado a terceiros em decorrência de ato da Contratada, de seus empregados, prepostos ou subordinados.

Conferir toda documentação gerada e apresentada durante o fornecimento dos bens/materiais efetuando o seu atesto quando estiver em conformidade com os padrões de informação e qualidade exigidos.

Antes da ordem de fornecimento, planejar a entrega dos bens/materiais de modo que na mesma ordem de fornecimento esteja incluso o maior número de demanda possível, de modo que a contratada possa se organizar da melhor forma sua logística.

Será designado representante para acompanhar e fiscalizar o fornecimento dos bens/materiais, anotando em registro próprio todas as ocorrências relacionadas com a

execução e determinando o que for necessário à regularização de falhas ou defeitos observados.

É competência do fiscal da Agência de Fomento de Goiás S/A dentre outras:

I - Provocar a instauração de processo administrativo com o objetivo de apurar responsabilidade ou prejuízo resultante de erro ou vício na execução do contrato ou de promover alteração contratual, especialmente no caso de solução adotada em projeto inadequado, desatualizado tecnologicamente ou inapropriado ao local específico;

II - Identificar a necessidade de modificar ou adequar a forma de execução do objeto contratado;

III - Registrar todas as ocorrências e adotar as medidas cabíveis para sanar eventuais irregularidades;

IV - Exigir da contratada o cumprimento de todas as obrigações previstas no contrato;

V - Recusar objeto diverso ou com qualidade inferior à prevista em contrato;

VI - Atestar o recebimento provisório e munir o gestor das informações necessárias para o recebimento definitivo. A fiscalização de que trata este item não exclui nem reduz a responsabilidade da Contratada, inclusive perante terceiros, por qualquer irregularidade, ainda que resultante de imperfeições técnicas ou vícios redibitórios, e, na ocorrência desta, não implica em corresponsabilidade da Administração ou de seus agentes e prepostos. O representante da Administração anotará em registro próprio todas as ocorrências relacionadas com a execução do contrato, indicando dia, mês e ano, bem como o nome dos funcionários eventualmente envolvidos, determinando o que for necessário à regularização das falhas ou defeitos observados e encaminhando os apontamentos à autoridade competente para as providências cabíveis. Encaminhar a liberação de pagamento das faturas da prestação de serviços aprovadas;

### **30. DA GARANTIA DOS PRODUTOS**

Os produtos devem apresentar lacre e identificação do prazo de validade de no mínimo 06 (Seis) meses a contar da entrega nesta GoiásFomento.

### **31. DAS SANÇÕES ADMINISTRATIVAS**

Constituem ilícito administrativo, sem prejuízo das sanções penais cabíveis, a prática dos atos previstos no Art 77, da Lei Estadual nº 17.928, de 27 de dezembro de 2012, a prática dos atos previstos no art. 7º da Lei Federal nº 10.520, de 17 de julho de 2002, ou em dispositivos de normas que vierem a substituí-los, bem como pelo cometimento de quaisquer infrações previstas no Regulamento Interno de Licitações, Contratos e Convênios da Agência de Fomento de Goiás S/A, a CONTRATADA que:

- a) Inexecutar total ou parcialmente qualquer das obrigações assumidas em decorrência da contratação.
- b) Ensejar o retardamento da execução do objeto.
- c) Falhar ou fraudar na execução do CONTRATO.
- d) Comportar-se de modo inidôneo. Cometer fraude fiscal.

Pela inexecução total ou parcial do objeto deste contrato, a Administração pode aplicar à CONTRATADA as seguintes sanções:

- a) Advertência, cabível sempre que o ato praticado, ainda que ilícito, não seja suficiente para acarretar danos à Agência de Fomento de Goiás S/A, suas instalações, pessoas, imagem, meio ambiente, ou a terceiros.
- b) Multa moratória de 0,33% (trinta e três centésimos por cento) por dia de atraso injustificado sobre o valor da parcela inadimplida, até o limite de 30 (trinta) dias.
- c) Multa compensatória de 10% (dez por cento) sobre o valor total do contrato, no caso de inexecução total do objeto.

Em caso de inexecução parcial, a multa compensatória, no mesmo percentual do subitem acima, será aplicada de forma proporcional à obrigação inadimplida.

Suspensão do direito de participar de licitação e impedimento de contratar com a Agência de Fomento de Goiás S/A pelo prazo de até 2 (dois) anos.

As sanções: advertência, cabível sempre que o ato praticado, ainda que ilícito, não seja suficiente para acarretar danos à Agência de Fomento de Goiás S/A, suas instalações, pessoas, imagem, meio ambiente, ou a terceiros e suspensão do direito de participar de licitação e impedimento de contratar com a Agência de Fomento de Goiás S/A pelo prazo de até 2 (dois) anos; poderão ser aplicadas à CONTRATADA juntamente com as de multa, descontando-a dos pagamentos a serem efetuados.

A reincidência da sanção de advertência, poderá ensejar a aplicação de penalidade mais severa. Cabe a sanção de suspensão em razão de ação ou omissão capaz de causar, ou que tenha causado dano à Agência de Fomento de Goiás S/A suas instalações, pessoas, imagem, meio ambiente ou a terceiros que não possam ser ressarcidos apenas com a aplicação de multas.

### **32. RECURSOS FINANCEIROS**

As despesas decorrentes do presente contrato correrão à conta de Recursos Próprios e serão oportunamente especificados pelo Setor Financeiro da Agência de Fomento de Goiás S/A.

### **33. DA SUBCONTRATAÇÃO**

É vedada a subcontratação total, cessão ou a transferência do objeto deste Termo de Referência a terceiros.

### **34. DA RESERVA OU NÃO DE COTAS PARA MICROEMPRESAS (ME) OU EMPRESAS DE PEQUENO PORTE (EPP)**

Será concedido tratamento favorecido para as Microempresas e Empresas de Pequeno Porte, nos limites previstos da Lei Complementar nº 123, de 14 de dezembro de 2006.

### **35. CRITÉRIOS DE SUSTENTABILIDADE:**

Respeitar a legislação vigente e observar as boas práticas e técnicas ambientalmente recomendados, quando da realização de atividades nas áreas, escopos dos trabalhos, quer seja, em qualidade, quantidade ou destinação; atividades essas de inteira responsabilidade da Contratada que responderá em seu próprio nome perante os órgãos fiscalizadores. É de responsabilidade da contratada na prestação dos serviços contratados, cumprir a legislação ambiental, para a gestão sustentável da entrega dos bens/materiais.

### **36. CLÁUSULA ARBITRAL:**

Qualquer disputa ou controvérsia relativa à interpretação ou execução deste ajuste, ou de qualquer forma oriunda ou associada a ele, no tocante a direitos patrimoniais disponíveis, e que não seja dirimida amigavelmente entre as partes (precedida da realização de tentativa de conciliação ou mediação), deverá ser resolvida de forma definitiva por arbitragem, nos termos das normas de regência da CÂMARA DE CONCILIAÇÃO, MEDIAÇÃO E ARBITRAGEM DA ADMINISTRAÇÃO ESTADUAL (CCMA).

A CÂMARA DE CONCILIAÇÃO, MEDIAÇÃO E ARBITRAGEM DA ADMINISTRAÇÃO ESTADUAL (CCMA) será composta por Procuradores do Estado, Procuradores da Assembleia Legislativa e por advogados regularmente inscritos na OAB/GO, podendo funcionar em Comissões compostas sempre em número ímpar maior ou igual a 3 (três) integrantes (árbitros), cujo sorteio se dará na forma do art. 14 da Lei Complementar Estadual nº 114, de 24 de julho de 2018, sem prejuízo da aplicação das normas de seu Regimento Interno, onde cabível. A sede da arbitragem e da prolação da sentença será preferencialmente a cidade de Goiânia. O idioma da Arbitragem será a Língua Portuguesa. A arbitragem será exclusivamente de direito, aplicando-se as normas integrantes do ordenamento jurídico ao mérito do litígio.

Aplicar-se-á ao processo arbitral o rito previsto nas normas de regência (inclusive o seu Regimento Interno) da CÂMARA DE CONCILIAÇÃO, MEDIAÇÃO E ARBITRAGEM DA ADMINISTRAÇÃO ESTADUAL (CCMA), na Lei nº 9.307, de 23 de setembro de 1996, na Lei nº 13.140, de 26 de junho de 2015, na Lei Complementar Estadual nº 144, de 24 de julho de 2018 e na Lei Estadual nº 13.800, de 18 de janeiro de 2001, constituindo a sentença título executivo vinculante entre as partes. A sentença arbitral será de acesso público, a ser disponibilizado no sítio eletrônico oficial da Procuradoria-Geral do Estado, ressalvadas as hipóteses de sigilo previstas em lei. As partes elegem o Foro da Comarca de Goiânia para quaisquer medidas judiciais necessárias, incluindo a execução da sentença arbitral. A eventual propositura de medidas judiciais pelas partes deverá ser imediatamente comunicada à CÂMARA DE CONCILIAÇÃO, MEDIAÇÃO E ARBITRAGEM DA ADMINISTRAÇÃO ESTADUAL (CCMA), e não implica e nem deverá ser interpretada como renúncia à arbitragem, nem afetará a existência, validade e eficácia da presente cláusula arbitral.

### **37. DISPOSIÇÕES GERAIS**



A legislação aplicável à contratação do objeto do presente Termo de Referência encontra amparo legal na Lei n.º 13.303/2016; pelo Regulamento de Licitações, Contratos e Convênios da Agência de Fomento de Goiás S/A e demais normas aplicáveis.

### **38. DO FORO**

Para dirimir quaisquer questões decorrentes deste procedimento e da contratação dele originada, será competente o Foro da comarca de Goiânia – GO.

## **ANEXO II – MODELO DE PROPOSTA COMERCIAL**

**Pregão Eletrônico para Registro de Preços nº \_\_\_\_/2026**

**Processo SEI nº 202600059000319**

### **1. IDENTIFICAÇÃO DA LICITANTE**

<b>Campo</b>	<b>Informação</b>
<b>Razão Social</b>	
<b>CNPJ/MF</b>	
<b>Inscrição Estadual</b>	
<b>Inscrição Municipal</b>	
<b>Endereço completo</b>	
<b>UF</b>	
<b>CEP</b>	
<b>Telefone</b>	
<b>E-mail</b>	
<b>Representante Legal</b>	
<b>CPF do Representante</b>	
<b>Dados bancários (Banco / Agência / Conta Corrente)</b>	

### **2. OBJETO**

Proposta comercial para registro de preços visando à futura, eventual e parcelada aquisição de materiais de expediente, papelaria, escritório, copa e cozinha, destinados ao atendimento das necessidades da Agência de Fomento de Goiás S.A. — GoiásFomento, conforme especificações constantes do Termo de Referência (Anexo I) e do Edital do Pregão Eletrônico SRP nº \_\_\_\_/2026.

### **3. ITENS E PREÇOS OFERTADOS:**

**LOTE 1****PREENCHER SOMENTE SE ESTIVER CONCORRENDO AO LOTE 1**

<b>Item</b>	<b>Descrição</b>	<b>Qtd. 12 meses</b>	<b>Unid. de Medida</b>	<b>Marca / Fabricante</b>	<b>Valor Unitário (R\$)</b>	<b>Valor Total (R\$)</b>
1	Agenda permanente de compromissos, cor preta, válida por doze meses, uma página por dia inclusive sábado e domingo, capa dura e acabamento em espiral, folhas internas papel offset 63 g/m <sup>3</sup> e pautadas, medidas aproximadas (19x13x2). Produto certificado pela FSC.	20	Unidade			
2	Apoio ergonômico de pulso para mouse, confeccionado em espuma de poliuretano ou gel macio, revestimento em tecido ou material sintético antialérgico, base antiderrapante, formato anatômico, compatível com mouse pad padrão.	100	Unidade			
3	Apoio ergonômico de pulso para teclado, confeccionado em espuma de poliuretano ou gel macio, revestimento em tecido ou material sintético antialérgico, base antiderrapante, formato anatômico, compatível com teclados padrão ABNT.	100	Unidade			
4	Bloco Recado Material: Papel, Cor: Amarela, Largura: 75 MM, Comprimento: 75 MM, Características Adicionais: Auto-Adesivo Com 1 Cm, Post It, Quantidade Folhas: 100 unidades — Grande.	300	Blocos com 100 folhas por unidade			
5	Bloco Recado Material papel cor amarela, largura 35 MM, comprimento 50 MM, tipo auto adesivo, características adicionais "POST-IT", quantidade de folhas 100 — Pequeno.	300	Blocos com 100 folhas por unidade			
6	Caixa Arquivo cor parda, em papelão, com micro ondulado interno nas paredes, proporcionando rigidez ao material. Auto montável. Sem necessidade de impressão externa. Medidas aprox: 360mmx250mmx135mm.	400	Unidade			

**LOTE 1****PREENCHER SOMENTE SE ESTIVER CONCORRENDO AO LOTE 1**

<b>Item</b>	<b>Descrição</b>	<b>Qtd. 12 meses</b>	<b>Unid. de Medida</b>	<b>Marca / Fabricante</b>	<b>Valor Unitário (R\$)</b>	<b>Valor Total (R\$)</b>
7	Caneta esferográfica azul cristal, corpo em resina termoplástica, sextavada, ponta de níquel prateado, esfera de tungstênio e com espessura de 1,0mm (ponta média), cor tinta/azul, gravada no corpo a marca do fabricante. Caixa contendo 50 unidades.	30	Caixas contendo 50 unidades			
8	Caneta esferográfica vermelha cristal, corpo em resina termoplástica, sextavada, ponta de níquel prateado, esfera de tungstênio e com espessura de 1,0mm (ponta média), cor/tinta vermelha, gravada no corpo a marca do fabricante. Caixa contendo 50 unidades.	30	Caixas contendo 50 unidades			
9	Caneta marca texto cor azul/roxa. Tinta à base de água, corpo plástico, rígido opaco, com composição especial fluorescente, não recarregável, ponta de poliéster chanfrada de 03 a 05mm. Caixa contendo 12 unidades.	20	Caixas com 12 und.			
10	Caneta para Quadro branco, cores variadas (mínimo azul, preta, vermelha e verde), tinta à base de álcool, escrita macia, secagem rápida, fácil remoção a seco, ponta média ou chanfrada, corpo plástico, não tóxica.	70	Unidade			
11	Caneta para retroprojector, tinta permanente, escrita média, ponta porosa, resistente à água e à luz. Caixa contendo 12 unidades.	20	Caixas com 12 und.			
12	Clipes para papel 2/0, tratamento superficial niquelado nº 2/0, material em aço galvanizado, formato paralelo. Caixa contendo 100 unidades.	100	Caixas com 100 und.			
13	Clipes para papel 8/0, tratamento superficial niquelado nº 8/0, material em aço galvanizado, formato paralelo. Caixa contendo 25 unidades.	100	Caixas com 100 und.			

**LOTE 1****PREENCHER SOMENTE SE ESTIVER CONCORRENDO AO LOTE 1**

<b>Item</b>	<b>Descrição</b>	<b>Qtd. 12 meses</b>	<b>Unid. de Medida</b>	<b>Marca / Fabricante</b>	<b>Valor Unitário (R\$)</b>	<b>Valor Total (R\$)</b>
14	Clipes para papel 4/0, tratamento superficial niquelado nº 4/0, material em aço galvanizado, formato paralelo. Caixa contendo 100 unidades.	100	Caixas com 100 und.			
15	Cola branca líquida 1kg, composição policetato de vinila (PVA), em dispersão aquosa, cor branca, aplicação papel, lavável, atóxica e com bico contra entupimentos e vazamentos. Prazo de validade mínimo de 08 meses.	30	Frascos de 1KG			
16	Cola em bastão acondicionada em bastão de 21g. Cor branca/incolor, à base de éter de poliglucosídeo, para aplicação em papel, cartolina e fotos, com tampa e base giratória. Prazo de validade mínimo de 08 meses.	100	Frasco de 21g			
17	Elástico fino, tamanho/número 18, amarelo, em borracha natural, tamanho aprox: 8,5cm. Prazo de validade mínimo de 08 meses. Caixa/pacote contendo 50 unidades.	50	Pacotes com 50 und.			
18	Envelope ofício branco 114x162mm, tipo saco comum, material sulfite gramatura 75g/m <sup>2</sup> , dimensões aproximadas 114x162mm, cor branco. Caixa com 100 unidades.	100	Caixas com 100 und.			
19	Fita adesiva larga transparente, composição: filme de polipropileno com adesivo à base de resina e borracha sintética. Medidas: 45mmx50m. Prazo de validade mínimo de 08 meses.	100	Rolo com medidas: 45mmx50m			
20	Fita adesiva durex 12mm x 33m transparente, embalada com proteção entre rolos.	100	Rolo com medidas de 12mm x 33m			
21	Grampeador, estrutura metálica. Tipo mesa, capacidade para grampear 25 a 30 folhas, tamanho grampo 26/6. Não será aceito	60	Unidade			

**LOTE 1****PREENCHER SOMENTE SE ESTIVER CONCORRENDO AO LOTE 1**

<b>Item</b>	<b>Descrição</b>	<b>Qtd. 12 meses</b>	<b>Unid. de Medida</b>	<b>Marca / Fabricante</b>	<b>Valor Unitário (R\$)</b>	<b>Valor Total (R\$)</b>
	grampeador com partes em material plástico não resistente.					
22	Grampo comum 26/6 galvanizado para grampeador 26/6. Caixa contendo 5.000 unidades.	200	Caixas com 5.000 und.			
23	Lápis Grafite nº 02, corpo sextavado, de madeira, material cerâmico e apontado. Dureza carga HB, material carga grafite. Caixa contendo 12 unidades.	50	Caixas com 12 unidades			
24	Mouse pad, superfície em tecido ou material sintético, base emborrachada antiderrapante, dimensões aproximadas 220 x 180 mm.	50	Unidade			
25	Papel vergê formato A4, material: Celulose Vegetal, Cor: Branca, Gramatura: 180G/M2, Comprimento: 297 MM, Largura: 210 MM. Caixa com 50 folhas.	50	Caixas com 50 folhas			
26	Pasta Arquivo, material papelão Prensado, Tipo: AZ, Largura: 240MM, Lombada: Estreita, Cor: Preta, Prendedor Interno: Ferragem Removível Com 2 furos, Características Adicionais: Revestimento Plástico, Bolsa Plástica Transparente, Comprimento: 340 MM, Tamanho: Ofício.	100	Unidade			
27	Papel sulfite branco A4, cor branca, formato (A4), 210mmx297mm. Gramatura 75g/m²; alvura 98% (ISO-2469); opacidade 90% (TAPPI-425). Caixa contendo 10 resmas.	120	Caixas com 10 resmas			
28	Pen drive com capacidade mínima de 64 GB, interface USB 3.0 ou superior, compatível com USB 2.0, sistema plug and play, garantia mínima de 12 meses.	50	Unidade			
29	Perfurador de papel médio, material: Metal e Plástico, Tipo: Médio, Tratamento Superficial:	50	Unidade			

<div> <div>LOTE 1</div> <div>PREENCHER SOMENTE SE ESTIVER CONCORRENDO AO LOTE 1</div> </div>						
Item	Descrição	Qtd. 12 meses	Unid. de Medida	Marca / Fabricante	Valor Unitário (R\$)	Valor Total (R\$)
	Pintado, Capacidade Perfuração: 20 FL, Funcionamento manual.					
30	Pasta formato em "L", ofício, medidas 230mmx335mm e 0,15mm de espessura. Composição polipropileno fosco, anti-reflexo, na cor cristal. Pacote contendo 10 unidades.	120	Pacotes com 10 unid.			
31	Pilha alcalina AA, tensão 1,5V, não recarregável, sem adição de mercúrio, cádmio ou chumbo. Pacote com 02 unidades.	150	Pacotes com 02 und.			
32	Pilha alcalina AAA, tensão 1,5V, não recarregável, sem adição de mercúrio, cádmio ou chumbo. Pacote com 02 unidades.	150	Pacotes com 02 und.			
33	Pilha bateria 23A 12V alcalina.	50	Unidade			
34	Régua comum em acrílico, transparente, cristal, rígida, medindo 30cmx3,5cmx3mm, com graduação precisa (em centímetros/milímetros), sem manchas ou borrões, embalagem plástica individual.	50	Unidade			
35	Tesoura, lâminas em material aço inoxidável, cabo anatômico de polipropileno. Tamanho 21cm (8 ½"), aplicação multiuso/uso geral.	50	Unidade			
	<b>VALOR TOTAL DO LOTE 1</b>					<b>R\$</b>

<div> <div>LOTE 2</div> <div>PREENCHER SOMENTE SE ESTIVER CONCORRENDO AO LOTE 2</div> </div>						
Item	Descrição	Qtd. 12 meses	Unid. de Medida	Marca / Fabricante	Valor Unitário (R\$)	Valor Total (R\$)
1	CAFÉ — Café de primeira linha, em pó homogêneo, torrado,	1.200	Pacote 500 gr			

**LOTE 2****PREENCHER SOMENTE SE ESTIVER CONCORRENDO AO LOTE 2**

Item	Descrição	Qtd. 12 meses	Unid. de Medida	Marca / Fabricante	Valor Unitário (R\$)	Valor Total (R\$)
	moído, tipo forte, com padrão de qualidade global obrigatoriamente tradicional. Espécie: constituição de café com predominância arábica, blindado com cafés robusta canillon. Embalagem: almofada, em pacotes de 500 gramas. Nota de qualidade mínima 5,0 pontos.					
2	Copo descartável capacidade 200 ml, transparente, confeccionado em polipropileno, conforme NBR 14865 e NBR 13230 da ABNT. Caixa contendo 2.500 unidades.	60	Cx. 2.500 und.			
3	Copo descartável Pequeno com capacidade de 80 ml, transparente, confeccionado em polipropileno, conforme NBR 14865 e NBR 13230 da ABNT. Caixa contendo 2.500 unidades.	25	Cx. 2.500 und.			
4	Guardanapo de papel, folha simples, branca, fibras virgens, 100% naturais, dimensões 22x19 cm (entre 19,5 a 22,5 x 18 a 22 cm). Pacote de 50 folhas.	2.400	Pacote 50 folhas			
5	Açúcar cristal, especial filtrado ou peneirado, embalado em pacotes de 5 kg, de procedência nacional. Prazo mínimo de seis meses.	250	Pacote 5 kg			
6	CARTUCHOS COM 10 CAPSULAS DE CAFÉ EXPRESSO 8G CADA PARA MAQUINA TRES CORACOES — EXPRESSO SUPREMO.	800	Pacote 10 unidades			
7	CARTUCHOS COM 10 CAPSULAS DE CAFÉ EXPRESSO 8G CADA PARA MAQUINA TRES CORACOES — SABOR CAPUCCINO CLASSIC.	500	Pacote 10 unidades			
8	Garrafa Térmica em Inox, Capacidade: 2,2L, Cor: Inox, livre de BPA, não vaza, conserva	50	Unidade			

<p align="center"><b>LOTE 2</b></p> <p align="center"><b>PREENCHER SOMENTE SE ESTIVER CONCORRENDO AO LOTE 2</b></p>						
Item	Descrição	Qtd. 12 meses	Unid. de Medida	Marca / Fabricante	Valor Unitário (R\$)	Valor Total (R\$)
	bebida quente ou fria, tampa desmontável para limpeza, Peso: 1,202kg, Medidas: (A) 27 cm x 13 cm diâmetro.					
9	Álcool em gel antisséptico (70%) para as mãos, com Aloe Vera ou hidratante e dispensador. Frasco com 420g. Validade mínima de 01 ano a partir da data da entrega.	100	Frascos 420 gr			
10	Copo De Vidro Capacidade: 300 ML, Diâmetro Boca: 65 MM, Altura: 140 MM, Cor: Incolor, Tipo Uso: Água/Suco/Refrigerante, Apresentação: Superfície Lisa E Parede Fina, Transmissão: Transparente. Caixa com 24 unidades.	10	Cx. 24 und.			
11	Xícaras Para Café, Com Pires Em Porcelana, Cor Branca, Capacidade de 80 ML. Caixa com 12 unidades.	50	Cx. 12 und.			
	<b>VALOR TOTAL DO LOTE 2</b>					<b>R\$</b>

**4. VALOR GLOBAL DA PROPOSTA** *(Preencher apenas os lotes para os quais a licitante apresentar proposta)*

Lote	Valor Total (R\$)
Lote 1 — Material de Papelaria e Escritório	R\$
Lote 2 — Material de Copa e Cozinha	R\$
VALOR GLOBAL DA PROPOSTA (soma dos lotes ofertados)	

**5. VALIDADE DA PROPOSTA**

A presente proposta tem validade de 60 (sessenta) dias, contados da data de abertura da sessão pública do Pregão Eletrônico, conforme previsto no Edital.

**6. PRAZO DE ENTREGA**



A entrega dos materiais será realizada no prazo de até 10 (dez) dias úteis, contados da emissão de cada Ordem de Fornecimento, no local e horário indicados no Termo de Referência e no Edital.

## **7. DECLARAÇÕES**

7.1. Declaramos que os preços ofertados incluem todos os custos diretos e indiretos necessários ao fornecimento integral do objeto, tais como: tributos (federais, estaduais e municipais), encargos sociais, trabalhistas, previdenciários, fiscais, comerciais, fretes, seguros, embalagens, despesas de transporte, entrega, mão de obra, despesas administrativas, custos operacionais e quaisquer outros ônus que incidam ou venham a incidir sobre a contratação.

7.2. Declaramos que temos pleno conhecimento das condições estabelecidas no Edital, no Termo de Referência e em seus anexos, e que os aceitamos integralmente, sem ressalvas.

7.3. Declaramos que os produtos ofertados atendem integralmente às especificações técnicas mínimas constantes do Termo de Referência (Anexo I do Edital).

7.4. Declaramos que os produtos perecíveis ou com prazo de validade serão entregues com validade mínima de 06 (seis) meses a contar da data de entrega, salvo especificação diversa constante do Termo de Referência.

7.5. Declaramos que, caso convocados para assinatura da Ata de Registro de Preços e do Contrato, manteremos todas as condições de habilitação e qualificação exigidas no Edital.

7.6. Declaramos que os materiais ofertados possuem garantia mínima de 12 (doze) meses, contados da data de entrega, quando não houver referência específica diversa no Termo de Referência.

7.7. Declaramos que não há fato impeditivo à nossa participação na presente licitação e que não nos enquadrados em nenhuma das hipóteses de vedação previstas no Edital.

Local e data: \_\_\_\_\_, \_\_\_\_ de \_\_\_\_\_ de 2026.

\_\_\_\_\_

Representante Legal da Licitante

Nome: \_\_\_\_\_

CPF: \_\_\_\_\_

Cargo/Função: \_\_\_\_\_

**(Assinatura com identificação)**

**Anexo III – Ata de Registro de Preços:**

A AGÊNCIA DE FOMENTO DE GOIÁS S.A. – GOIÁSFOMENTO, sociedade de economia mista de capital fechado, autorizada pela Lei Estadual nº 13.533, de 15 de outubro de 1999, inscrita no CNPJ/MF sob o nº 03.918.382/0001-25, com sede na Avenida Goiás, nº 91, Setor Central, Goiânia-GO, CEP 74005-010, neste ato representada na forma de seu Estatuto Social, por seu Diretor-Presidente **RIVAE AGUIAR PEREIRA**, brasileiro, casado, gestor fazendário, portador da Cédula de Identidade nº xx9501xx-PC/GO e CPF nº xxx.372.391-xx, e pela Diretora Administrativa e Financeira, **LARA GARCIA BORGES FERREIRA**, brasileira, casada, gestora governamental, portadora da Cédula de Identidade nº xx884xx SSP/GO, inscrita pelo CPF nº xxx.741.336-xx, ambos residentes e domiciliados em Goiânia-GO doravante denominada GOIÁSFOMENTO, considerando o julgamento do Pregão Eletrônico para Registro de Preços nº \_\_\_\_/2026, regido pela Lei Federal nº 13.303/2016, pelo Regulamento Interno de Licitações e Contratos da GoiásFomento – RILC, pelo Edital e seus anexos, RESOLVE registrar os preços da(s) empresa (s) abaixo qualificada(s), doravante denominada FORNECEDOR REGISTRADO, observadas as condições constantes desta Ata, do Edital, do Termo de Referência e da proposta vencedora

## 1. DOS FORNECEDORES:

- 1.1. Para efeitos desta ata, o Fornecedor registrado para fornecimento do itens agrupados no Lote 1, trata-se de xxxxxxxxxxxxxxxxxxxxxxxxx, inscrita pelo CNPJ/MF: xxxxxxxxxxxxxxxxxxxxxx, sediada no endereço xxxxxxxxxxxxxxxxxxxxxx, neste ato representada por seu representante legal, na forma de seus atos constitutivos xxxxxxxxxxxxxxxxxxxxxxxxxxxxxxxxxxxx, com endereço na xxxxxxxxxxxxxxxxxxxxxx
- 1.2. Para efeitos desta ata, o Fornecedor registrado para fornecimento do itens agrupados no Lote 2, trata-se de xxxxxxxxxxxxxxxxxxxxxxxxx, inscrita pelo CNPJ/MF: xxxxxxxxxxxxxxxxxxxxxx, sediada no endereço xxxxxxxxxxxxxxxxxxxxxx, neste ato representada por seu representante legal, na forma de seus atos constitutivos xxxxxxxxxxxxxxxxxxxxxxxxxxxxxxxxxxxx, com endereço na xxxxxxxxxxxxxxxxxxxxxx

## 2. DO OBJETO:

- 2.1. A presente Ata tem por objeto o registro de preços para futura, eventual e parcelada aquisição de materiais de expediente, papelaria, escritório, copa e cozinha, destinados ao atendimento das necessidades da GoiásFomento, conforme especificações, quantitativos estimados e condições estabelecidas no Termo de Referência, no Edital e na proposta vencedora.

- 2.2. Integram esta Ata, independentemente de transcrição, o Edital, o Termo de Referência, a proposta do fornecedor registrado, os documentos de habilitação e os demais elementos constantes do processo administrativo.
- 2.3. Os bens objeto desta Ata possuem natureza comum e serão fornecidos sob demanda, mediante emissão de Ordem de Fornecimento, autorização de fornecimento, instrumento contratual simplificado ou instrumento equivalente.

### 3. DOS LOTES E PREÇOS REGISTRADOS:

LOTE 1					
Item	Descrição	Qtd. 12 meses	Unidade de Medida	Valor Unitário	Preço Total
1	Agenda permanente de compromissos, cor preta, válida por doze meses, uma página por dia inclusive sábado e domingo, capa dura e acabamento em espiral, folhas internas papel offset 63 g/m <sup>2</sup> e pautadas, medidas aproximadas (19x13x2). Produto certificado pela FSC.	20 und	Unidade.	----	----
2	Apoio ergonômico de pulso para mouse, confeccionado em espuma de poliuretano ou gel macio, revestimento em tecido ou material sintético antialérgico, base antiderrapante, formato anatômico, compatível com mouse pad padrão.	100 und	Unidade	----	----
3	Apoio ergonômico de pulso para teclado, confeccionado em espuma de poliuretano ou gel macio, revestimento em tecido ou material sintético antialérgico, base antiderrapante, formato anatômico, compatível com teclados padrão ABNT	100 und	Unidade	----	----
4	Bloco Recado Material: Papel, Cor: Amarela, Largura: 75 MM, Comprimento: 75 MM, Características Adicionais: Auto-Adesivo Com 1 Cm, Post It, Quantidade Folhas: 100 unidades - Grande	300 und	Blocos com 100 folhas por unidade.	----	----
5	Bloco Recado Material papel cor amarela, largura 35 MM, comprimento 50 MM, tipo auto adesivo, características adicionais "POST-IT", quantidade de folhas 100 - Pequeno	300 und	Blocos com 100 folhas por unidade.	----	----
6	Caixa Arquivo cor parda, em papelão, com micro ondulado interno nas paredes, proporcionando rigidez ao material. Auto montável. Sem necessidade de impressão externa. Medidas aprox: 360mmx250mmx135mm. Referência: JOTAGÁ.	400 und	Unidade.	----	----
7	Caneta esferográfica azul cristal, corpo em resina termoplástica, sextavada, ponta de níquel prateado, esfera de tungstênio e com espessura de 1,0mm, (ponta média), cor, tinta/azul, gravada no, corpo a marca do fabricante. Entregar em caixa contendo 50 unidades/caneta. Referência: BIC, COMPACTOR, FABER CASTELL.	30 cx	Caixas contendo 50 unidades.	----	----
8	Caneta esferográfica vermelha cristal, corpo em resina termoplástica, sextavada, ponta de níquel prateado, esfera de tungstênio e com espessura de 1,0mm (ponta média), cor/tinta preta, gravada no corpo a marca do fabricante. Entregar em Caixa contendo 50 unidades/canetas. Referência: BIC, COMPACTOR, FABER CASTELL.	30 cx	Caixas contendo 50 unidades.	----	----

LOTE 1					
Item	Descrição	Qtd. 12 meses	Unidade de Medida	Valor Unitário	Preço Total
9	Caneta marca texto cor azul/roxa Tinta à base de água, corpo plástico, rígido opaco, com composição especial fluorescente, não recarregável, ponta de poliéster chanfrada de 03 a 05mm, cor azul ou roxa, gravada no corpo a marca do fabricante. Entregar em caixa contendo 12 unidades/canetas. Referência: BIC, BRW, FABER CASTELL, PILOT.	20 cx	Caixas com 12 und.	----	----
10	Caneta para Quadro branco, cores variadas (mínimo azul, preta, vermelha e verde), tinta à base de álcool, escrita macia, secagem rápida, fácil remoção a seco, ponta média ou chanfrada, corpo plástico, não tóxica	70 und	Unidade	----	----
11	Caneta para retroprojektor, tinta permanente, escrita média, ponta porosa, resistente à água e à luz.	20 cx	Caixas com 12 und.	----	----
12	Clipes para papel 2/0, tratamento superficial niquelado nº 2/0, material em aço galvanizado, formato paralelo. Entregar em Caixa contendo 100 unidades/clips. Referência: Bacchi, BRW, Spiral.	100 cx	Caixas com 100 und.	----	----
13	Clipes para papel 8/0, tratamento superficial niquelado nº 8/0, material em aço galvanizado, formato paralelo. Entregar em Caixa contendo 25 unidades/clips. Referência: Bacchi, BRW, Spiral	100 cx	Caixas com 100 und.	----	----
14	Clipes para papel 4/0, tratamento superficial niquelado nº 4/0, material em aço galvanizado, formato paralelo. Entregar em Caixa contendo 100 unidades/clips. Referência: Bacchi, BRW, Spiral.	100cx	Caixas com 100 und.	----	----
15	Cola branca líquida 1kg, composição policetato de vinila (PVA), em dispersão aquosa, cor branca, aplicação papel, lavável, atóxica e com bico contra entupimentos e vazamentos. Prazo de validade em período mínimo de 08 (oito) meses, com registro da data de fabricação e validade estampadas no rótulo da embalagem. Referência: ACRILEX, CASCOLA/CASCOREZ, PRITT (TENAZ HENKEL).	30 Fr	Frascos de 1KG.	----	----
16	Cola em bastão acondicionada em bastão de 21g. Cor branca/incolor, à base de éter de poliglucosídeo, para aplicação em papel, cartolina e fotos, com tampa e com base giratória para expor a cola, alta aderência. Prazo de validade em período mínimo de 08 (oito) meses, com registro da data de fabricação e validade estampadas no rótulo da embalagem. Referência: BIC, PRITT, SCOTCH.	100 fr	Frasco de 21g.	----	----
17	Elástico fino, tamanho/número 18, amarelo, em borracha natural, tamanho aprox: 8,5cm. Prazo de validade em período mínimo de 08 (oito) meses, com registro da data de fabricação e validade estampadas no rótulo da caixa/pacote. Entregar em caixa/pacote contendo 50 unidades. Referência: MERCUR	50pct	Pacotes com 50 und.	----	----
18	Envelope ofício branco 114x162mm, tipo saco comum, material sulfite gramatura 75g/m <sup>2</sup> , dimensões aproximadas 114x162mm, cor branco. Caixa com 100 unidades.	100 cx	Caixas com 100 und.	----	----
19	Fita adesiva larga transparente, composição: filme de polipropileno com adesivo à base de resina e borracha sintética. Medidas: 45mmx50m. Prazo de validade em período mínimo de 08 (oito) meses, com registro da data de fabricação e validade estampadas na embalagem e no material (parte interna). Referência: 3M, Adelbras, Delfix, Eurocel, Vonder	100 und	Rolo com medidas: 45mmx50m	----	----

LOTE 1					
Item	Descrição	Qtd. 12 meses	Unidade de Medida	Valor Unitário	Preço Total
20	Fita adesiva durex 12mm x 33m transparente, embalada com proteção entre rolos.	100 und	Rolo com medidas de 12mm x 33m	----	----
21	Grampeador, estrutura metálica. Tipo mesa, capacidade para grampear 25 a 30 folhas, tamanho grampo 26/6. Obs.: não será aceito grampeador que tenha partes em material plástico não resistente. Referência: ADECK REF. GE301, CARBEX REF. 266, EASY OFFICE REF. O-300, GENMES REF. 5727, GRAMP.	60 und	Unidade.	----	----
22	Grampo comum 26/6 galvanizado para grampeador 26/6. Entregar em Caixa contendo 5.000 unidades. Referência: Bacchi, Maxprint	200 cx	Caixas com 5.000 und.	----	----
23	Lápis Grafite nº 02, corpo sextavado, de madeira, material cerâmico e apontado. Dureza carga HB, material carga grafite. Entregar em Caixa contendo 12 unidades/lápis. Referência: BIC, FABER CASTELL.	50 cx	Caixas com 12 unidades.	----	----
24	Mouse pad, superfície em tecido ou material sintético, base emborrachada antiderrapante, dimensões aproximadas. 220 x 180 mm.	50	Unidade	----	----
25	Papel vergê formato A4, material: Celulose Vegetal, Cor: Branca, Gramatura: 180G/M2, Comprimento: 297 MM, Largura: 210 M – Caixa com 50 folhas.	50 cx	Caixas com 50 folhas.	----	----
26	Pasta Arquivo, material papelão Prensado, Tipo: Az, Largura: 240MM, Lombada: Estreita, Cor: Preta, Prendedor Interno: Ferragem Removível Com 2 furos, Características Adicionais: Revestimento Plástico, Bolsa Plástica Transparente, Comprimento: 340 MM, Tamanho: Ofício.	100 und	Unidade.	----	----
27	Papel sulfite branco A4, cor branca, formato (A4), 210mmx297mm. Gramatura 75g/m²; alvura 98% (ISO-2469); opacidade 90% (TAPPI- 425). Papel para uso em impressões frente e verso em máquinas de reprografia, impressoras laser e jato de tinta. O papel deverá ser livre de vincos, emendas, dobras, furos, rasgos, sujeiras e outros defeitos, prejudiciais, isento de pó e marcas de cola. Processo de fabricação isento de cloro elementar. O corte do papel deve garantir o esquadro das resmas evitando o amassamento das folhas. Determinações: alvura conforme norma da ABNT. Espessura: 0,094mm (iso- Termo de Referência 534); rigidez CD: 1,0 gf.cm (ISO-2493); rigidez md: 2,1 (iso-2493); porosidade Gurley: 11,0s/100cc (TAPPI-460); aspereza bendtsen w 200,0 ml/min (iso-8791); aspereza bendtsen f 200,0 ml/min (iso-8791); umidade 4,4% (ISO-287); brancura 150,0 D65 10° (ISO-11475). Acondicionamento: os papéis deverão estar acondicionados em embalagem de papel protetora contra umidade (papel bopp-prolipipilenobiorentado) e deverão conter, no mínimo, as informações traduzidas em língua portuguesa, com a identificação do conteúdo, o selo de certificação florestal, a marca, o lote e os dados do fabricante. O produto deve vir embalado de maneira que haja proteção e conservação higiênica interna e externamente. Entregar em caixa contendo 10 resmas. Referência: Chamex, Prestige, Rino.	120 cx	Caixas com 10 resmas.	----	----

LOTE 1					
Item	Descrição	Qtd. 12 meses	Unidade de Medida	Valor Unitário	Preço Total
28	Pen drive com capacidade mínima de 64 GB, interface USB 3.0 ou superior, compatível com USB 2.0, sistema plug and play, garantia mínima de 12 meses	50	Unidade	----	----
29	Perfurador de papel médio, material: Metal E Plástico, Tipo: Médio, Tratamento Superficial: Pintado, Capacidade Perfuração: 20 FL, Funcionamento manual.	50 und	Unidade.	----	----
30	Pasta formato em "L", ofício, medidas 230mmx335mm e 0,15mm de espessura. Composição polipropileno fosco, anti-reflexo, na cor cristal, com acabamento de qualidade na prensa da parte inferior do material. Entregar em pacote contendo 10 unidades/pastas. Referências: ACP, DAC.	120 pct	Pacotes com 10 unid,	----	----
31	Pilha alcalina AA, tensão 1,5V, não recarregável, sem adição de mercúrio, cádmio ou chumbo. Pacote com (02) duas unidades. Referência: Duracell, Elgin, Panasonic.	150 pct	Pacotes com 02 und.	----	----
32	Pilha alcalina AAA, tensão 1,5V, não recarregável, sem adição de mercúrio, cádmio ou chumbo. Pacote com (02) duas unidades. Referência: Duracell, Elgin, Panasonic.	150 pct	Pacotes com 02 und.	----	----
33	Pilha bateria 23A 12V alcalina unidade.	50 und	Unidade.	----	----
34	Régua comum em acrílico, transparente, cristal, rígida, medindo 30cmx3,5cmx3mm, com graduação precisa (em centímetros/milímetros), sem manchas ou borrões, embalagem plástica, individual. Referência: Acrimet, Waleu.	50 und	Unidade.	----	----
35	Tesoura, lâminas em material aço inoxidável, cabo anatômico de polipropileno. Tamanho 21cm (8 ½"), aplicação multiuso/uso geral. Referência: Arde--ck, BRW, Desart.	50 und	Unidade.	----	----

LOTE 2					
Item	Descrição	Qtd. 12 meses	Unidade de Medida	Valor Unitário	Preço Total
1	CAFÉ - Café de primeira linha, em pó homogêneo, torrado, moído, tipo forte, com padrão de qualidade global obrigatoriamente tradicional. Espécie: constituição de café com predominância arábica, blindado com cafés robusta canillon. Embalagem: almofada, em pacotes de 500 gramas, contendo data de fabricação, validade e lotes estampados no rótulo da embalagem. Bebida: dura para melhor; torração: média; moagem: fina media ponto de torra: media qualidade global - nota de qualidade mínima 5,0 pontos. microscopia: tolerância de no máximo : - 1% de impurezas g100g - casca e paus; ausência de substancias estranhas.	1200 pacotes	Pacote 500 gr	----	----

LOTE 2					
Item	Descrição	Qtd. 12 meses	Unidade de Medida	Valor Unitário	Preço Total
2	Copo descartável capacidade 200 ml, transparente confeccionado em polipropileno; os copos devem ser homogêneos, isentos de materiais estranhos, bolhas, rachaduras, furos, deformações, bordas afiadas ou rebarbas, não devem apresentar sujidade interna ou externamente, devem ser acondicionados em mangas plásticas c/ 100 copos; peso mínimo 220 gramas; as mangas não devem estar violadas e devem estar protegidas em caixa de papelão resistente; deverá constar impresso na manga a capacidade total do copo; quantidade; os copos deverão estar em conformidade com NBR 14865, NBR 13230 da ABNT. Caixa contendo 2.500 unidades.	60 caixas	cx. 2.500 und.	----	----
3	Copo descartável Pequeno com capacidade de 80 ml, transparente confeccionado em polipropileno; os copos devem ser homogêneos, isentos de materiais estranhos, bolhas, rachaduras, furos, deformações, bordas afiadas ou rebarbas, não devem apresentar sujidade interna ou externamente, devem ser acondicionados em mangas plásticas c/ 100 copos; os copos deverão estar em conformidade com NBR 14865, NBR 13230 da ABNT. Caixa contendo 2.500 unidades.	25 caixas	cx. 2500 und.	----	----
4	Guardanapo de papel, folha simples, branca, fibras virgens, 100% naturais, dimensões 22x19 cm. ENTRE 19,5 A 22,5 X 18 A 22 CM. Pacote de 50 folhas.	2400 PCT	Pacote 50 fhls	----	----
5	Açúcar cristal, especial filtrado ou peneirado, embalado em pacotes de 5 kg, de procedência nacional. Deve apresentar-se isento de substâncias estranhas e/ou nocivas. Com prazo mínimo de seis meses. Embalados em plástico atóxico e termosselado. Embalagem declarando a marca, nome e endereço do empacotador, prazo de validade, número de registro no órgão competente. Embalagem primária deve ser transparente e incolor. Embalagem secundária, fardo termosselado e resistente. Pacote 5 kg	250 pacotes	Pacote 5 kg	----	----
6	CARTUCHOS COM 10 CAPSULAS DE CAFÉ EXPRESSO 8G CADA PARA MAQUINA TRES CORACOES - EXPRESSO SUPREMO.	800pct	Pacote 10 unidades	----	----
7	CARTUCHOS COM 10 CAPSULAS DE CAFÉ EXPRESSO 8G CADA PARA MAQUINA TRES CORACOES - SABOR CAPUCCINO. CLASSIC.	500 pct	Pacote 10 unidades	----	----
8	Garrafa Térmica em Inox, Capacidade: 2,2L Cor: Inox, Naturalmente livre de BPA, Não vaza. Conserva a bebida quente ou fria. Tampa desmontável para limpeza profunda. Peso: 1,202kg Medidas: (A) 27 cm x 13 cm diâmetro.	50 und	Unidade.	----	----
9	Álcool em gel antisséptico (70%) para as mãos, com Aloe Vera ou hidratante e dispensador. Frasco com 420g. Validade de no mínimo de 01 ano a partir da data da entrega. Marca Referência: Coperalcool, Asseptgel ou similar.	100 und	Frascos 420 gr.	----	----

LOTE 2					
Item	Descrição	Qtd. 12 meses	Unidade de Medida	Valor Unitário	Preço Total
10	Copo De Vidro Capacidade: 300 ML, Diâmetro Boca: 65 MM, Altura: 140 MM, Cor: Incolor , Tipo Uso: Água/Suco/Refrigerante , Apresentação: Superfície Lisa E Parede Fina , Transmitância: Transparente.	10 cx	Cx. 24 und.	----	----
11	Xícaras Para Café, Com Pires Em Porcelana, Cor Branca, Capacidade de 80 ML.	50 cx	Cx. 12 und.	----	----

- 3.1. Os quantitativos registrados representam estimativa de consumo para o período de vigência da Ata, não gerando obrigação de aquisição integral pela GoiásFomento.
- 3.2. A existência de preços registrados implica compromisso de fornecimento nas condições estabelecidas, mas não impede a GoiásFomento de realizar contratação específica quando demonstrada solução mais vantajosa ou necessidade administrativa superveniente

#### 4. DO ÓRGÃO GERENCIADOR E LIMITES SUBJETIVOS DA ATA

- 4.1. O órgão gerenciador da presente Ata é a Agência de Fomento de Goiás S.A. – GoiásFomento.
- 4.2. Não há órgãos ou entidades participantes neste Registro de Preços, destinando-se a Ata exclusivamente ao atendimento das necessidades da GoiásFomento.
- 4.3. A gestão da Ata caberá à unidade competente da GoiásFomento, sem prejuízo da fiscalização das contratações decorrentes por gestor, fiscal ou comissão formalmente designada.
- 4.4. Não será admitida adesão à presente Ata de Registro de Preços por órgãos ou entidades não participantes.
- 4.5. A vedação à adesão decorre da natureza interna da demanda, da estimativa de consumo elaborada a partir das necessidades próprias da GoiásFomento e da necessidade de preservação do equilíbrio dos quantitativos registrados

#### 5. DA VIGÊNCIA:

- 5.1. A Ata de Registro de Preços terá vigência de **12 (doze) meses**, contados de sua assinatura, com eficácia condicionada à publicação na forma do art. 140, §1º, do RILC.
- 5.2. A Ata poderá ser **renovada por igual período de 12 (doze) meses**, desde que demonstrada a permanência da necessidade administrativa, a vantajosidade dos preços registrados em relação aos praticados no mercado, a anuência expressa do fornecedor, a manutenção das condições de habilitação e o atendimento das demais condições previstas no Edital, na Lei Estadual nº 17.928/2012, no Decreto Estadual nº 7.437/2011 e no RILC.
- 5.3. A renovação da Ata **importará na renovação integral dos quantitativos** originalmente registrados, assegurado o direito de a GoiásFomento, em comum acordo com o fornecedor, ajustar os quantitativos à demanda efetivamente projetada para o novo período, desde que não haja majoração superior aos quantitativos originais.



- 5.4. A renovação será formalizada por **termo aditivo**, devendo a GoiásFomento iniciar os trâmites com antecedência mínima que permita a conclusão antes do término da vigência da Ata.
- 5.5. A não renovação não gera direito a indenização em favor do fornecedor, tampouco a recusa deste em renovar ensejará a aplicação de sanções.

## **6. DA FORMALIZAÇÃO DAS AQUISIÇÕES:**

- 6.1. As aquisições decorrentes desta Ata serão formalizadas mediante instrumento de contrato formal, nos termos do art. 138, *caput*, do RILC.
- 6.2. Excepcionalmente, a GoiásFomento poderá substituir o instrumento de contrato por Ordem de Fornecimento ou Autorização de Fornecimento, exclusivamente quando a aquisição específica configurar compra com entrega imediata e integral, da qual não resultem obrigações futuras, inclusive quanto à garantia, assistência técnica ou substituição de produtos, nos termos do art. 138, §1º, c/c art. 48, §1º, do RILC.
- 6.3. Sempre que o pedido envolver itens para os quais o Termo de Referência exija garantia, obrigação de substituição ou qualquer outra prestação futura por parte do fornecedor, a formalização dar-se-á obrigatoriamente por contrato formal.
- 6.4. A emissão do instrumento de formalização ficará condicionada à efetiva necessidade administrativa, à disponibilidade orçamentária e à observância das condições desta Ata e do Termo de Referência.
- 6.5. O instrumento emitido deverá indicar, no mínimo, os itens solicitados, as quantidades, o local e prazo de entrega, o valor correspondente e a unidade responsável pelo recebimento e ateste.
- 6.6. Na hipótese de substituição do contrato por Ordem de Fornecimento, aplicam-se, no que couber, as cláusulas desta Ata, do Edital e do Termo de Referência.

## **7. PRAZO E CONDIÇÕES DE ENTREGA**

- 7.1. O prazo para entrega do objeto será de até 10 (dez) dias úteis, contados da emissão da ordem de fornecimento, de acordo com as demandas contratuais da Gerência de Apoio Logístico e Materiais da GOIÁSFOMENTO.
- 7.2. A CONTRATADA deverá entregar os materiais/produtos, às suas expensas, no endereço da sede da GOIÁSFOMENTO:
- 7.3. Os materiais/produtos entregues serão objeto de acompanhamento, controle e fiscalização por parte de um representante especialmente designado pela GOIÁSFOMENTO.
- 7.4. O horário de expediente da GOIÁSFOMENTO é das 08h00 às 12h00 e das 14h00 às 17h00, de segunda a sexta-feira.
- 7.5. Todos os objetos deverão ser entregues novos, sem uso, devidamente embalados e protegidos, acompanhados de manual, em português, contendo instruções de uso, conservação e termo de garantia, quando aplicável.
- 7.6. Caso o licitante vencedor deixe de prestar o fornecimento dentro do prazo estabelecido, sem justificativa por escrito aceita pela GOIÁSFOMENTO, ficará sujeito às penalidades previstas na legislação.
- 7.7. O fornecedor deverá substituir, corrigir ou complementar, às suas expensas, os materiais recusados por desconformidade, vício, avaria, divergência de quantidade, prazo de validade inadequado ou qualquer incompatibilidade com as especificações exigida

## **8. DO RECEBIMENTO E DA FISCALIZAÇÃO:**

- 8.1. O recebimento dos materiais será realizado pela unidade competente da GoiásFomento, que verificará a conformidade dos itens entregues com o Termo de Referência, a proposta registrada e a Ordem de Fornecimento.
- 8.2. O recebimento provisório poderá ocorrer no momento da entrega, para posterior conferência de quantidade, qualidade, especificações, marca/fabricante, prazo de validade e demais condições exigidas.
- 8.3. O recebimento definitivo ocorrerá após a verificação de conformidade dos materiais, mediante ateste da unidade responsável.
- 8.4. O recebimento, provisório ou definitivo, não exclui a responsabilidade do fornecedor por vícios aparentes ou ocultos, defeitos, desconformidades ou danos posteriormente identificados.
- 8.5. A fiscalização exercida pela GoiásFomento não reduz nem transfere ao órgão gerenciador a responsabilidade do fornecedor pelo fiel cumprimento das obrigações assumidas.

## **9. FORMA E CONDIÇÕES DE PAGAMENTO**

- 9.1. A GOIÁSFOMENTO pagará à CONTRATADA pelos fornecimentos de materiais/produtos mencionados no Termo de Referência, o valor estimado conforme a Proposta apresentada pela CONTRATADA. O pagamento total será efetuado no prazo de até 10 (dez) dias, contados do recebimento dos materiais e do ateste de funcionalidade, a partir da data de apresentação da Nota Fiscal/Fatura devidamente atestada pelo responsável pelo contrato, designado pela GOIÁSFOMENTO.
- 9.2. A Nota Fiscal deverá conter o número do processo, do contrato, a descrição individualizada dos equipamentos com seus valores unitários e totais, bem como as Certidões de Regularidade Fiscal: Federal/União/Seguridade Social, Estadual e Municipal, a Certidão Negativa de Débitos do FGTS e a Certidão Negativa de Débitos Trabalhistas, todas devidamente atualizadas.
- 9.3. Caso a sede da CONTRATADA não esteja localizada no Estado de Goiás, deverá esta apresentar a Certidão Negativa de Débitos em relação a Tributos Estaduais, expedida pela Secretaria da Fazenda Pública do Estado de Goiás, em conformidade com o entendimento da Procuradoria Geral do Estado, expresso no Parecer nº 007399/2009-NNP e Despacho “AG” nº 010525/2009.
- 9.4. Para a efetivação do pagamento, a regularidade fiscal da CONTRATADA deverá ser comprovada por meio de documentos hábeis ou do Certificado de Registro Cadastral – CRC, além de quaisquer outros documentos que o setor responsável pela GOIÁSFOMENTO considere pertinentes. A CONTRATADA deverá manter todas as condições de habilitação exigidas pela legislação aplicável.
- 9.5. A Nota Fiscal somente será atestada após a entrega dos equipamentos, conforme os termos e condições estabelecidos no contrato e nas solicitações da GOIÁSFOMENTO.

- 9.6. Caso ocorra atraso em relação ao prazo referido para pagamento, a Agência de Fomento de Goiás S/A será penalizada com juros de mora de 0,5% (zero vírgula cinco por cento) ao mês, calculados 'pro rata die', aplicados a partir da seguinte fórmula:

$$Pp=V*0,005*n/30$$

Onde:

Pp = Valor da penalidade por atraso de pagamento;

V = Valor da fatura no vencimento;

n = Quantidade de dias decorridos entre a data de vencimento ao pagamento.

- 9.7. É de responsabilidade da CONTRATADA emitir a Nota Fiscal no valor condizente com aquele aprovado pela GOIÁSFOMENTO. Caso se constate divergência, a Nota Fiscal deverá ser substituída. Em caso de recusa da CONTRATADA em proceder à substituição, esta arcará integralmente com os tributos destacados na Nota Fiscal não corrigida.
- 9.8. A GOIÁSFOMENTO, na condição de fonte retentora, efetuará os descontos tributários devidos sobre os pagamentos realizados, recolhendo as parcelas retidas nos prazos e condições previstos na legislação vigente.

#### **10. OBRIGAÇÕES DAS CONTRATADAS:**

- 10.1. Além das resultantes da Lei 13.303/2016 a adjudicatária se obriga, nos termos deste Termo de Referência, a:
- 10.1.1. Executar a entrega dos bens/materiais em conformidade com especificações descritas neste Termo
  - 10.1.2. Cumprir com os prazos determinados neste Termo de Referência. Responsabilizar-se integralmente pela entrega dos bens/materiais.
  - 10.1.3. Submeter-se à fiscalização da Agência de Fomento de Goiás S/A, através do Gestor/e ou Fiscal do Contrato, que acompanhará a entrega dos bens/materiais, orientando, fiscalizando e intervindo ao seu exclusivo interesse, com a finalidade de garantir o exato cumprimento das condições pactuadas.
  - 10.1.4. Responsabilizar por todos os encargos decorrentes da execução do ajuste, tais como: obrigações Cíveis, trabalhistas, fiscais, previdenciárias assim como despesas com transporte, distribuição e quaisquer outras que incidam sobre a contratação, serão de exclusiva responsabilidade da CONTRATADA.
  - 10.1.5. Prestar todos os esclarecimentos que lhe forem solicitados pelo CONTRATANTE, no que referir-se ao objeto, atendendo prontamente a quaisquer reclamações.
  - 10.1.6. Providenciar a imediata correção das deficiências, falhas ou irregularidades constatadas, sem ônus para o CONTRATANTE, caso verifique que os mesmos não atendem as especificações deste Termo de Referência.
  - 10.1.7. Comunicar à Contratante, no prazo máximo de 24 (vinte e quatro) horas que antecede a data da entrega dos bens/materiais, os motivos que impossibilitem o cumprimento do prazo previsto, com a devida comprovação.

- 10.1.8. Refazer, sem custo para o CONTRATANTE, todo e qualquer procedimento, se verificada, incorreção e constatado que o erro é da responsabilidade da CONTRATADA.
- 10.1.9. Manter, durante o período de vigência do contrato, todas as condições de habilitação e qualificação exigidas na contratação. Responsabilizar-se pela entrega dos bens/materiais no local e horário indicados pela Administração, nas datas previamente estabelecidas entre as partes.
- 10.1.10. Encaminhar ao CONTRATANTE a Nota Fiscal/Fatura.
- 10.1.11. Atender a todas as condições descritas no presente Termo. Reparar, corrigir, remover, reconstruir ou substituir, às suas expensas, no total ou em parte, o objeto deste Termo de Referência em que se verificarem vícios, defeitos ou incorreções resultantes da execução ou de materiais empregados.
- 10.1.12. Arcar com todos os ônus de transporte, locação de equipamentos e fretes necessários.
- 10.1.13. Fica a Contratada obrigada a aceitar, nas mesmas condições contratuais, os acréscimos ou supressões que se fizerem necessários nos contratos, ordens de fornecimento ou instrumentos equivalentes formalizados com base na Ata de Registro de Preços, até o limite de 25% (vinte e cinco por cento) do valor inicial atualizado de cada contratação, nos termos do art. 145, inciso II, do Regulamento Interno de Licitações, Contratos e Convênios da GoiásFomento – RILC.
- 10.1.13.1. Os limites percentuais de que trata o *caput* incidem exclusivamente sobre as contratações formalizadas a partir da Ata de Registro de Preços (ordens de fornecimento, contratos, autorizações de fornecimento ou instrumentos equivalentes), e **não** sobre os quantitativos registrados na própria Ata de Registro de Preços.
- 10.1.13.2. É **vedado** realizar acréscimos aos quantitativos registrados na Ata de Registro de Preços, os quais representam o limite máximo de fornecimento para o período de vigência da Ata, conforme estimativa de consumo constante do Termo de Referência e do Edital.
- 10.1.13.3. Os acréscimos e as supressões nas contratações decorrentes devem ser calculados sobre o valor inicial atualizado de cada contratação individual, aplicando-se os limites percentuais de forma isolada ao conjunto de acréscimos e ao conjunto de supressões, vedada a compensação entre eles.
- 10.1.13.4. Na hipótese de prorrogação desta Ata, nos termos do art. 46, inciso II, do RILC, os quantitativos originalmente registrados poderão ser renovados para o novo período de vigência, desde que demonstrada a permanência da necessidade administrativa, a vantajosidade dos preços registrados e a anuência do Fornecedor Registrado, sem que tal renovação constitua acréscimo vedado.
- 10.1.14. Substituir os materiais/produtos objeto deste Termo de Referência, que por ventura forem entregues à Contratante com defeito de fabricação ou que apresentarem qualquer alteração de quantidade, validade, vícios, defeitos, incorreções, num prazo máximo de 02 (dois) dias úteis.
- 10.1.15. Comprometer-se a fornecer o objeto da licitação, em conformidade com as especificações contidas neste documento, e no caso de não ser o fabricante, responderá, solidariamente e preferencialmente pelos vícios de qualidade e

quantidade que os tornem impróprios ou inadequados ao uso a que se destinam ou lhes diminuam o valor.

- 10.1.16. Responsabilizar-se pelo transporte do objeto, de seu estabelecimento até o local determinado para entrega, sem ônus para a Agência de Fomento de Goiás S/A.
- 10.1.17. Assumir a responsabilidade pelos encargos trabalhistas, fiscais e comerciais decorrentes da execução do objeto contratual.
- 10.1.18. Apresentar e manter, durante toda a execução do contrato, as condições de habilitação e qualificação exigidas, sendo vedada a subcontratação total ou parcial do objeto contratado.
- 10.1.19. Reconhecer que a ação fiscalizatória da GOIÁSFOMENTO não exime a CONTRATADA de suas responsabilidades contratuais, nem transfere tais responsabilidades à contratante.
- 10.1.20. Observar as disposições legais referentes à proibição do trabalho infantil e do trabalho em condições inadequadas, não permitindo:
  - a) A utilização de trabalho de menores de 16 (dezesesseis) anos, exceto na condição de aprendiz para os maiores de 14 (quatorze) anos;
  - b) A utilização de trabalho de menores de 18 (dezoito) anos em atividades noturnas, perigosas ou insalubres.
- 10.1.21. Informar à GOIÁSFOMENTO qualquer alteração em seu regime tributário, tão logo esta ocorra.

## **11. OBRIGAÇÕES E RESPONSABILIDADES DA CONTRATANTE**

- 11.1. Compete à GOIÁSFOMENTO, por intermédio do Setor Solicitante/Gestor, desempenhar as seguintes atribuições:
  - 11.1.1. Dar conhecimento à CONTRATADA de quaisquer fatos que possam afetar a entrega do objeto.
  - 11.1.2. Exercer a fiscalização quanto ao fornecimento do objeto.
  - 11.1.3. Notificar, formal e tempestivamente, a Contratada sobre irregularidades observadas na entrega do objeto. Definir, agendar o local de entrega do objeto.
  - 11.1.4. Emitir o correspondente empenho ou documento equivalente, com todas as informações necessárias, em favor da CONTRATADA.
  - 11.1.5. Disponibilizar todas as informações necessárias para o correto fornecimento dos produtos. Atestar as Notas Fiscais/Faturas, por servidor competente.
  - 11.1.6. Efetuar, em favor da CONTRATADA o pagamento, nas condições estabelecidas neste Termo de Referência.
  - 11.1.7. A Administração não responderá por quaisquer compromissos assumidos pela Contratada com terceiros, ainda que vinculados à execução do objeto do presente Termo de Contrato, bem como por qualquer dano causado a terceiros em decorrência de ato da Contratada, de seus empregados, prepostos ou subordinados.
  - 11.1.8. Conferir toda documentação gerada e apresentada durante o fornecimento dos bens/materiais efetuando o seu atesto quando estiver em conformidade com os padrões de informação e qualidade exigidos.
  - 11.1.9. Antes da ordem de fornecimento, planejar a entrega dos bens/materiais de modo que na mesma ordem de fornecimento esteja incluso o maior número de

demanda possível, de modo que a contratada possa se organizar da melhor forma sua logística.

## **12. INADIMPLÊNCIA:**

- 12.1. A inadimplência da CONTRATADA em relação aos seus encargos não transfere à GOIÁSFOMENTO a responsabilidade por seu pagamento, nem poderá onerar o objeto estabelecido no Termo de Referência.

## **13. FISCALIZAÇÃO**

- 13.1. A fiscalização do fornecimento dos materiais será exercida pelo(a) Fiscal, Gestor ou Comissão designada, competindo a este(s) dirimir dúvidas que surgirem no curso da execução do objeto, conforme disposto no Termo de Referência, devendo reportar todas as ocorrências à GOIÁSFOMENTO.
- 13.2. A fiscalização não exime nem reduz a responsabilidade da CONTRATADA, inclusive perante terceiros, por quaisquer irregularidades, sejam elas decorrentes de imperfeições técnicas ou vícios redibitórios. Na hipótese de ocorrência de tais situações, a fiscalização exercida não implicará em corresponsabilidade da GOIÁSFOMENTO ou de seus representantes.

## **14. INFRAÇÕES E SANÇÕES ADMINISTRATIVAS**

- 14.1. Pela inexecução total ou parcial do contrato, ou ainda por atraso ou descumprimento das obrigações, a GOIÁSFOMENTO poderá, assegurado o devido processo legal, aplicar penalidades administrativas de natureza pecuniária ou obrigacional, incluindo, às seguintes sanções:
- I. Advertência escrita;
  - II. Multa, conforme previsão no item correspondente do Termo de Referência;
  - III. Suspensão temporária de participação em licitações e impedimento de contratar com a GOIÁSFOMENTO, pelo prazo de até 2 (dois) anos;
- 14.2. As sanções poderão ser aplicadas em casos como:
- a) Falta de entrega ou apresentação de documentação falsa no certame licitatório;
  - b) Retardamento ou paralisação injustificada do procedimento licitatório ou execução do contrato;
  - c) Descumprimento de proposta apresentada no certame;
  - d) Conduta inidônea ou prática de fraude fiscal;
  - e) Recusa injustificada em assinar, retirar ou cumprir o contrato no prazo estabelecido;
  - f) Perturbação dos atos da sessão pública de licitação;
  - g) Descumprimento de cláusulas contratuais, incluindo atrasos na execução do objeto;
  - h) Interposição de recurso meramente protelatório;
  - i) Descumprimento de sanção anteriormente aplicada;
  - j) Omissão em adotar medidas corretivas necessárias durante a execução do contrato;
  - l) Não execução total ou parcial do objeto contratual;
  - m) Entrega de objetos com qualidade inferior à exigida;
  - n) Prática de ato tipificado como crime, sem prejuízo de sanções penais.

- 14.3. A aplicação de sanções considerará a gravidade da conduta, o caráter educativo da pena e o dano causado à GOIÁSFOMENTO, observando-se o princípio da proporcionalidade, sendo garantido à Contratada o exercício do contraditório e ampla defesa, mediante abertura de prazo de 10 (dez) dias úteis para sua manifestação, na forma do art. 157,§1º do RILC
- 14.4. As sanções de advertência e suspensão temporária poderão ser aplicadas cumulativamente com a de multa.
- 14.5. As penalidades podem ser aplicadas às empresas ou profissionais que, em decorrência dos contratos regidos pelo Regulamento de Licitações e Contratos da GOIÁSFOMENTO:
- a) Tenham sido condenados por prática de sonegação fiscal dolosa;
  - b) Pratiquem atos ilícitos com o objetivo de frustrar a licitação;
  - c) Demonstrem inidoneidade para contratar, devido a atos ilícitos praticados.
- 14.6. Caso a CONTRATADA não cumpra os prazos de entrega estabelecidos, ficará sujeita à aplicação de multa, conforme os seguintes percentuais máximos:
- a) 10% (dez por cento) sobre o valor global do contrato, em caso de descumprimento total das obrigações ou recusa em firmar o contrato;
  - b) 0,33% (três décimos por cento) ao dia, até o 30º dia de atraso, sobre o valor da parte não entregue;
- 14.7. A aplicação de multa não exclui a possibilidade de rescisão unilateral do contrato, nem impede a imposição de outras sanções previstas em lei.
- 14.8. Se o valor da multa exceder a garantia prestada, a CONTRATADA responderá pela diferença, podendo esta ser descontada de pagamentos devidos ou cobrada judicialmente, se necessário.
- 14.9. Caso a multa seja abatida da garantia, esta deverá ser recomposta imediatamente. A ausência de recomposição poderá ser considerada como inexecução contratual.
- 14.10. Toda penalidade aplicada será comunicada, imediatamente, à Unidade Gestora de Serviços de Registro Cadastral.
- 14.11. Se as multas aplicadas atingirem ou superarem 10% (dez por cento) do valor total do contrato, este poderá ser rescindido de pleno direito, a critério exclusivo da GOIÁSFOMENTO, sem prejuízo da apuração de perdas e danos.

## **15. DA ALTERAÇÃO, ATUALIZAÇÃO E NEGOCIAÇÃO DOS PREÇOS REGISTRADOS**

- 15.1. Os preços registrados poderão ser objeto de negociação, revisão, atualização ou cancelamento nas hipóteses admitidas pelo RILC, pelo Edital e por esta Ata, especialmente quando houver alteração relevante dos preços praticados no mercado ou fato superveniente que impacte a execução nas condições originalmente pactuadas.
- 15.2. 13.2. Quando o preço registrado se tornar superior ao preço praticado no mercado, a GoiásFomento poderá convocar o fornecedor para negociar sua redução.
- 15.3. Caso o fornecedor não aceite reduzir o preço aos valores praticados no mercado, a GoiásFomento poderá liberar o fornecedor do compromisso, cancelar o respectivo registro e convocar fornecedores do cadastro de reserva, se houver, observada a ordem de classificação.
- 15.4. Quando o preço de mercado se tornar superior ao preço registrado e o fornecedor demonstrar impossibilidade de cumprimento das condições pactuadas, poderá requerer a revisão do preço, mediante apresentação de documentação idônea que

comprove o fato superveniente, a repercussão econômica e a inviabilidade de manutenção do preço registrado.

- 15.5. A ausência de comprovação suficiente implicará indeferimento do pedido, permanecendo o fornecedor obrigado ao cumprimento das condições registradas, sem prejuízo das sanções cabíveis em caso de descumprimento.
- 15.6. A eventual revisão de preços dependerá de análise técnica, demonstração de vantagem e decisão formal da GoiásFomento, vedada a alteração automática dos preços registrados.

## **16. DO CANCELAMENTO DO REGISTRO**

- 16.1. O FORNECEDOR terá seu registro cancelado nos seguintes casos:
  - I – Descumprimento das condições estabelecidas na Ata de Registro de Preços;
  - II – Não aceitação de redução do preço registrado, caso este se torne superior aos preços praticados no mercado;
  - III – Ocorrência de razões de interesse público devidamente justificadas;
  - IV – Inidoneidade superveniente, comportamento irregular, ou alteração substancial das condições de mercado.
- 16.2. O cancelamento do registro, nas hipóteses previstas no item anterior, será formalizado por despacho da autoridade superior, assegurados o contraditório e a ampla defesa.
- 16.3. O FORNECEDOR poderá solicitar o cancelamento de seu registro de preços em razão de fato superveniente que comprometa a execução contratual, decorrente de caso fortuito ou força maior devidamente comprovados.
- 16.4. A Ata de Registro de Preços será cancelada automaticamente:
  - I – Pelo decurso do prazo de vigência;
  - II – Quando não restarem fornecedores registrados.
- 16.5. Não havendo êxito nas negociações, a DIRETORIA ADMINISTRATIVA deverá proceder à revogação da Ata de Registro de Preços, adotando as medidas cabíveis para garantir a obtenção da contratação mais vantajosa para a GOIÁSFOMENTO.

## **17. DA PROTEÇÃO DE DADOS E CONFIDENCIALIDADE**

- 17.1. As partes deverão observar a legislação aplicável à proteção de dados pessoais e à confidencialidade de informações obtidas em razão desta Ata e das contratações dela decorrentes.
- 17.2. O fornecedor registrado não poderá utilizar informações, documentos, dados ou acessos eventualmente obtidos em razão do fornecimento para finalidade diversa da execução do objeto, salvo autorização expressa da GoiásFomento ou imposição legal.
- 17.3.

## **18. DAS DISPOSIÇÕES GERAIS**

- 18.1. A presente Ata não obriga a GoiásFomento a contratar os quantitativos nela registrados, ficando as aquisições condicionadas à efetiva necessidade administrativa.
- 18.2. A assinatura desta Ata implica aceitação integral das condições do Edital, do Termo de Referência, da proposta registrada e dos demais documentos que integram o processo.



- 18.3. Os casos omissos serão resolvidos pela GoiásFomento com fundamento na Lei Federal nº 13.303/2016, no RILC, no Edital e nas demais normas aplicáveis à espécie.
- 18.4. Fica eleito o foro da Comarca de Goiânia-GO para dirimir eventuais controvérsias decorrentes desta Ata, com renúncia a qualquer outro, por mais privilegiado que seja, salvo disposição legal em sentido diverso.
- 18.5. Qualquer disputa ou controvérsia relativa à interpretação ou execução deste ajuste, ou de qualquer forma oriunda ou associada a ele, no tocante a direitos patrimoniais disponíveis, e que não seja dirimida amigavelmente entre as partes (precedida da realização de tentativa de conciliação ou mediação), deverá ser resolvida de forma definitiva por arbitragem, nos termos das normas de regência da CÂMARA DE CONCILIAÇÃO, MEDIAÇÃO E ARBITRAGEM DA ADMINISTRAÇÃO ESTADUAL (CCMA).
- 18.6. A CÂMARA DE CONCILIAÇÃO, MEDIAÇÃO E ARBITRAGEM DA ADMINISTRAÇÃO ESTADUAL (CCMA) será composta por Procuradores do Estado, Procuradores da Assembleia Legislativa e por advogados regularmente inscritos na OAB/GO, podendo funcionar em Comissões compostas sempre em número ímpar maior ou igual a 3 (três) integrantes (árbitros), cujo sorteio se dará na forma do art. 14 da Lei Complementar Estadual nº 114, de 24 de julho de 2018, sem prejuízo da aplicação das normas de seu Regimento Interno, onde cabível.
- 18.7. A sede da arbitragem e da prolação da sentença será preferencialmente a cidade de Goiânia.
- 18.8. O idioma da Arbitragem será a Língua Portuguesa.
- 18.9. A arbitragem será exclusivamente de direito, aplicando-se as normas integrantes do ordenamento jurídico ao mérito do litígio.
- 18.10. Aplicar-se-á ao processo arbitral o rito previsto nas normas de regência (inclusive o seu Regimento Interno) da CÂMARA DE CONCILIAÇÃO, MEDIAÇÃO E ARBITRAGEM DA ADMINISTRAÇÃO ESTADUAL (CCMA), na Lei nº 9.307, de 23 de setembro de 1996, na Lei nº 13.140, de 26 de junho de 2015, na Lei Complementar Estadual nº 144, de 24 de julho de 2018 e na Lei Estadual nº 13.800, de 18 de janeiro de 2001, constituindo a sentença título executivo vinculante entre as partes.
- 18.11. A sentença arbitral será de acesso público, a ser disponibilizado no sítio eletrônico oficial da Procuradoria-Geral do Estado, ressalvadas as hipóteses de sigilo previstas em lei.
- 18.12. As partes elegem o Foro da Comarca de Goiânia para quaisquer medidas judiciais necessárias, incluindo a execução da sentença arbitral. A eventual propositura de medidas judiciais pelas partes deverá ser imediatamente comunicada à CÂMARA DE CONCILIAÇÃO, MEDIAÇÃO E ARBITRAGEM DA ADMINISTRAÇÃO ESTADUAL (CCMA), e não implica e nem deverá ser interpretada como renúncia à arbitragem, nem afetará a existência, validade e eficácia da presente cláusula arbitral.

Goiânia, \_\_\_\_, \_\_\_\_\_ de 2026

Agência de Fomento do Estado de Goiás S/A

**RIVAEAL AGUIAR PEREIRA**  
**Diretor Presidente**

**LARA GARCIA BORGES FERREIRA**  
**Diretora Administrativa Financeira**

**ANEXO IV – MINUTA DE CONTRATO DE FORNECIMENTO**

**Pregão Eletrônico para Registro de Preços nº \_\_\_\_/2026**

**Processo SEI nº 202600059000319**

**CONTRATO DE FORNECIMENTO Nº \_\_\_\_/2026, QUE  
ENTRE SI CELEBRAM A AGÊNCIA DE FOMENTO DE  
GOIÁS S.A. — GOIÁSFOMENTO E A EMPRESA  
\_\_\_\_\_, PARA AQUISIÇÃO DE MATERIAIS DE  
EXPEDIENTE, PAPELARIA, ESCRITÓRIO, COPA E**

**COZINHA, DECORRENTE DA ATA DE REGISTRO DE  
PREÇOS Nº \_\_\_\_/2026.**

A **AGÊNCIA DE FOMENTO DE GOIÁS S.A. — GOIÁSFOMENTO**, sociedade de economia mista de capital fechado, autorizada pela Lei Estadual nº 13.533, de 15 de outubro de 1999, inscrita no CNPJ/MF sob o nº 03.918.382/0001-25, com sede na Avenida Goiás, nº 91, Setor Central, Goiânia-GO, CEP 74005-010, neste ato representada na forma de seu Estatuto Social, por seu Diretor-Presidente **RIVAEI AGUIAR PEREIRA**, brasileiro, casado, gestor fazendário, portador da Cédula de Identidade nº xx9501xx-PC/GO e CPF nº xxx.372.391-xx, e pela Diretora Administrativa e Financeira, **LARA GARCIA BORGES FERREIRA**, brasileira, casada, gestora governamental, portadora da Cédula de Identidade nº xx884xx SSP/GO, inscrita pelo CPF nº xxx.741.336-xx, ambos residentes e domiciliados em Goiânia-GO doravante denominada **GOIÁSFOMENTO**, e, de outro lado, a empresa xxxxxxxxxxxxxxxxxxxxxxxxx, inscrita no CNPJ/MF sob o nº xxxxxxxxxxxxxxxxxxxxxxxxx, sediada no endereço xxxxxxxxxxxxxxxxxxxxxxxxx, neste ato representada por seu representante legal, na forma de seus atos constitutivos, xxxxxxxxxxxxxxxxxxxxxxxxx, doravante denominada **CONTRATADA**, tendo em vista o julgamento do **Pregão Eletrônico para Registro de Preços nº \_\_\_\_/2026**, regido pela **Lei Federal nº 13.303/2016**, pelo **Regulamento Interno de Licitações e Contratos da GoiásFomento — RILC**, pela **Lei Complementar nº 123/2006**, no que couber, pela **Lei Estadual nº 17.928/2012**, pelo **Decreto Estadual nº 7.437/2011** e pelas demais normas aplicáveis à espécie, bem como pela **Ata de Registro de Preços nº \_\_\_\_/2026**, pelo Edital e pelo Termo de Referência, que integram o presente instrumento independentemente de transcrição, **RESOLVEM** celebrar o presente Contrato, mediante as cláusulas e condições a seguir:

**CLÁUSULA PRIMEIRA — DO OBJETO**

1.1. O presente Contrato tem por objeto a aquisição parcelada de materiais de expediente, papelaria, escritório, copa e cozinha, conforme especificações, quantitativos, marcas e condições constantes da Ata de Registro de Preços nº \_\_\_\_/2026, do Edital, do Termo de Referência (Anexo I do Edital) e da proposta da **CONTRATADA**, que integram este instrumento para todos os fins.

1.2. Integram o presente Contrato, **independentemente de transcrição**, os seguintes documentos:

- a) Edital do Pregão Eletrônico SRP nº \_\_\_\_/2026 e seus anexos;
- b) Termo de Referência (Anexo I do Edital);
- c) Ata de Registro de Preços nº \_\_\_\_/2026;
- d) Proposta comercial ajustada da **CONTRATADA**;
- e) Documentos de habilitação da **CONTRATADA**.

1.3. Em caso de divergência entre os documentos integrantes e o presente Contrato, prevalecerão as disposições deste instrumento, do Edital e, subsidiariamente, da Ata de Registro de Preços e do Termo de Referência, nesta ordem.

**CLÁUSULA SEGUNDA — DOS ITENS, QUANTITATIVOS E VALORES**

2.1. O presente Contrato refere-se ao fornecimento dos itens integrantes do Lote \_\_\_\_ da Ata de Registro de Preços nº \_\_\_\_/2026, cujas especificações, quantitativos estimados, unidades de medida, marcas/fabricantes, preços unitários e preços totais encontram-se integralmente discriminados na referida Ata, que constitui parte integrante e indissociável deste instrumento, para todos os efeitos jurídicos.

2.2. Para fins de controle financeiro, registro e publicação, o valor global máximo do presente Contrato é de R\$ \_\_\_\_\_ (\_\_\_\_\_), correspondente ao somatório dos valores totais dos itens do Lote \_\_\_\_ registrados na Ata de Registro de Preços nº \_\_\_\_/2026, conforme proposta ajustada da CONTRATADA.

2.3. Os quantitativos indicados na Ata de Registro de Preços são estimativos e representam o limite máximo de fornecimento para o período de vigência deste Contrato, não gerando obrigação de aquisição integral pela CONTRATANTE. As aquisições serão realizadas de forma parcelada, mediante emissão de Ordens de Fornecimento, conforme a efetiva necessidade administrativa.

2.4. Os preços contratados incluem todos os custos diretos e indiretos, tributos, encargos, fretes, seguros, embalagens, despesas administrativas, custos operacionais e quaisquer outros ônus necessários ao fornecimento integral dos materiais, conforme declarado pela CONTRATADA em sua proposta.

2.5. Quaisquer tributos, custos ou despesas omitidos, incorretamente cotados ou não discriminados na proposta serão considerados incluídos nos preços contratados, não sendo admitidos pleitos posteriores de acréscimo, reajuste ou cobrança adicional a esse título.

2.6. Em caso de divergência entre os valores constantes deste Contrato e os da Ata de Registro de Preços, prevalecerão os valores registrados na Ata.

### **CLÁUSULA TERCEIRA — DA VIGÊNCIA**

3.1. O presente Contrato terá vigência de 12 (doze) meses, contados da data de sua assinatura, podendo ser prorrogado por igual período, caso a Ata de Registro de Preços nº \_\_\_\_/2026 seja renovada nas mesmas condições, observados os limites do art. 136 do RILC.

3.2. As aquisições serão realizadas de forma parcelada, mediante emissão de Ordens de Fornecimento pela CONTRATANTE ao longo da vigência deste Contrato, conforme a efetiva necessidade administrativa.

3.3. A vigência contratual deverá ser suficiente para abranger, além do período de emissão das Ordens de Fornecimento, os prazos necessários à entrega (até 10 dias úteis), ao recebimento definitivo (até 10 dias), ao pagamento (até 10 dias) e ao exercício das garantias aplicáveis (até 12 meses, conforme o item), relativos à última Ordem de Fornecimento emitida.

3.4. Para fins de operacionalização, a última Ordem de Fornecimento deverá ser emitida com antecedência mínima de 30 (trinta) dias em relação ao término da vigência contratual, de modo a permitir o cumprimento integral das obrigações de entrega, recebimento e pagamento dentro do prazo contratual.

3.5. As obrigações de garantia dos produtos entregues durante a vigência deste Contrato permanecerão eficazes após o término da vigência contratual, pelo prazo previsto no Termo de Referência e na Cláusula Nona, independentemente do encerramento do Contrato, nos termos do art. 118, §2º, do RILC.

3.6. A publicação resumida do presente instrumento na imprensa oficial é condição indispensável para sua eficácia, devendo ser providenciada pela GoiásFomento até o quinto dia útil do mês seguinte ao de sua assinatura, nos termos do art. 140, §1º, do RILC.

#### **CLÁUSULA QUARTA — DO REGIME DE EXECUÇÃO E DO PRAZO DE ENTREGA**

4.1. O regime de execução do presente Contrato é o de fornecimento parcelado, mediante emissão de Ordens de Fornecimento pela CONTRATANTE, conforme a efetiva necessidade administrativa.

4.2. O prazo para entrega dos materiais será de até 10 (dez) dias úteis, contados da emissão de cada Ordem de Fornecimento, de acordo com as demandas da Gerência de Apoio Logístico e Materiais da GoiásFomento.

4.3. A CONTRATADA deverá entregar os materiais, às suas expensas, na sede da GoiásFomento: Avenida Goiás, nº 91 — Setor Central — CEP 74005-010 — Goiânia-GO, no horário das 08h00 às 12h00 e das 14h00 às 17h00, de segunda a sexta-feira.

4.4. Todos os materiais deverão ser entregues novos, sem uso, devidamente embalados e protegidos, acompanhados de documento fiscal e, quando aplicável, de manual de instruções em português, termo de garantia e certificação de qualidade.

4.5. Os materiais que possuam prazo de validade deverão apresentar validade mínima de 06 (seis) meses a contar da data de entrega, salvo quando especificação diversa constar do Termo de Referência.

4.6. A CONTRATADA deverá substituir, corrigir ou complementar, às suas expensas, os materiais recusados por desconformidade, vício, avaria, divergência de quantidade, prazo de validade inadequado ou qualquer incompatibilidade com as especificações exigidas, no prazo máximo de 02 (dois) dias úteis contados da notificação.

#### **CLÁUSULA QUINTA — DO RECEBIMENTO DO OBJETO**

5.1. O objeto deste Contrato será recebido:

- a) Provisoriamente, no momento da entrega, para fins de posterior conferência de quantidade, qualidade, especificações, marca/fabricante, prazo de validade e demais condições exigidas;
- b) Definitivamente, após verificação de conformidade, mediante ateste da unidade responsável, no prazo de até 10 (dez) dias contados do recebimento provisório.

5.2. O recebimento provisório ou definitivo não exclui a responsabilidade da CONTRATADA por vícios aparentes ou ocultos, defeitos, desconformidades ou danos posteriormente identificados, nem a exime das garantias concedidas e das responsabilidades assumidas em contrato e por força das disposições legais em vigor, nos termos do art. 118, §2º, do RILC.

5.3. Os materiais poderão ser rejeitados, no todo ou em parte, quando em desacordo com as especificações constantes do Termo de Referência, do Edital ou da proposta da CONTRATADA, devendo ser substituídos no prazo previsto no item 4.6 deste Contrato, sem prejuízo da aplicação das sanções cabíveis.

5.4. A emissão de Nota Fiscal/Fatura deverá ser precedida do recebimento definitivo dos materiais.

## **CLÁUSULA SEXTA — DAS CONDIÇÕES DE PAGAMENTO**

6.1. O pagamento será efetuado pela CONTRATANTE no prazo de até 10 (dez) dias, contados do atesto e do recebimento definitivo dos materiais, mediante apresentação da Nota Fiscal/Fatura devidamente atestada pelo Gestor ou Fiscal do Contrato.

6.2. A Nota Fiscal/Fatura deverá conter, no mínimo:

- a) data de emissão;
- b) número do Contrato e da Ata de Registro de Preços;
- c) discriminação individualizada dos materiais fornecidos, com seus respectivos quantitativos, preços unitários e preços totais;
- d) eventual destaque do valor de retenções tributárias cabíveis;
- e) endereço da GoiásFomento (Avenida Goiás, nº 91 — Setor Central — CEP 74005-010 — Goiânia-GO).

6.3. Para a efetivação do pagamento, a regularidade fiscal e trabalhista da CONTRATADA deverá ser comprovada mediante:

- a) Certidão Conjunta Negativa (ou positiva com efeitos de negativa) de Débitos relativos a Tributos Federais e à Dívida Ativa da União;
- b) Certificado de Regularidade do FGTS — CRF;
- c) Certidão Negativa de Débitos Trabalhistas — CNDT;
- d) Prova de regularidade perante a Fazenda Estadual do domicílio da CONTRATADA e do Estado de Goiás;
- e) Prova de regularidade perante a Fazenda Municipal.

6.4. Caso a sede da CONTRATADA não esteja localizada no Estado de Goiás, deverá apresentar Certidão Negativa de Débitos em relação a Tributos Estaduais, expedida pela Secretaria da Fazenda Pública do Estado de Goiás, em conformidade com o Parecer nº 007399/2009-NNP e Despacho "AG" nº 010525/2009 da PGE-GO.

6.5. A CONTRATADA deverá manter, durante toda a execução deste Contrato, todas as condições de habilitação e qualificação exigidas no Edital, nos termos do art. 133, IX, do RILC.

6.6. Caso ocorra atraso no pagamento que não tenha sido provocado pela CONTRATADA, esta terá direito a encargos moratórios calculados pela seguinte fórmula:

$$Pp = V \times 0,005 \times n / 30$$

Onde:

- Pp = Valor dos encargos moratórios;
- V = Valor da fatura no vencimento;
- n = Quantidade de dias decorridos entre a data de vencimento e a data do efetivo pagamento.

6.7. É de responsabilidade da CONTRATADA emitir a Nota Fiscal no valor condizente com aquele aprovado pela GoiásFomento. Caso se constate divergência, a Nota Fiscal deverá ser substituída. Em caso de recusa da CONTRATADA em proceder à substituição, esta arcará integralmente com os tributos destacados na Nota Fiscal não corrigida.

6.8. A GoiásFomento, na condição de fonte retentora, efetuará os descontos tributários devidos sobre os pagamentos realizados, recolhendo as parcelas retidas nos prazos e condições previstos na legislação vigente.

## **CLÁUSULA SÉTIMA — DO REAJUSTE**

7.1. Não se aplica reajuste ao presente Contrato, conforme estabelecido no Termo de Referência.

#### **CLÁUSULA OITAVA — DA GARANTIA CONTRATUAL**

8.1. Não será exigida a prestação de garantia contratual, nos termos do art. 134 do RILC.

#### **CLÁUSULA NONA — DA GARANTIA DOS PRODUTOS**

9.1. Os produtos fornecidos devem apresentar garantia mínima de 12 (doze) meses, contados da data de entrega, quando não houver referência específica diversa no Termo de Referência.

9.2. Os produtos perecíveis ou com prazo de validade devem apresentar validade mínima de 06 (seis) meses a contar da data de entrega na GoiásFomento.

9.3. A garantia compreende a obrigação da CONTRATADA de substituir, às suas expensas, no prazo de 02 (dois) dias úteis, os produtos que apresentarem defeito de fabricação, vícios de qualidade ou quantidade, ou qualquer desconformidade com as especificações do Termo de Referência.

#### **CLÁUSULA DÉCIMA — DAS OBRIGAÇÕES DA CONTRATADA**

10.1. Além das obrigações decorrentes da Lei nº 13.303/2016, do RILC, do Edital, do Termo de Referência e da Ata de Registro de Preços, a CONTRATADA obriga-se a:

- a) executar a entrega dos materiais em estrita conformidade com as especificações do Termo de Referência e com a proposta apresentada;
- b) cumprir os prazos de entrega estabelecidos neste Contrato;
- c) responsabilizar-se integralmente pela qualidade e conformidade dos materiais fornecidos;
- d) submeter-se à fiscalização da GoiásFomento, por intermédio do Gestor e/ou Fiscal do Contrato;
- e) responsabilizar-se por todos os encargos decorrentes da execução deste ajuste, tais como obrigações civis, trabalhistas, fiscais, previdenciárias, bem como despesas com transporte, distribuição e quaisquer outras que incidam sobre a contratação;
- f) prestar todos os esclarecimentos que lhe forem solicitados pela CONTRATANTE, atendendo prontamente a quaisquer reclamações;
- g) providenciar a imediata correção das deficiências, falhas ou irregularidades constatadas, sem ônus para a CONTRATANTE;
- h) comunicar à CONTRATANTE, no prazo máximo de **24 (vinte e quatro) horas** que anteceda a data de entrega, os motivos que impossibilitem o cumprimento do prazo previsto, com a devida comprovação;
- i) manter, durante todo o período de vigência deste Contrato, todas as condições de habilitação e qualificação exigidas no Edital;
- j) encaminhar à CONTRATANTE a Nota Fiscal/Fatura correspondente a cada fornecimento;
- k) reparar, corrigir, substituir, às suas expensas, no todo ou em parte, os materiais em que se verificarem vícios, defeitos ou incorreções;
- l) arcar com todos os ônus de transporte, embalagem e frete;

- m) comprometer-se a fornecer os materiais em conformidade com as especificações do Edital e, no caso de não ser o fabricante, responder solidariamente pelos vícios de qualidade e quantidade que os tornem impróprios ou inadequados ao uso a que se destinam ou lhes diminuam o valor;
- n) observar as disposições legais referentes à proibição do trabalho infantil e do trabalho em condições inadequadas, não permitindo a utilização de trabalho de menores de 16 (dezesesseis) anos, exceto na condição de aprendiz para maiores de 14 (quatorze) anos, e de menores de 18 (dezoito) anos em atividades noturnas, perigosas ou insalubres;
- o) informar à GoiásFomento qualquer alteração em seu regime tributário, tão logo esta ocorra;
- p) reconhecer que a ação fiscalizatória da GoiásFomento não exime a CONTRATADA de suas responsabilidades contratuais, nem transfere tais responsabilidades à CONTRATANTE.

#### **CLÁUSULA DÉCIMA PRIMEIRA — DAS OBRIGAÇÕES DA CONTRATANTE**

11.1. Compete à GoiásFomento:

- a) dar conhecimento à CONTRATADA de quaisquer fatos que possam afetar a entrega do objeto;
- b) exercer a fiscalização do fornecimento do objeto, por intermédio de Gestor, Fiscal ou Comissão designada;
- c) notificar, formal e tempestivamente, a CONTRATADA sobre irregularidades observadas;
- d) definir e agendar o local de entrega do objeto;
- e) emitir as Ordens de Fornecimento com todas as informações necessárias;
- f) disponibilizar todas as informações necessárias para o correto fornecimento dos materiais;
- g) atestar as Notas Fiscais/Faturas, por servidor competente, no prazo previsto neste Contrato;
- h) efetuar o pagamento nas condições estabelecidas;
- i) conferir toda a documentação apresentada pela CONTRATADA;
- j) planejar as Ordens de Fornecimento de modo a consolidar, sempre que possível, o maior número de itens em cada pedido, viabilizando a logística da CONTRATADA.

11.2. A GoiásFomento não responderá por quaisquer compromissos assumidos pela CONTRATADA com terceiros, ainda que vinculados à execução do objeto, bem como por qualquer dano causado a terceiros em decorrência de ato da CONTRATADA, de seus empregados, prepostos ou subordinados.

#### **CLÁUSULA DÉCIMA SEGUNDA — DA GESTÃO E FISCALIZAÇÃO DO CONTRATO**

12.1. A gestão e a fiscalização do presente Contrato serão exercidas por Gestor e/ou Fiscal designado(s) por Portaria da GoiásFomento, nos termos dos arts. 151 a 154 do RILC e do art. 40, VII, da Lei nº 13.303/2016.

12.2. Compete ao Fiscal do Contrato, dentre outras atribuições:

- I. provocar a instauração de processo administrativo para apurar responsabilidade ou prejuízo resultante de erro ou vício na execução contratual;



II. identificar a necessidade de modificar ou adequar a forma de execução do objeto contratado;

III. registrar todas as ocorrências e adotar as medidas cabíveis para sanar irregularidades;

IV. exigir da CONTRATADA o cumprimento de todas as obrigações previstas neste Contrato;

V. recusar objeto diverso ou com qualidade inferior à prevista;

VI. atestar o recebimento provisório e munir o Gestor das informações necessárias para o recebimento definitivo.

12.3. O Gestor do Contrato será responsável pelo recebimento definitivo e pela disponibilização da Nota Fiscal ao setor financeiro, nos prazos previstos neste Contrato.

12.4. A fiscalização exercida pela GoiásFomento não exclui nem reduz a responsabilidade da CONTRATADA, inclusive perante terceiros, por quaisquer irregularidades, ainda que resultantes de imperfeições técnicas ou vícios redibitórios, e, na ocorrência destas, não implica em corresponsabilidade da GoiásFomento ou de seus agentes.

### **CLÁUSULA DÉCIMA TERCEIRA — DAS ALTERAÇÕES CONTRATUAIS**

13.1. O presente Contrato poderá ser alterado, por acordo entre as partes, nas hipóteses previstas no art. 145 do RILC, em especial:

a) quando houver modificação das especificações para melhor adequação técnica;

b) quando necessária a modificação do valor contratual em decorrência de acréscimo ou diminuição quantitativa do objeto.

13.2. A CONTRATADA fica obrigada a aceitar, nas mesmas condições contratuais, os acréscimos ou supressões que se fizerem necessários, até o limite de 25% (vinte e cinco por cento) do valor inicial atualizado deste Contrato, nos termos do art. 145, inciso II, do RILC.

13.3. Os acréscimos e as supressões previstos no item 13.2 devem ser calculados sobre o valor inicial atualizado deste Contrato, aplicando-se os limites percentuais de forma isolada ao conjunto de acréscimos e ao conjunto de supressões, vedada a compensação entre eles.

13.4. Os acréscimos e as supressões de que trata esta cláusula referem-se exclusivamente ao presente Contrato e não autorizam a majoração dos quantitativos registrados na Ata de Registro de Preços nº \_\_\_\_/2026, que representam o limite máximo de fornecimento para o respectivo período de vigência.

13.5. As alterações contratuais serão formalizadas por meio de Termo Aditivo, observados os requisitos de publicação previstos no art. 140, §1º, do RILC.

### **CLÁUSULA DÉCIMA QUARTA — DAS INFRAÇÕES E SANÇÕES ADMINISTRATIVAS**

14.1. Pela inexecução total ou parcial deste Contrato, ou ainda por atraso ou descumprimento das obrigações, a GoiásFomento poderá, assegurados o contraditório e a ampla defesa, mediante abertura de prazo de 10 (dez) dias úteis para manifestação, na forma do art. 157, §1º, do RILC, aplicar à CONTRATADA as seguintes sanções:

I. Advertência escrita, cabível sempre que o ato praticado, ainda que ilícito, não seja suficiente para acarretar danos à GoiásFomento, suas instalações, pessoas, imagem, meio ambiente ou a terceiros;

II. Multa moratória de 0,33% (trinta e três centésimos por cento) por dia de atraso injustificado sobre o valor da parcela inadimplida, até o limite de 30 (trinta) dias;

III. Multa compensatória de 10% (dez por cento) sobre o valor total deste Contrato, no caso de inexecução total do objeto;

IV. Em caso de inexecução parcial, a multa compensatória, no mesmo percentual do inciso III, será aplicada de forma proporcional à obrigação inadimplida;

V. Suspensão temporária do direito de participar de licitação e impedimento de contratar com a GoiásFomento, pelo prazo de até 2 (dois) anos, nos termos do art. 157 do RILC.

14.2. As sanções de advertência e de suspensão temporária poderão ser aplicadas cumulativamente com a de multa, nos termos do art. 157, §4º, do RILC.

14.3. A multa, aplicada após regular processo administrativo, será descontada da garantia do respectivo contratado. Se a multa for de valor superior ao valor da garantia prestada (se houver), além da perda desta, responderá a CONTRATADA pela diferença, a qual poderá ser descontada dos pagamentos eventualmente devidos pela GoiásFomento ou cobrada judicialmente, nos termos do art. 157, §§2º e 3º, do RILC.

14.4. A reincidência da sanção de advertência poderá ensejar a aplicação de penalidade mais severa.

14.5. Se as multas aplicadas atingirem ou superarem 10% (dez por cento) do valor total deste Contrato, este poderá ser rescindido de pleno direito, a critério exclusivo da GoiásFomento, sem prejuízo da apuração de perdas e danos.

14.6. A aplicação das sanções previstas nesta cláusula não exclui a responsabilidade civil da CONTRATADA por perdas e danos causados à GoiásFomento ou a terceiros.

#### **CLÁUSULA DÉCIMA QUINTA — DA RESCISÃO**

15.1. Constituem motivos para a rescisão do presente Contrato as hipóteses previstas no art. 150 do RILC, dentre outras:

- I. o não cumprimento de cláusulas contratuais, especificações, projetos ou prazos;
- II. o cumprimento irregular de cláusulas contratuais;
- III. a lentidão no cumprimento, levando a GoiásFomento a presumir a não conclusão do fornecimento nos prazos estipulados;
- IV. o atraso injustificado no fornecimento;
- V. a subcontratação total ou parcial do objeto, não admitida neste instrumento;
- VI. o cometimento reiterado de faltas na execução;
- VII. a decretação de falência ou a instauração de insolvência civil;
- VIII. a dissolução da sociedade ou o falecimento do contratado;
- IX. a ocorrência de caso fortuito ou de força maior, regularmente comprovados, impeditivos da execução contratual.

15.2. A rescisão deste Contrato poderá ser:

- a) determinada por ato unilateral e escrito da GoiásFomento, assegurados o contraditório e a ampla defesa;
- b) por acordo entre as partes, formalizado por Termo de Distrato;
- c) por determinação judicial ou arbitral.

15.3. Na hipótese de rescisão unilateral, fica assegurado à CONTRATADA o direito ao pagamento dos materiais efetivamente entregues e aceitos pela GoiásFomento até a data da rescisão.

#### **CLÁUSULA DÉCIMA SEXTA — DA SUBCONTRATAÇÃO**

16.1. É vedada a subcontratação total ou parcial do objeto contratado, bem como a cessão ou transferência deste Contrato a terceiros.

#### **CLÁUSULA DÉCIMA SÉTIMA — DA INADIMPLÊNCIA**

17.1. A inadimplência da CONTRATADA em relação aos seus encargos trabalhistas, fiscais, comerciais e previdenciários não transfere à GoiásFomento a responsabilidade por seu pagamento, nem poderá onerar o objeto deste Contrato.

#### **CLÁUSULA DÉCIMA OITAVA — DA PROTEÇÃO DE DADOS E CONFIDENCIALIDADE**

18.1. As partes deverão observar a legislação aplicável à proteção de dados pessoais, em especial a Lei nº 13.709/2018 (LGPD), e à confidencialidade de informações obtidas em razão deste Contrato.

18.2. A CONTRATADA não poderá utilizar informações, documentos, dados ou acessos eventualmente obtidos em razão do fornecimento para finalidade diversa da execução deste Contrato, salvo autorização expressa da GoiásFomento ou imposição legal.

#### **CLÁUSULA DÉCIMA NONA — DOS RECURSOS FINANCEIROS**

19.1. As despesas decorrentes deste Contrato correrão à conta da seguinte dotação orçamentária:

- 8.1.7.24.00.00.087002 — DESPESAS DE MATERIAL — ARTIGO DE EXPEDIENTE EM GERAL; e/ou
- 8.1.7.99.00.00.087002 — OUTRAS DESPESAS ADMINISTRATIVAS — GASTOS COM CANTINA.

19.2. Eventuais ajustes na indicação de dotação serão formalizados por apostilamento, dispensada a celebração de Termo Aditivo, nos termos do art. 148 do RILC.

#### **CLÁUSULA VIGÉSIMA — DA SUSTENTABILIDADE**

20.1. A CONTRATADA deverá respeitar a legislação ambiental vigente e observar as boas práticas e técnicas ambientalmente recomendadas, em todas as fases de execução deste Contrato, responsabilizando-se perante os órgãos fiscalizadores competentes.

#### **CLÁUSULA VIGÉSIMA PRIMEIRA — DA CLÁUSULA ARBITRAL**

21.1. Qualquer disputa ou controvérsia relativa à interpretação ou execução deste Contrato, ou de qualquer forma oriunda ou associada a ele, no tocante a direitos patrimoniais disponíveis, e que não seja dirimida amigavelmente entre as partes (precedida da realização de tentativa de conciliação ou mediação), deverá ser resolvida de forma definitiva por arbitragem, nos termos das normas de regência da CÂMARA DE CONCILIAÇÃO, MEDIAÇÃO E ARBITRAGEM DA ADMINISTRAÇÃO ESTADUAL (CCMA).

21.2. A CCMA será composta por Procuradores do Estado, Procuradores da Assembleia Legislativa e por advogados regularmente inscritos na OAB/GO, podendo funcionar em Comissões compostas sempre em número ímpar maior ou igual a 3 (três) integrantes (árbitros), cujo sorteio se dará na forma do art. 14 da Lei Complementar Estadual nº 114,

de 24 de julho de 2018, sem prejuízo da aplicação das normas de seu Regimento Interno, onde cabível.

21.3. A sede da arbitragem e da prolação da sentença será preferencialmente a cidade de Goiânia-GO.

21.4. O idioma da arbitragem será a Língua Portuguesa.

21.5. A arbitragem será exclusivamente de direito, aplicando-se as normas integrantes do ordenamento jurídico ao mérito do litígio.

21.6. Aplicar-se-á ao processo arbitral o rito previsto nas normas de regência (incluso o seu Regimento Interno) da CCMA, na Lei nº 9.307, de 23 de setembro de 1996, na Lei nº 13.140, de 26 de junho de 2015, na Lei Complementar Estadual nº 144, de 24 de julho de 2018 e na Lei Estadual nº 13.800, de 18 de janeiro de 2001, constituindo a sentença título executivo vinculante entre as partes.

21.7. A sentença arbitral será de acesso público, a ser disponibilizada no sítio eletrônico oficial da Procuradoria-Geral do Estado, ressalvadas as hipóteses de sigilo previstas em lei.

21.8. As partes elegem o Foro da Comarca de Goiânia para quaisquer medidas judiciais necessárias, incluindo a execução da sentença arbitral. A eventual propositura de medidas judiciais pelas partes deverá ser imediatamente comunicada à CCMA, e não implica e nem deverá ser interpretada como renúncia à arbitragem, nem afetará a existência, validade e eficácia da presente cláusula arbitral.

#### **CLÁUSULA VIGÉSIMA SEGUNDA — DO FORO**

22.1. Para dirimir quaisquer questões decorrentes deste Contrato que não sejam submetidas à arbitragem, nos termos da cláusula vigésima primeira, fica eleito o Foro da Comarca de Goiânia-GO, com renúncia a qualquer outro, por mais privilegiado que seja, salvo disposição legal em sentido diverso.

22.2. O foro ora eleito prevalecerá sem prejuízo da competência da CCMA para as matérias arbitráveis, nos termos previstos neste instrumento.

#### **CLÁUSULA VIGÉSIMA TERCEIRA — DAS DISPOSIÇÕES GERAIS**

23.1. O presente Contrato é regido pela Lei Federal nº 13.303/2016, pelo Regulamento Interno de Licitações, Contratos e Convênios da GoiásFomento — RILC, pela Lei Complementar nº 123/2006 (no que couber), pela Lei Estadual nº 17.928/2012, pelo Decreto Estadual nº 7.437/2011 e pelas demais normas aplicáveis à espécie.

23.2. Os casos omissos serão resolvidos pela GoiásFomento com fundamento na legislação e regulamentação aplicáveis, podendo a GoiásFomento, no que couber, adotar as disposições da Lei Federal nº 14.133/2021, conforme autorizado pelo art. 1º, *caput*, do RILC.

23.3. A CONTRATADA declara, para todos os efeitos legais, ter pleno conhecimento das normas e condições estabelecidas no Edital, no Termo de Referência, na Ata de Registro de Preços e neste Contrato, aceitando-os integralmente.

23.4. A tolerância de qualquer das partes quanto ao descumprimento de cláusulas ou condições deste Contrato não implicará renúncia ao direito de exigir o cumprimento da obrigação, nem constituirá novação ou precedente para descumprimentos futuros.

23.5. A fiscalização, o acompanhamento, o controle e a avaliação de que trata este Contrato não excluem a responsabilidade da CONTRATADA e não implicam corresponsabilidade da GoiásFomento.

23.6. Este Contrato não poderá ser cedido, transferido ou sub-rogado, no todo ou em parte, pela CONTRATADA, sem prévia e expressa autorização da GoiásFomento.

23.7. Os direitos e obrigações decorrentes deste Contrato não poderão ser transferidos a terceiros sem o consentimento expresso e por escrito da GoiásFomento.

23.8. É permitido a qualquer interessado o conhecimento dos termos deste Contrato e a obtenção de cópia autenticada de seu inteiro teor ou de qualquer de suas partes, mediante ressarcimento dos custos, nos termos previstos na Lei nº 12.527, de 18 de novembro de 2011, conforme art. 142 do RILC.

#### **CLÁUSULA VIGÉSIMA QUARTA — DA PUBLICAÇÃO**

24.1. A publicação resumida do presente instrumento na imprensa oficial será providenciada pela GoiásFomento até o quinto dia útil do mês seguinte ao de sua assinatura, como condição indispensável para sua eficácia, nos termos do art. 140, §1º, do RILC.

24.2. Ficam dispensadas de publicação em imprensa oficial as contratações cujos valores não superem o limite previsto no art. 139 do RILC, mantida a obrigatoriedade de publicação resumida no sítio eletrônico da GoiásFomento, nos termos do art. 140, §2º, do RILC.

E, por estarem de acordo, as partes assinam o presente instrumento em 2 (duas) vias de igual teor e forma, na presença das testemunhas abaixo identificadas.

Goiânia-GO, \_\_\_\_ de \_\_\_\_\_ de 2026.

Pela GoiásFomento:

**RIVAE AGUIAR PEREIRA**  
Diretor Presidente

**LARA GARCIA BORGES FERREIRA**  
Diretora Administrativa Financeira

Pela Contratada:

\_\_\_\_\_  
Representante Legal

#### **ANEXO V — MODELO DE ORDEM DE FORNECIMENTO**

**Pregão Eletrônico para Registro de Preços nº \_\_\_\_/2026**  
**Processo SEI nº 202600059000319**

**ORDEM DE FORNECIMENTO Nº \_\_\_\_/2026**

CAMPO	INFORMAÇÃO
Ata de Registro de Preços nº	____/2026
Contrato de Fornecimento nº	____/2026
Lote	____
Data de emissão	//2026
Unidade requisitante	_____
Gestor/Fiscal do Contrato	_____

### 1. IDENTIFICAÇÃO DO FORNECEDOR

Razão Social	
CNPJ	
Endereço	
Telefone	
E-mail	
Representante Legal / Preposto	

### 2. ITENS SOLICITADOS

Item (conforme ARP)	Descrição resumida	Unidade de Medida	Qtd. solicitada	Valor Unitário (R\$)	Valor Total (R\$)
	<b>VALOR TOTAL DA ORDEM DE FORNECIMENTO</b>				<b>R\$</b>

*Nota: os valores unitários correspondem aos registrados na Ata de Registro de Preços nº \_\_\_\_/2026 e na proposta ajustada da CONTRATADA.*

### 3. PRAZO DE ENTREGA

A CONTRATADA deverá efetuar a entrega dos materiais no prazo de até **10 (dez) dias úteis**, contados da data de emissão desta Ordem de Fornecimento.

#### **4. LOCAL E HORÁRIO DE ENTREGA**

**Local:** Agência de Fomento de Goiás S.A. — GoiásFomento — Avenida Goiás, nº 91 — Setor Central — CEP 74005-010 — Goiânia-GO.

**Horário:** Das 08h00 às 12h00 e das 14h00 às 17h00, de segunda a sexta-feira.

#### **5. CONDIÇÕES DE ENTREGA**

**5.1.** Todos os materiais deverão ser entregues **novos, sem uso**, devidamente embalados e protegidos, acompanhados de documento fiscal.

**5.2.** Os materiais que possuam prazo de validade deverão apresentar **validade mínima de 06 (seis) meses** a contar da data de entrega.

**5.3.** Os produtos deverão estar em conformidade com as especificações constantes do Termo de Referência (Anexo I do Edital), da Ata de Registro de Preços e da proposta da CONTRATADA.

**5.4.** Os materiais que não atenderem às especificações serão **rejeitados** e deverão ser substituídos no prazo de **02 (dois) dias úteis**, conforme Cláusula Quarta, item 4.6, do Contrato nº \_\_\_\_/2026.

#### **6. CONDIÇÕES DE RECEBIMENTO**

**6.1.** O recebimento **provisório** será realizado no momento da entrega, para fins de conferência posterior.

**6.2.** O recebimento **definitivo** ocorrerá após verificação de conformidade, no prazo de até **10 (dez) dias** contados do recebimento provisório.

#### **7. CONDIÇÕES DE PAGAMENTO**

**7.1.** O pagamento será efetuado no prazo de até **10 (dez) dias** contados do atesto e do recebimento definitivo dos materiais, mediante apresentação de Nota Fiscal/Fatura devidamente atestada.

**7.2.** A Nota Fiscal deverá indicar, no mínimo: número desta Ordem de Fornecimento, número do Contrato e da Ata de Registro de Preços, descrição individualizada dos itens, quantitativos, preços unitários e totais.

#### **8. DISPOSIÇÕES COMPLEMENTARES**

**8.1.** Esta Ordem de Fornecimento é parte integrante do Contrato nº \_\_\_\_/2026 e da Ata de Registro de Preços nº \_\_\_\_/2026, aplicando-se todas as condições, obrigações, garantias e sanções neles previstas.

**8.2.** O descumprimento das condições desta Ordem de Fornecimento sujeitará a CONTRATADA às penalidades previstas no Contrato nº \_\_\_\_/2026 e no RILC da GoiásFomento.

Goiânia-GO, \_\_\_\_ de \_\_\_\_\_ de 2026.

\_\_\_\_\_  
GoiásFomento - Fiscal do Contrato

\_\_\_\_\_  
GoiásFomento - Gestor do Contrato.

## **ANEXO VI – DECLARAÇÕES OBRIGATÓRIAS**

### **ANEXO VI.1.- DECLARAÇÃO DE ATENDIMENTO AO DISPOSTO NO ART. 7º, INCISO XXXIII DA CONSTITUIÇÃO DA REPÚBLICA FEDERATIVA DO BRASIL DE 1988.**

A Licitante (nome da empresa), inscrita no CNPJ/MF nº (numero do CNPJ), com sede no(a) (endereço), (cidade), (CEP), por seu representante legal, e para fins do Edital de Pregão Eletrônico para Registro de Preços nº \_\_\_\_/2026, vinculado ao Processo SEI nº 202600059000319

DECLARA EXPRESSAMENTE



Para os devidos fins e sob as penas da lei, não possui em seu quadro, profissionais menores de 18 (dezoito) anos desempenhando trabalhos noturnos, perigosos ou insalubres ou menores de 16 (dezesesseis) anos desempenhando quaisquer trabalhos, salvo se contratados sob condição de aprendizes, a partir de 14 (quatorze) anos, nos termos do inciso XXXIII do art. 7º da Constituição da República de 1988.

(local de data)

ASSINATURA DO REPRESENTANTE LEGAL DA EMPRESA NOME DO REPRESENTANTE:  
IDENTIDADE:

OBS.: A declaração deverá ser entregue em papel timbrado da empresa licitante.

## **ANEXO VI.2. - DECLARAÇÃO DE REGULARIDADE E AUSENCIA DE IMPEDIMENTO**

(RESOLUÇÕES CNMP nº 37/2009 – Alterada pela Resolução nº 172/2017)

A \_\_\_\_\_ inscrito no CNPJ nº \_\_\_, por intermédio de seu representante nomeado (bastante procurador) o Sr. \_\_\_\_\_, CPF Nº \_\_\_\_\_ e identidade \_\_\_\_\_, DECLARA, nos termos da Resolução nº 37/2009, alterada pela Resolução nº 172/2017, do Conselho Nacional do Ministério Público, para fins de Contratação de empresa especializada, conforme especificações técnicas descritas no Termo de Referência – Anexo I e os anexos do Edital nº 006/2024, que os sócios desta pessoa jurídica não são cônjuge, companheiro ou parente em linha reta, colateral ou por afinidade até o terceiro grau, inclusive, dos

membros ocupantes de cargos de direção ou no exercício de funções administrativas, assim como de servidores ocupantes de cargos de direção, chefia e assessoramento vinculados direta ou indiretamente às unidades situadas na linha hierárquica da área encarregada da licitação, ou que estavam no exercício dos respectivos cargos e funções, nos últimos 6 (seis) meses, na GOIÁSFOMENTO, ou qualquer outro fato impeditivo de contratação.

OBS: A vedação não se aplica às hipóteses nas quais a contratação seja realizada por ramo da GOIÁSFOMENTO diverso daquele ao qual pertence o membro ou servidor gerador da incompatibilidade.

OBS: A vedação se estende às contratações cujo procedimento licitatório tenha sido deflagrado quando os membros e servidores geradores de incompatibilidade estavam no exercício dos respectivos cargos e funções, assim como às licitações iniciadas até 6 (seis) meses após a desincompatibilização.

Goiânia,            de            de 2026.

---

Representante Legal

#### **ANEXO VI.3 - DECLARAÇÃO DE ENQUADRAMENTO À LEI 123/06 E 147/14**

A (nome/razão social) , inscrita no CNPJ nº , por intermédio de seu representante legal o(a) Sr.(a), portador(a) da Carteira de identidade nº e do CPF nº , DECLARA, sob as penas da lei, que cumpre os requisitos legais para a qualificação como microempresa ou empresa de pequeno porte, e atesta a aptidão para usufruir do tratamento favorecido estabelecido nos arts. 42 a 49 da Lei Complementar federal nº 147/14, e demais dispositivos da Lei Complementar 123/06, não possuindo nenhum dos impedimentos previstos no § 4º do artigo 3º da referida Lei.

Local e data.

---

Representante legal

Nota: A falsidade desta DECLARAÇÃO, objetivando os benefícios da Lei Complementar nº 147/14, caracterizará crime de que trata o Art. 299 do Código Penal, sem prejuízo do enquadramento em outras figuras penais e das penalidades previstas neste Edital.

**ANEXO VI.4. - DECLARAÇÃO – POLÍTICA DE RESPONSABILIDADE SOCIOAMBIENTAL E CLIMÁTICA – PRSAC**

À

Agência de Fomento de Goiás S/A – GOIÁSFOMENTO

A empresa \_\_\_\_\_, inscrita no CNPJ sob o nº \_\_\_\_\_, por intermédio de seu representante legal, o(a) Sr.(a) \_\_\_\_\_ portador(a) da Carteira de Identidade nº \_\_\_\_\_ e do CPF nº \_\_\_\_\_, interessada em participar do Pregão Eletrônico para Registro de Preços nº \_\_\_\_/2026, vinculado ao Processo SEI nº 202600059000319, DECLARA, sob as penas da Lei, especialmente o artigo 299 do Código Penal Brasileiro, que esta empresa, eventuais filiais e respectivos sócios:

I. Não exerce(m) atividade(s) que incentive(m) a prostituição;

- II. Não explora(m) e nem foi(ram) flagrado(s) explorando trabalhadores em condições análogas às de escravo;
- III. Respeita(m) as leis de combate à discriminação de raça ou de gênero, ao trabalho infantil e ao trabalho escravo, não tendo sido condenado(s) pela infringência de quaisquer destas leis;
- IV. Não se encontra(m) alocado(s) em áreas embargadas pelo IBAMA;
- V. Não procedeu(ram) a invasão de terras indígenas de domínio da União, nem foi(ram) condenado(s) pela prática de atos da espécie;
- VI. Não foi(ram) condenado(s) por conflitos agrários;
- VII. Não pratica(m) atos que caracterizem a falsidade ou violência na obtenção de título de posse ou propriedade de terras públicas ou privadas (grilagem), nem foi(ram) condenado(s) mediante sentença penal por atos da espécie;
- VIII. Respeita(m) as normas relativas à legislação ambiental, não tendo sido condenado(s) por crimes ambientais;
- IX. Não comercializa(m) armas de fogo e munições;
- X. Não realiza(m) atividade de extração de madeira ou produção de lenha ou carvão vegetal provenientes de florestas nativas;
- XI. Não executa(m) a extração ou industrialização de asbesto/amianto;
- XII. Não explora(m) jogos de prognósticos ou assemelhados.

(Local e Data), \_\_\_\_ de \_\_\_\_\_ de 2026.

Assinatura do representante legal